



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL

Ministério Público
2020/2029 (PEN-MP)

PRIMEIRA REVISÃO RELATÓRIO FINAL



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO



PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO NACIONAL

Ministério Público
2020/2029 (PEN-MP)

PRIMEIRA REVISÃO RELATÓRIO FINAL



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Brasil. Conselho Nacional do Ministério Público.

Planejamento Estratégico Nacional – Ministério
Público 2020/2029 (PEN-MP): primeira revisão :
relatório final / Conselho Nacional do Ministério
Público – Brasília: CNMP, 2023

78 p. il.

ISBN 978-65-89260-36-3

COMPOSIÇÃO DO CONSELHO NACIONAL DO MINISTÉRIO PÚBLICO

Paulo Gonet Branco (Presidente)
Ângelo Fabiano Farias da Costa (Corregedor)
Moacyr Rey Filho
Engels Augusto Muniz
Antônio Edílio Magalhães Teixeira
Paulo Cezar dos Passos
Jaime de Cassio Miranda
Rogério Magnus Varela Gonçalves
Rodrigo Badaró Almeida de Castro
Jayme Martins de Oliveira Neto
Ivana Lúcia Franco Cei
Fernando da Silva Comin
Cintia de Menezes Brunetta
Edvaldo Nilo de Almeida

COMISSÃO DE PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO

Moacyr Rey Filho (Conselheiro Presidente)
Hiza Maria Silva Carpina Lima (Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios)
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul)
Bruna Machado Damacena Ribeiro (Assessora-Chefe)
Luciana Maria de Araújo Freitas (Assessora)
Roberto Itajahy Lopes (Assessor)
Vanize de Freitas Guimarães (Assistente)
Kerrya Hyorrana de Brito Pinheiro (Técnico Administrativo)

FÓRUM NACIONAL DE GESTÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO (FNG)

Moacyr Rey Filho (Conselheiro Presidente)
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa (Coordenador-Geral)
Roberto Itajahy Lopes (Secretário Executivo)

REPRESENTANTES DA ADMINISTRAÇÃO SUPERIOR - RAS

Hiza Maria Silva Carpina Lima - Coordenadora
Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Membro Auxiliar da CPE
Vanessa Fusco Nogueira Simões - Subcoordenadora
Promotora de Justiça do Ministério Público do Estado de Minas Gerais

COMITÊ DE POLÍTICAS DE COMUNICAÇÃO SOCIAL – CPCOM

Waleria Silva Leite - Coordenadora
Assessora do Procurador-Geral do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Maria Amelia Lonardon - Subcoordenadora
Assessora de Comunicação do Ministério Público do Estado do Paraná

COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ADMINISTRATIVA – CPGA

Nadia de Moura Mattos Motta - Coordenadora
Diretora da Secretaria de Administração do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Carlos Bastos Stucki - Subcoordenador
Diretor Contratos, Convênio e Licitações do Ministério Público do Estado da Bahia

COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ESTRATÉGICA – CPGE

Sabrina Lopes Baes - Coordenadora

Diretora da Secretaria de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul
Fabrício Ferraz Pêgo - Subcoordenador
Assessor de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO ORÇAMENTÁRIA – CPGO

Luciana Formiga Vasconcelos - Coordenadora
Secretária Adjunta de Finanças e Orçamento do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios
Victor Jose Ribeiro Silveira - Subcoordenador
Coordenador da Divisão de Auditoria Interna do Ministério Público do Estado de Sergipe

COMITÊ DE POLÍTICAS DE GESTÃO DE PESSOAS – CPGP

Ana Rachel Brandão Roland - Coordenadora
Superintendente de Recursos Humanos do Ministério Público do Estado de Minas Gerais
Elisangela Peruchi Rampinelli - Subcoordenadora
Coordenadora de Recursos Humanos do Ministério Público do Estado do Espírito Santo

COMITÊ DE POLÍTICAS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO – CPTI

Luciana Maria de Araújo Freitas – Coordenadora
Assessora da CPE
Myrian Raquel Rodrigues - Subcoordenadora
Diretora da Secretaria de Tecnologia da Informação do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul

GRUPO DE TRABALHO DE REVISÃO DO PEN-MP (2020-2029)

Moacyr Rey Filho (Conselheiro Presidente)
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa (Coordenador-Geral)

RESPONSABILIDADE TÉCNICA

Hiza Maria Silva Carpina Lima (Promotora de Justiça do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios e Membro Auxiliar da CPE)
Paulo Roberto Gonçalves Ishikawa (Promotor de Justiça do Ministério Público do Estado de Mato Grosso do Sul e Membro Colaborador da CPE)
Bruna Machado Damacena Ribeiro (Assessora-Chefe CPE/CNMP)
Roberto Itajahy Lopes (Assessor da CPE/CNMP)

COLABORAÇÃO TÉCNICA

André de Araújo Rosa Cruz (Analista de Estatística do CNMP)
Bruna Viana Silveira Paes Valadão (Analista de Comunicação Social do CNMP)
Ana Carla Sales Passos Martins (Secretária Executiva da Coordenadoria de Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado da Bahia)
Denise Ratmann Arruda Colin (Diretora do Departamento de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Paraná)
Fabrício Ferraz Pego (Assessor de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Espírito Santo)
João Ricardo de Araújo Silva (Chefe do Departamento de Planejamento e Gestão do Ministério Público do Estado do Tocantins)
Vângela Maria Lima do Nascimento (Diretora de Planejamento e Gestão Estratégica do Ministério Público do Estado do Acre)
Marly Dantas Nery (Coordenadora da Comissão de Gestão e Planejamento Estratégico do Ministério Público do Estado do Pará)
Adriano Silva de Arruda (Assessor de Planejamento Organizacional do Ministério Público do Estado do Pará)
Iamara Cavalcante Antunes (Agente Técnica – Administradora do Ministério Público do Estado do Amazonas)
Ivanete de Oliveira Nascimento (Diretora-Geral do Ministério Público do Estado do Amazonas)

SUMÁRIO

1. APRESENTAÇÃO	7
2. REVISÃO DO PEN-MP (2020-2029).....	10
2.1. Contextualização	10
2.2. Premissas metodológicas.....	11
2.3. Metodologia	12
2.3.1 Levantamento das propostas para os novos programas estratégicos finalísticos e estruturantes.....	13
2.3.2 Refinamento e consolidação dos programas estratégicos finalísticos e estruturantes.....	15
2.3.3 Priorização dos programas e desdobramento em ações estratégicas	16
2.3.4 Vinculação aos objetivos estratégicos nacionais e corte metodológico.....	20
2.3.5 Consolidação do Relatório Final.....	22
3. RESULTADO FINAL DA REVISÃO DO PEN-MP 2020-2029.....	23
3.1. Resultado quantitativo de programas e ações por objetivo estratégico.....	23
3.2. Resultado qualitativo por objetivo estratégico	24
3.3. Quadro comparativo quantitativo: PEN Original (1º ciclo) e PEN Revisado (2º ciclo).....	40
4. RADAR ESTRATÉGICO: NOVO FORMATO DE MONITORAMENTO.....	41
4.1. Definição anual das contribuições pelas unidades	41
4.2. Cronograma.....	41
4.3. Painel de <i>Business Intelligence</i> (BI)	42
5. REFERÊNCIAS	43
6. ANEXO – BANCO DE IDEIAS.....	44

1. APRESENTAÇÃO

Os arts. 157 e 158 do Regimento Interno do Conselho Nacional do Ministério Público (RI/CNMP) dispõem, respectivamente, que “o Plenário promoverá permanentemente o planejamento estratégico do Ministério Público nacional” e que, “para a definição de planos e a execução das metas fixadas, o Conselho expedirá atos regulamentares e recomendará providências”.

Em atenção aos referidos comandos regimentais, o Plenário do CNMP aprovou a Resolução nº 147, de 21 de junho de 2016, a qual dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público e estabelece diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público e das unidades e ramos do Ministério Público.

Referida Resolução prevê, em seu art. 4º, que a gestão do planejamento estratégico nacional do Ministério Público será exercida pela Comissão de Planejamento Estratégico (CPE), competindo-lhe:

- I. assessorar o Plenário nas questões afetas ao planejamento estratégico nacional do Ministério Público;
- II. coordenar o processo de elaboração e revisão do PEN-MP;
- III. monitorar o PEN-MP e adotar as providências necessárias à sua implementação e cumprimento;
- IV. produzir diagnósticos, estudos e avaliações periódicas a respeito do PEN-MP;
- V. elaborar relatório anual de desempenho do PEN-MP;
- VI. acompanhar a aplicação das políticas de gestão estratégica das unidades e ramos do Ministério Público;
- VII. produzir diagnósticos, estudos e avaliações a respeito da gestão e atuação das unidades e ramos do Ministério Público visando ao incremento de sua eficiência; e
- VIII. produzir informações de inteligência estratégica para subsidiar a tomada de decisões pelo Plenário no que tange ao desenvolvimento do Ministério Público.

Nesse sentido, em 2019 a CPE empreendeu esforços para elaboração do Planejamento Estratégico Nacional do Ministério Público (PEN-MP) para o decênio 2020-2029. A partir de 1º de janeiro de 2020, passou, então, a vigorar o novo mapa estratégico nacional, aprovado por ocasião da 4ª Sessão Ordinária, realizada em 26 de março de 2019.



Figura 1. Mapa Estratégico Nacional

Importa mencionar que o PEN-MP foi elaborado de modo coletivo, democrático e com a participação de todas as unidades e ramos do MP. Por sua transversalidade, possui caráter direcionador, não vinculativo e de adesão voluntária.

Como parte da metodologia, foram previstas revisões do PEN-MP a cada três anos, podendo, inclusive, o Plenário do CNMP deliberar pela prorrogação, revisão ou mesmo elaboração de novo plano ao final do período inicialmente previsto, de dez anos de vigência.

A realização da primeira revisão do Planejamento Estratégico Nacional, inicialmente adiada devido à pandemia de Covid-19, foi conduzida ao longo do ano de 2023. O processo contou com a participação ativa de representantes do CNMP (comissões temáticas, Ouvidoria e Corregedoria Nacional), do Fórum Nacional de Gestão (FNG) e de todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro, abrangendo ampla representatividade das áreas finalística e estruturante.

Para viabilizar essa colaboração, foram empregadas ferramentas eletrônicas como *MS Forms* e *Miro*, além da realização de reuniões virtuais por meio do *MS Teams*. O método adotado envolveu uma ampla coleta de proposições, seguida por um criterioso processo de tratamento e priorização por meio de votação dos representantes das unidades e ramos do MP.

O cuidadoso processo de revisão desenvolvido pela CPE buscou assegurar que o plano estratégico proposto estivesse alinhado às necessidades atuais e às expectativas futuras do Ministério Público, refletindo um compromisso contínuo com a eficiência, a eficácia e a relevância dos programas e ações a serem implementados por toda a Instituição.

Como resultado, o Relatório Final da Primeira Revisão delinea os programas e as ações estratégicas a serem priorizados pelos ramos e unidades no triênio 2024-2026, de acordo com suas capacidades institucionais.

Adicionalmente, membros e servidores de todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro contribuíram propondo ações de grande relevância. Embora algumas dessas iniciativas não tenham sido selecionadas como prioritárias nessa revisão, elas foram incorporadas ao Banco de Ideias. Esse repositório representa um importante acervo de conhecimento, apto a enriquecer as atividades ministeriais em diferentes contextos, fomentando um ambiente de constante aprendizado e inovação.

2. REVISÃO DO PEN-MP (2020-2029)

2.1. Contextualização

As diretrizes para elaboração e revisão do PEN-MP estão previstas no art. 5º e seguintes da Resolução CNMP nº 147/2016. De acordo com a citada Resolução, caso o processo envolva revisão de elementos estruturantes como visão, missão, valores e objetivos estratégicos, deverá observar o mesmo procedimento definido para a elaboração do PEN-MP; para revisões parciais, abrangendo apenas elementos secundários, poderá ser adotado um procedimento específico.

Assim, considerando que o objetivo da presente revisão é atualizar os programas e as ações estratégicas, sem alterar missão, visão, valores e objetivos já estabelecidos, optou-se por seguir um procedimento próprio, desenvolvido pela própria Comissão (CPE).

Conforme definição extraída do Relatório Final do PEN-MP 2020-2029, os programas representam um conjunto de ações a serem administradas para atender aos objetivos estratégicos transversais. Isso significa que, para cada objetivo estratégico estabelecido¹, são definidos programas específicos que orientam a atuação do Ministério Público em assuntos-chave.

Já as ações estratégicas estão na base operacional do planejamento estratégico e estabelecem as diretrizes a serem observadas pelos integrantes do Ministério Público no exercício de suas atividades funcionais. São comandos objetivos e diretos, agregando as atividades que fazem parte do dia a dia das pessoas, e geralmente se consolidam por meio de projetos estratégicos.

¹ São objetivos estratégicos estabelecidos no PEN-MP (2020-2029), por perspectiva: 1. Resultados para a sociedade: 1.1 Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público; 1.2 Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas; 1.3 Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação institucional; 1.4 Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial; 1.5 Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social; 1.6 Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos; 2. Processos integradores: 2.1 Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados; 2.2 Zelar pela sustentabilidade em toda a forma de atuação; 3. Aprendizado e crescimento: 3.1 Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários; 3.2 Estabelecer a gestão administrativa compartilhada e padronizada; 3.3 Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional; 3.4 Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho; 3.5 Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras.

2.2 Premissas metodológicas

As premissas para elaboração do processo de revisão simplificado foram:

- a. **Ampla participação:** o processo de revisão contou com a participação de representantes de todas as Comissões temáticas do CNMP, bem como de todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro. Essa abordagem garantiu que as etapas do processo ocorressem de forma democrática e participativa, conferindo legitimidade aos resultados alcançados em todas as fases de execução.
- b. **Formato virtual:** as reuniões realizadas virtualmente contribuíram para a economia de recursos, reduzindo custos não apenas para o CNMP, mas igualmente para as unidades e ramos do Ministério Público. Ademais, essa modalidade mostrou-se eficiente e produtiva, alinhando-se com as necessidades de um processo de revisão ágil e eficiente.
- c. **Utilização de ferramentas digitais:** a realização dos trabalhos de forma virtual exigiu o uso de ferramentas capazes de facilitar e assegurar a ampla participação dos colaboradores. A assertividade na escolha dos instrumentos foi fundamental para garantir a efetividade das discussões, a coleta e análise de dados, e a priorização das ações e programas, permitindo que o processo de revisão fosse conduzido de maneira eficiente e inclusiva.

Para a realização dos trabalhos, foram utilizadas duas ferramentas: *Microsoft Forms (MSForms)* e *Miro*.

O uso do *MSForms* permitiu a criação de um formulário estruturado, por meio do qual os representantes puderam sugerir a redação dos programas. Na etapa final, o mesmo formulário eletrônico foi utilizado para a priorização das ações estratégicas relacionadas às áreas estruturantes.



Microsoft Forms



Já a ferramenta virtual *Miro* facilitou a interação e a participação simultânea de todos os integrantes durante as reuniões virtuais. Com suas funcionalidades interativas, incluindo a criação de post-its, o *Miro* ofereceu um espaço dinâmico para a discussão e colaboração dos participantes. Além disso, a plataforma

possibilitou a realização de votações, permitindo que os participantes priorizassem de forma ágil os programas e as ações estratégicas propostos. Essa abordagem colaborativa e interativa, apoiada por ferramentas tecnológicas, foi essencial para o sucesso do processo de revisão do plano.

2.3. Metodologia

Para a revisão do Plano Estratégico Nacional PEN-MP 2020-2029, adotou-se o Processo de Ideação (*Business Model Canvas*), como metodologia para a definição de modelos de negócios de inovação². Este método engloba várias etapas, que foram observadas em todo o processo de revisão, quais sejam:

- a) **Composição da equipe:** O primeiro passo envolve a formação de uma equipe multidisciplinar, essencial para o surgimento de ideias inovadoras que reflitam os anseios da organização. Assim, participaram deste processo de revisão representantes Comissões, Comitês temáticos, Corregedoria Nacional e Ouvidoria do CNMP, além de membros e servidores de todas as unidades e ramos do Ministério Público.
- b) **Imersão:** A análise efetiva do negócio requer um processo de imersão, o qual foi facilitado por reuniões temáticas. As reuniões, realizadas virtualmente, criaram um ambiente propício à criação, permitindo que os participantes compartilhassem suas experiências e se engajassem plenamente na atividade.
- c) **Expansão:** Nesta fase do processo são coletados o maior número de ideias e contribuições dos participantes, sem qualquer análise qualitativa, como um grande “brainstorming”. Como será à frente demonstrado, mesmo após as priorizações, foi constituído um “Banco de Ideias”, evidenciando a riqueza intelectual do material produzido.

² O Business Model Generation – Inovação em Modelos de Negócios foi escrito por Alexander Osterwalder e Yves Pigneur, e contou com a colaboração de 470 profissionais, de 45 países, que aplicaram o método usando uma plataforma de modelagem de negócios.

- d) **Critério de Seleção:** Após a coleta extensiva de ideias, estabeleceram-se critérios e regras para a priorização do material produzido, reduzindo quantitativamente as sugestões, mas sempre ressaltando as escolhas que refletissem os anseios de toda a Instituição.
- e) **Prototipagem:** Ao final desse processo, como resultado das etapas anteriores, foram então definidas as “inovações do modelo de negócio”, representadas no PEN-MP pelos Programas e Ações Estratégicas sugeridas e priorizadas durante o processo.

Para uma visão ampla das atividades realizadas, foi elaborado um *Roadmap*, conforme ilustração seguinte:



Figura 2. Roadmap do processo de revisão

2.3.1 Levantamento de propostas para os novos programas estratégicos finalísticos e estruturantes

A primeira etapa do procedimento de revisão do PEN-MP (2020-2029) consistiu no levantamento de propostas para os novos programas estratégicos finalísticos. Para participar dessa fase, foram convidadas, inicialmente, as Comissões e Comitês temáticos do CNMP, além da Corregedoria Nacional e da Ouvidoria.

Assim, no dia 10 de maio de 2023, teve início o processo de revisão. A 1ª reunião contou com a presença de representantes das seguintes estruturas do CNMP³:

- Corregedoria Nacional do Ministério Público;
- Ouvidoria Nacional do Ministério Público;
- Comissão da Infância, Juventude e Educação – CIJE;
- Comissão da Saúde – CS;
- Comissão de Acompanhamento Legislativo e Jurisprudência – CALJ;
- Comissão de Controle Administrativo e Financeiro – CCAF;
- Comissão de Defesa da Probidade Administrativa – CDPA ;
- Comissão de Defesa dos Direitos Fundamentais – CDDF;
- Comissão de Meio Ambiente – CMA;
- Comissão de Preservação da Autonomia do Ministério Público – CPAMP;
- Comissão do Sistema Prisional, Controle Externo da Atividade Policial e Segurança Pública – CSP;
- Comitê Gestor do Plano Nacional de Gestão de Documentos e Memória do Ministério Público – COPLANAME;
- Comitê Nacional do Ministério Público de Combate ao Trabalho em Condição Análoga à de Escravo e ao Tráfico de Pessoas – CONATETRAP;
- Comitê Permanente Nacional de Fomento à Atuação Resolutiva – CONAFAR;
- Estratégia Nacional de Justiça e Segurança Pública – ENASP;
- Unidade Nacional de Capacitação do Ministério Público – UNCMP.

Durante o encontro, foram apresentados o projeto e a metodologia aos participantes, ressaltando-se a importância da contribuição de todos para assegurar que as diretrizes estabelecidas nos trabalhos das Comissões guardassem pertinência com o PEN-MP, especialmente na definição dos novos programas. Na oportunidade, também foi apresentado o formulário eletrônico destinado a coletar as propostas e as sugestões das Comissões.

³ Disponível em: <https://www.cnmp.mp.br/portal/todas-as-noticias/16436-comissao-de-planejamento-estrategico-do-cnmp-inicia-1-revisao-do-planejamento-estrategico-do-ministerio-publico>.

Após o alinhamento prévio, foi disponibilizado um formulário eletrônico para que os representantes pudessem sugerir os novos programas relacionados à sua área de atuação. Com o fim do prazo concedido, foram propostos **49 (quarenta e nove) programas finalísticos**.

Em um segundo momento, foram disponibilizados formulários eletrônicos para todas as unidades e ramos do Ministério Público, de modo que os Procuradores-Gerais, por meio dos Representantes da Administração Superior (RAS/FNG), pudessem sugerir novos programas, tanto das áreas finalísticas quanto das estruturantes. A reunião de alinhamento aconteceu no dia 25 de maio de 2023.

Ao final do prazo concedido, foram propostos **52 (cinquenta e dois) programas finalísticos e 546 (quinhentos e quarenta e seis) estruturantes**.

Concluída essa etapa, foram coletadas **101 (cento e uma) sugestões de programas finalísticos e 546 (quinhentos e quarenta e seis) de programas estruturantes**.

2.3.2 Refinamento e consolidação dos programas estratégicos finalísticos e estruturantes

Considerando o grande número de programas sugeridos, foi necessária a formação de um grupo de trabalho específico para compilação do material. O grupo foi formado por integrantes da CPE/CNMP e do Comitê de Políticas de Gestão Estratégica (CPGE/FNG-MP), que desempenharam papel fundamental na formulação da proposta final dos programas estratégicos nacionais.

Para realizar essa tarefa, foram estabelecidos três subgrupos, cada qual responsável por uma perspectiva específica do Mapa Estratégico: "Resultados para a Sociedade", "Processos Integradores" e "Aprendizado e Crescimento".

O trabalho envolveu a identificação de textos duplicados, reescrita, fusão, reclassificação como ação ou iniciativa, reenquadramento de eixo temático e objetivo estratégico, entre outros ajustes.

Ao final desse trabalho, foram consolidados **42 (quarenta e dois) programas da área finalística e 51 (cinquenta e um) estruturantes**.

2.3.3 Priorização dos programas e desdobramento em ações estratégicas

Nessa etapa do processo de revisão, as unidades e ramos do Ministério Público foram convidados a definir, entre os programas relacionados na etapa anterior, aqueles considerados prioritários e a propor as respectivas ações estratégicas. Essa fase foi similar à adotada na elaboração do PEN-MP 2020-2029.

Foram realizados oito encontros virtuais temáticos com representantes das áreas finalísticas das unidades do Ministério Público, no período compreendido entre 11 e 18 de setembro de 2023. Participaram membros indicados dos eixos temáticos relativos a Probidade Administrativa, Educação, Saúde, Infância e Juventude, Criminal, Execução Penal e Segurança Pública, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Consumidor.



Figura 3 - Print de Tela: Reunião virtual do Grupo Probidade Administrativa

No que se refere à área estruturante, foram realizadas sete reuniões, no período de 16 a 19 de outubro de 2023. Participaram dos encontros representantes indicados pelas unidades, subdivididos nas áreas de Gestão Administrativa, Gestão Estratégica, Gestão Orçamentária, Gestão de Pessoas, Comunicação e Tecnologia da Informação.

Nessa fase, também foram convidados os representantes da Administração Superior – RAS/FNG/CPE para definição de programas e ações estratégicas transversais, relacionados aos Objetivos Estratégicos 1.3, 1.6 e 2.2 do Plano Estratégico Nacional, quais sejam, “consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação interinstitucional”; “intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos”; e “zelar pela sustentabilidade em toda forma de atuação”.

Assim, em cada encontro virtual, foram apresentados aos participantes os programas definidos nas etapas anteriores e, por meio de votação, foram então selecionados os três mais votados. Em algumas situações, os

grupos tiveram, inclusive, a possibilidade de sugerir novos programas, nas hipóteses em que os eixos temáticos não foram contemplados com nenhum programa nas fases anteriores.

Esses programas foram então associados aos respectivos objetivos estratégicos. Seguindo a priorização, os programas foram desdobrados em ações estratégicas, que também passaram por um processo de votação para priorização, utilizando a ferramenta Miro.

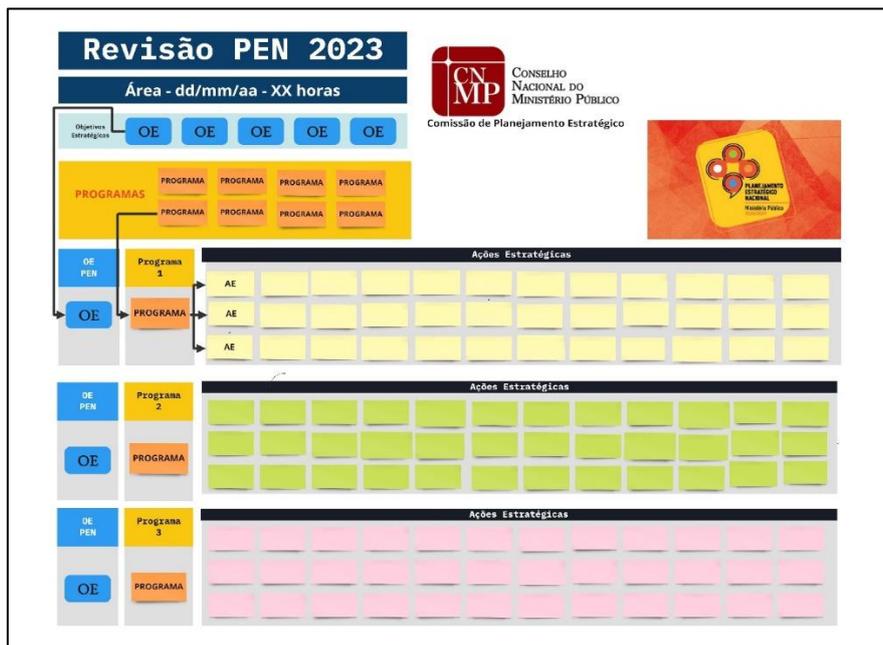


Figura 4 - Matriz de trabalho Miro

As ações estratégicas selecionadas para a fase final foram aquelas que receberam mais votos em cada programa. Especificamente, foram escolhidas as três mais votadas, incluindo aquelas que empataram na terceira posição.



Figura 5 - Exemplo de votação pelo Miro

Frise-se que as ações remanescentes foram incorporadas a um “Banco de Ideias” (item 6, anexo), que possibilitará o aproveitamento de todo o conteúdo como sugestão de atuação pelos integrantes do Ministério Público. Essa abordagem garantirá que todas as proposições, mesmo aquelas não prioritárias no momento, possam ser consideradas e potencialmente utilizadas no futuro.

Grupo	Participantes	Programas	Ações Estratégicas
Probidade Administrativa	36	3	62
Educação	34	3	120
Saúde	34	3	133
Infância e Juventude	40	3	191
Criminal, Execução Penal e Segurança Pública	56	3	172
Direitos Humanos	38	3	186
Meio Ambiente	46	3	178
Consumidor	39	3	110
Total	323	24	1152

Tabela 1. Resultado inicial do levantamento de programas e ações estratégicas finalísticas

Grupo	Participantes	Programas	Ações Estratégicas
Gestão Administrativa	30	3	92
Gestão Estratégica	29	3	93
Gestão Orçamentária	31	3	73
Gestão de Pessoas	29	3	129
Comunicação	31	3	132
Tecnologia da Informação	33	3	93
Representantes da Administração Superior	27	3	45
Total	210	21	657

Tabela 2. Resultado inicial do levantamento de programas e ações estratégicas estruturantes

Após a conclusão das oficinas temáticas da área finalística, os 323 membros e servidores inscritos contribuíram com aproximadamente **1.152 (mil cento e cinquenta e duas) sugestões de ações estratégicas**. Foram 16 horas de trabalho, distribuídas em cinco dias, divididas em oito encontros temáticos.

As oficinas relacionadas às áreas estruturantes contaram com a participação de 210 inscritos, distribuídos em sete oficinas temáticas. Foram 14 horas de trabalho, realizadas ao longo de quatro dias. Como resultado, foram propostas **657 (seiscentos e cinquenta e sete) ações estruturantes como desdobramento de 21 (vinte e um) programas estratégicos**.

Após 15 reuniões, o total de ações estratégicas sugeridas chegou a **1.809 (mil oitocentos e nove)**.

Na sequência, todos os dados foram exportados para uma planilha e submetidos à ferramenta de inteligência artificial generativa *ChatGPT*. Essa etapa teve como finalidade a melhoria e a uniformização redacional dos textos, sem que houvesse qualquer acréscimo de conteúdo. Com isso, todas as ações estratégicas foram textualmente harmonizadas.

Em que pese as potencialidades da supracitada ferramenta de IA, seu uso no presente trabalho não inovou na elaboração das ações estratégicas, apenas auxiliou na redação textual das propostas apresentadas, respeitando-se, assim, todo o esforço despendido pelos representantes das unidades do Ministério Público que contribuíram para a presente revisão.

Ao final dessa etapa, foi possível otimizar as ações estratégicas, conforme tabelas a seguir:

Grupo	Ações Estratégicas Originais	Após ChatGPT
Probidade Administrativa	62	53
Educação	120	81
Saúde	133	117
Infância e Juventude	191	105
Criminal, Execução Penal e Segurança Pública	172	62
Direitos Humanos	186	108
Meio Ambiente	178	176
Consumidor	110	92
Total	1152	794

Tabela 3. Resultado final de programas e ações estratégicas finalísticos

Grupo	Ações Estratégicas Originais	Após ChatGPT
Gestão Administrativa	92	89
Gestão Estratégica	93	85
Gestão Orçamentária	73	65
Gestão de Pessoas	129	62
Comunicação	132	111
Tecnologia da Informação	93	79
Representantes da Administração Superior	45	40
Total	657	531

Tabela 4. Resultado final de programas e ações estratégicas estruturantes

Conforme demonstrado, após análise e processamento pelo ChatGPT, restaram **794 (setecentos e noventa e quatro) ações da área finalística** e **531 (quinhentos e trinta e uma) ações da área estruturante**, totalizando **1.325 (mil trezentos e vinte e cinco) ações estratégicas**.

Importante destacar que a redução do número de ações pela ferramenta de IA não impactou os programas e ações estratégicas que foram definidos para compor o PEN-MP 2020-2029 revisado, porquanto a priorização ocorreu durante os encontros virtuais, pelos próprios participantes da dinâmica.

2.3.4 Vinculação aos objetivos estratégicos nacionais e corte metodológico

Durante essa fase, ocorreu a revisão técnica da vinculação dos programas aos Objetivos Estratégicos Nacionais (OEN). Inicialmente, identificou-se um desequilíbrio na distribuição dos programas em relação a cada OEN, especialmente no Objetivo 1.4, “Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial”. Diante disso, realizou-se um novo corte metodológico, optando-se por manter ao menos os dois programas mais votados de cada eixo temático. **Após esse ajuste, restaram 21 (vinte e um) programas estratégicos finalísticos**. Contudo, o Objetivo 1.4 ainda apresentava um excesso de ações estratégicas. Assim, fez-se um corte adicional, considerando apenas as duas ações mais votadas de cada programa vinculado a este OEN, excluindo-se as de menor prioridade.

Nas perspectivas “Processos Integradores” e “Aprendizado e Crescimento”, mais ligadas à área estruturante, notou-se um equilíbrio na quantidade de programas por objetivo estratégico, mas ainda havia um número

elevado de ações estratégicas vinculadas. Para não comprometer a execução, e considerando que o segundo ciclo não deveria ter um número de ações muito superior ao primeiro, realizou-se mais um corte metodológico, que reduziu o número de programas por objetivo estratégico estruturante, com exceção do Objetivo 2.2, “Zelar pela sustentabilidade em todas as áreas de atuação”, que contava com um único programa estratégico.

Além disso, com o intuito de alinhar a atuação da alta gestão e das áreas estruturantes das unidades e ramos no cumprimento dos objetivos estratégicos nacionais para o próximo triênio, um novo formulário eletrônico foi encaminhado para indicar quais programas e ações estruturantes priorizados deveriam ser incluídos no próximo ciclo de execução da estratégia.

Utilizando-se do *Microsoft Forms (MSForms)*, as unidades e ramos do Ministério Público puderam realizar um corte metodológico nos programas e suas respectivas ações, optando por dois dos três programas selecionados, com exceção do programa vinculado ao Objetivo Estratégico 2.2. Essa medida foi justificada pela natureza dos assuntos, relacionados à gestão administrativa das unidades, que demandam análise e priorização pelos gestores.

Em acréscimo, no curso da revisão do PEN-MP 2029, a CPE recebeu sugestões de programas e ações estratégicas do Comitê Gestor Nacional do MP Digital e do Colégio de Encarregados pela Proteção de Dados do Ministério Público (CDAMP), relacionados às suas áreas de atuação. Trata-se de assuntos de suma relevância e atualidade, de natureza transversal, que, de alguma forma, impactam as atividades finalísticas e estruturantes do MP brasileiro. Como os critérios metodológicos adotados na presente revisão espelham os trabalhos originais de elaboração do PEN-MP 2020-2029, a inclusão desses programas e ações é plenamente justificável, pois, na ocasião da elaboração original, essas estruturas ainda não existiam, o que explica a ausência de sua participação inicial no processo de revisão.

No mais, é importante reconhecer que ambas possuem representatividade nacional, porquanto integrados por membros de várias unidades e ramos do Ministério Público. Isso confere a eles a legitimidade necessária para contribuir com sugestões pertinentes de programas e ações estratégicas para o PEN-MP. A seguir, são apresentados os programas e as ações sugeridos por essas estruturas:

Origem	Objetivo Estratégico	Programa	Ação Estratégica
MP Digital	Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientados a resultados	Aprimoramento da destreza digital do MP, com o objetivo de integrar a inovação e a transformação digital na estratégia e ações da instituição	Instituir a estratégia digital na unidade para direcionar o uso da tecnologia no aprimoramento da eficiência e eficácia das atividades finalísticas e estruturantes, bem como no impulsionamento da inovação e da transformação digital em todas as áreas de atuação do MP. Promover capacitações das lideranças sobre novas tecnologias, alfabetização e destreza digital, com vistas ao aprimoramento da aptidão para tomada de decisão orientada a dados e mais bem adaptada ao contexto de constantes transformações tecnológicas.
CEDAMP	Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial	Defesa do dado pessoal como direito fundamental do cidadão	Fomentar a proteção dos dados pessoais na atividade finalística do Ministério Público.

Tabela 5. Programas e ações estratégicas sugeridos pelo MP Digital e CEDAMP



Figura 6 – resultado das etapas de priorização de programas e ações estratégicas

Finalizada essa última etapa, definiram-se então os novos programas e ações estratégicas do PEN-MP 2020-2029.

2.3.5 Consolidação do Relatório Final

Após a fase de coleta de dados, todas as informações foram analisadas e compiladas pela CPE, responsável pela elaboração deste Relatório Final. Com a conclusão deste trabalho, o documento será apresentado ao Plenário do Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e, posteriormente, divulgado para todas as unidades e ramos do Ministério Público brasileiro.

3. RESULTADO FINAL DA REVISÃO DO PEN-MP 2020-2029

Construídos em base de participação coletiva e democrática, os novos programas e ações estratégicos, que vigem de 2024 a 2026, refletem as aspirações dos ramos e unidades do Ministério Público brasileiro, em consonância com a atuação do Conselho Nacional do Ministério Público.

Nos quadros a seguir, apresentamos os resultados quantitativos – quantidade de programas e ações para cada objetivo estratégico –, e os resultados qualitativos – texto final dos programas e ações estratégicas priorizados para o triênio 2024-2026.

3.1. Resultado quantitativo de programas e ações por objetivo estratégico

Objetivo	Programas	Ações
1.1 - Aperfeiçoar a atividade investigativa e de inteligência do Ministério Público	2	6
1.2 - Aprimorar a efetividade da persecução cível e penal, assegurando ainda direitos e garantias a acusados e vítimas	1	3
1.3 - Consolidar a atuação ministerial integrada e estimular a articulação institucional	1	4
1.4 - Garantir a transversalidade dos direitos fundamentais em toda a atividade ministerial	14	27
1.5 - Impulsionar a fiscalização do emprego de recursos públicos, a implementação de políticas públicas e o controle social	2	6
1.6 - Intensificar o diálogo com a sociedade e fomentar a solução pacífica de conflitos	1	3
2.1 - Disseminar práticas de governança e gestão, em todos os níveis, orientadas para resultados	3	8
2.2 - Zelar pela sustentabilidade em toda a forma de atuação	1	5
3.1 - Assegurar a disponibilidade e a aplicação eficiente dos recursos orçamentários	2	6
3.2 - Estabelecer a gestão administrativa compartilhada e padronizada	2	6
3.3 - Fortalecer os processos de comunicação e a imagem institucional	2	6
3.4 - Promover a gestão por competências e a qualidade de vida no trabalho	2	6
3.5 - Prover soluções tecnológicas integradas e inovadoras	2	7
Total:	35	93

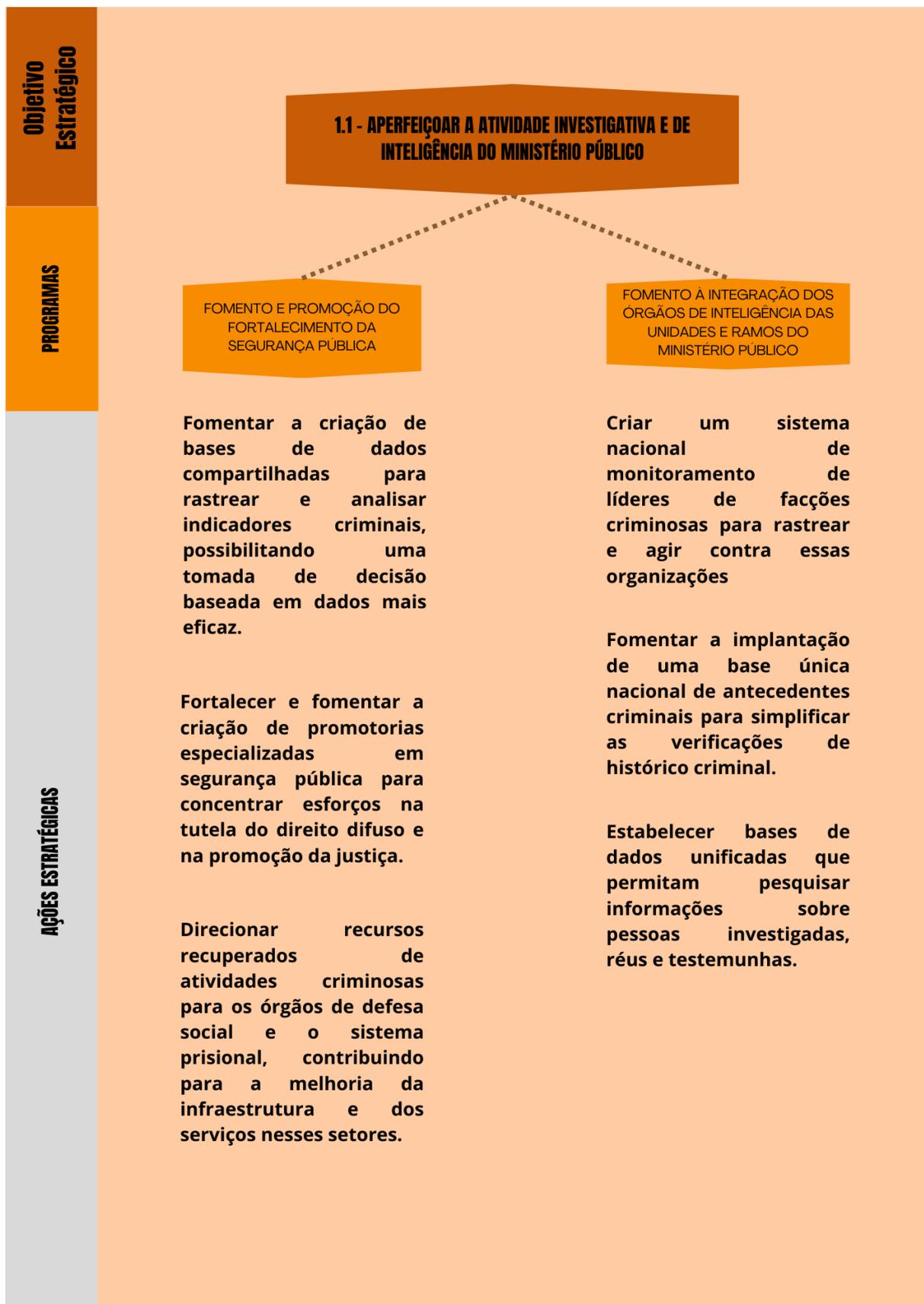
Tabela 6. Resultado quantitativo de programas e ações por objetivo estratégico

3.2. Resultado qualitativo por objetivo estratégico

A seguir, serão apresentados os programas e as ações estratégicas revisados. Conforme já abordado nos capítulos anteriores, este material é resultado de um extenso processo de elaboração, que contou com apoio e participação de representantes do CNMP e dos ramos e unidades do Ministério Público.

As sugestões para os programas foram definidas pelas Comissões Temáticas do CNMP e pelos Representantes da Administração Superior das Unidades do Ministério Público (RAS/FNG). As ações estratégicas, por sua vez, foram propostas pelos representantes das unidades e ramos do MP, durante as reuniões virtuais realizadas.

É importante destacar que todo o material passou por um processo de priorização pelos envolvidos nesta Revisão, seguindo a metodologia adotada. Os programas e ações estratégicas que não foram incluídos no novo PEN-MP 2020-2029 integram o Banco de Ideias (item 6 deste Relatório).



**Objetivo
Estratégico**

**1.2
APRIMORAR A EFETIVIDADE DA
PERSECUÇÃO CÍVEL E PENAL,
ASSEGURANDO AINDA DIREITOS E
GARANTIAS A ACUSADOS E VÍTIMAS**

PROGRAMAS

PRIORIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO DOS CRIMES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, DOS FEMINICÍDIOS, DOS CRIMES CONTRA A IMPRENSA E DOS CRIMES VIOLENTOS, HEDIONDOS E EQUIPARADOS

AÇÕES ESTRATÉGICAS

Promover o controle das atividades de organizações criminosas dentro das unidades prisionais, garantindo a segurança e o isolamento dos líderes, inclusive com troca de informações qualificadas entre os órgãos de inteligência dos Ministérios Públicos para melhorar a investigação de crimes.

Reforçar o Banco Nacional de Perfis Genéticos (Decreto n. 7.950/2013) como uma ferramenta para obter provas qualificadas da autoria de crimes.

Aprimorar a persecução patrimonial de Organizações Criminosas, compartilhando dados com a Receita Federal, COAF, DETRAN e Cartórios de Imóveis.

**Objetivo
Estratégico**

**1.3
CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL
INTEGRADA E ESTIMULAR A
ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL**

PROGRAMAS

ARTICULAÇÃO DOS MPS PARA ATUAÇÃO EM REDE, VISANDO FOMENTAR PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS

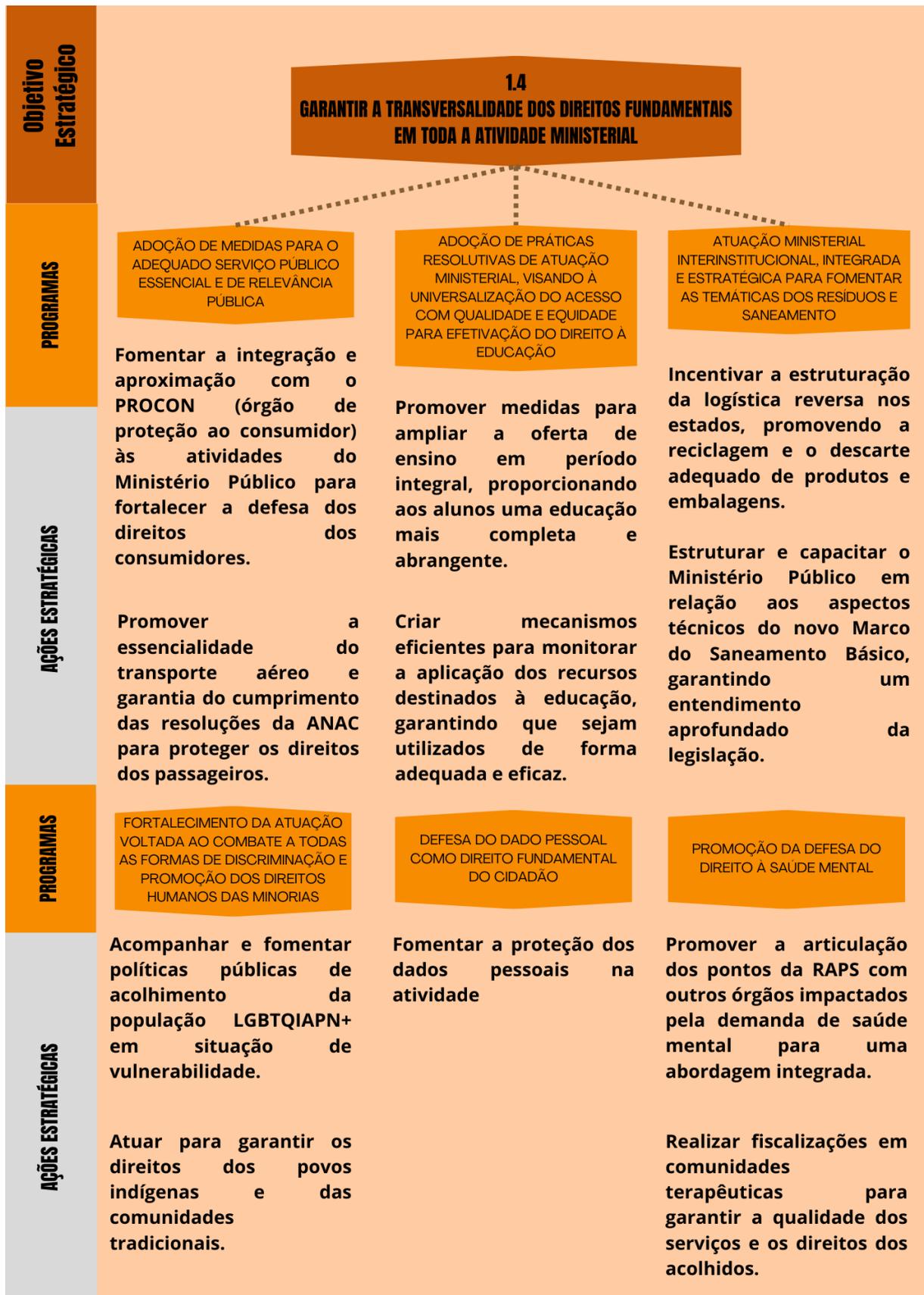
Fomentar a obtenção de dados e informações relevantes, buscando cooperação técnica com outros órgãos, como Tribunais de Contas (TCs) e Ministérios/Secretarias etc.

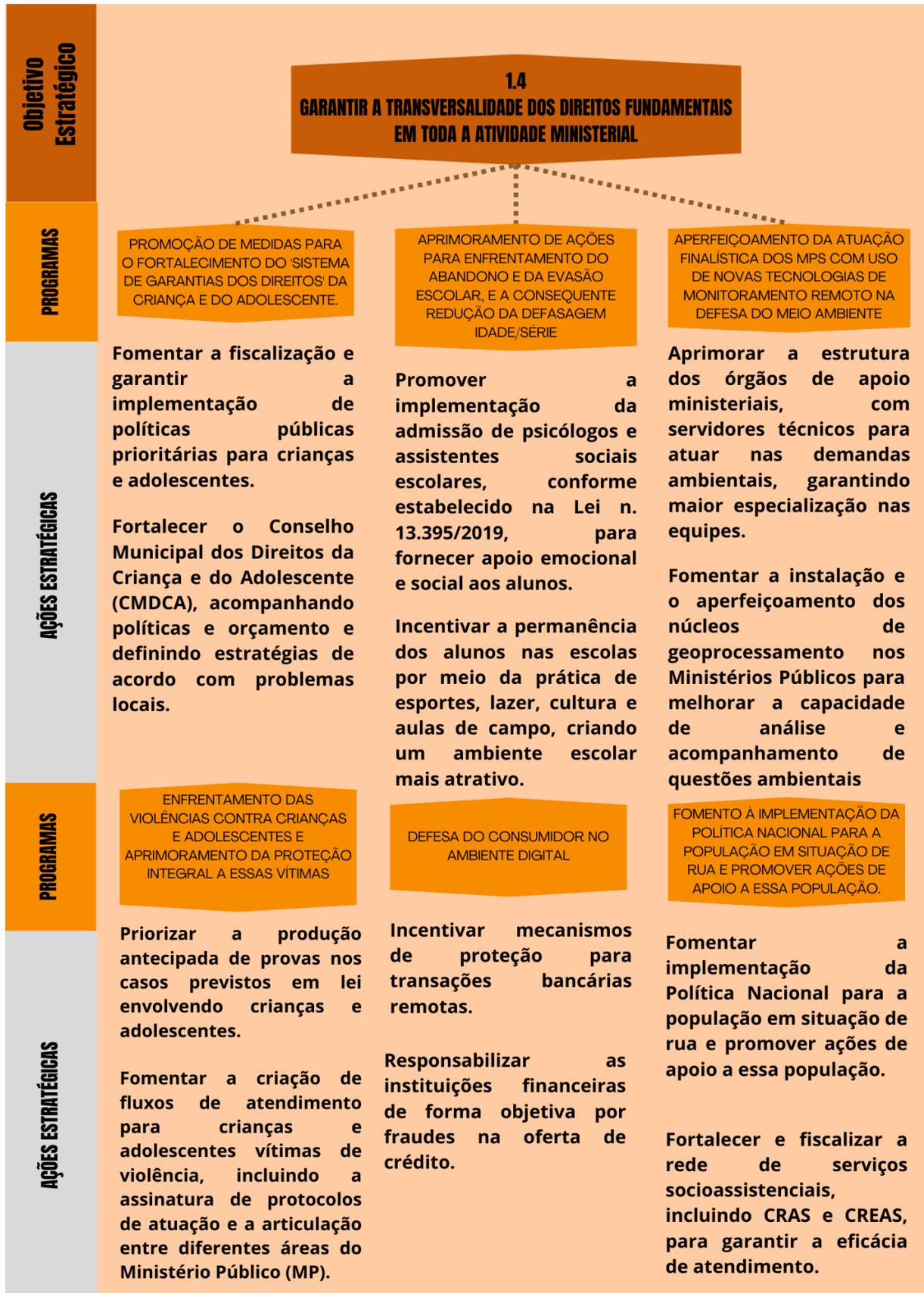
Promover a cooperação entre os MPs visando ao intercâmbio de iniciativas de inovação.

Formalizar termos de cooperação com instituições do sistema de justiça, visando à implementação de mecanismos de justiça negociada.

Estabelecer parcerias e cooperação mútua entre os MPs, inclusive para permitir consultas de antecedentes de investigados em uma base geral ou compartilhada.

AÇÕES ESTRATÉGICAS





Objetivo
Estratégico

1.4
GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMAS

FOMENTO À ARTICULAÇÃO EM REDES COM ORGÃOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E O COMBATE EFETIVO À CORRUPÇÃO

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA

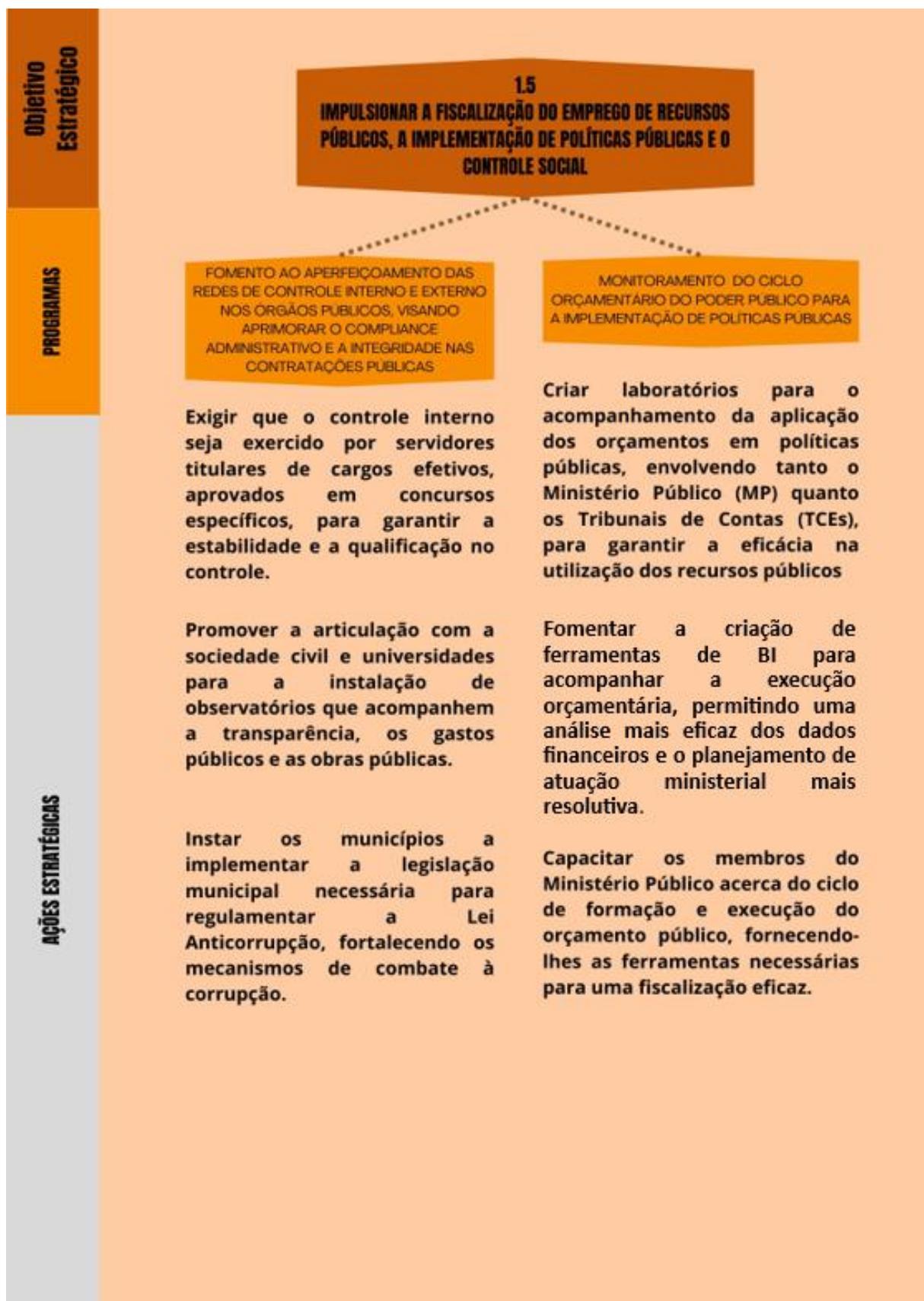
AÇÕES ESTRATÉGICAS

Promover o compartilhamento das ferramentas desenvolvidas pelos órgãos de controle, como Painéis de Business Intelligence (BI), para facilitar a atuação das instituições de controle, como Ministério Público, Tribunais de Contas, Polícia e a sociedade em geral.

Realizar o acompanhamento dos indicadores de desempenho da atenção básica (SISAB) para avaliar a qualidade dos serviços de saúde prestados.

Fomentar a capacitação da sociedade civil para que ela possa exercer um papel eficaz no controle e na fiscalização dos gastos públicos.

Implementar o prontuário eletrônico para melhorar o registro e o acesso às informações de saúde dos pacientes.



Objetivo
Estratégico

**1.6
INTENSIFICAR O DIÁLOGO COM A
SOCIEDADE E FOMENTAR A SOLUÇÃO
PACÍFICA DE CONFLITOS**

PROGRAMAS

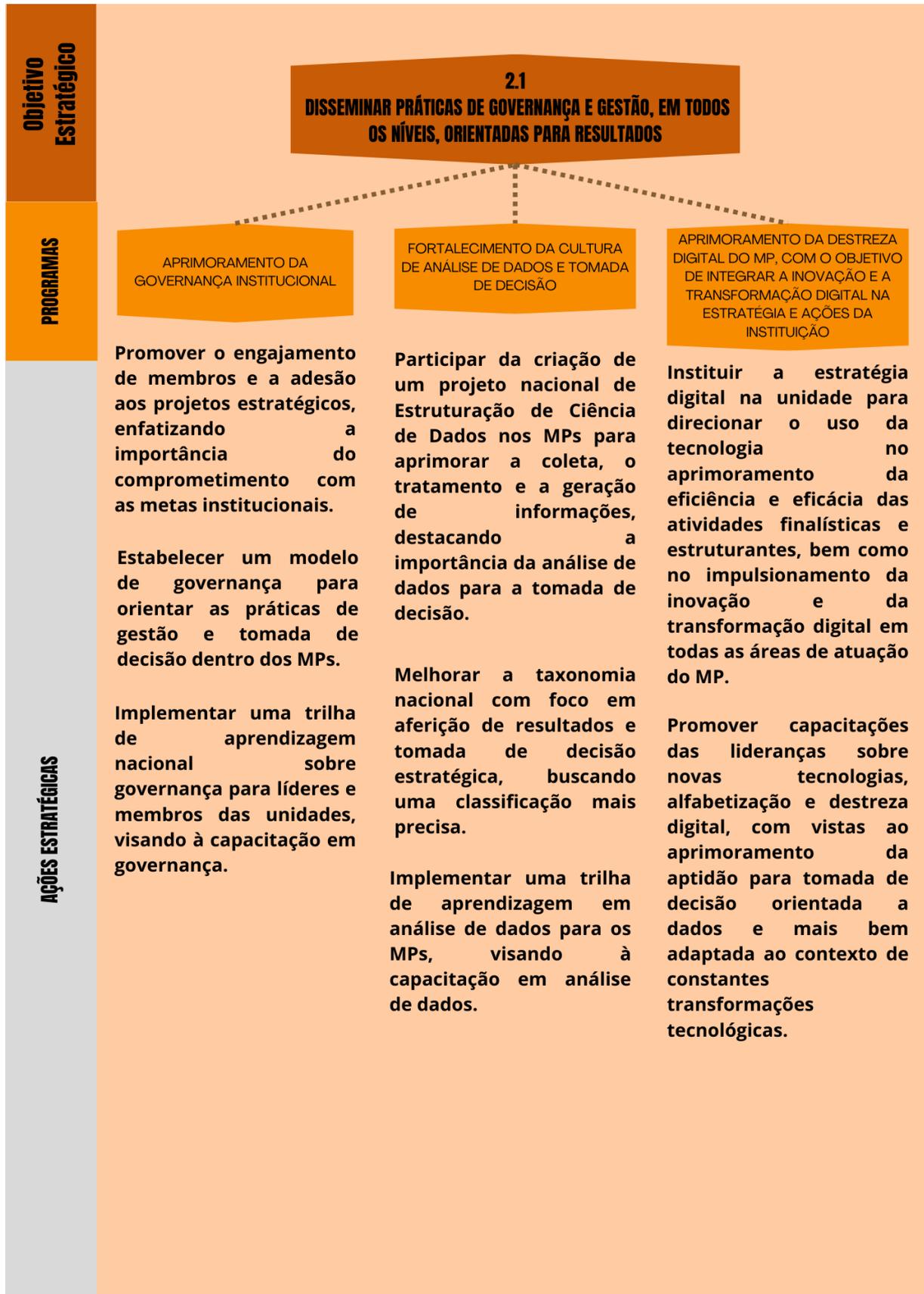
PRIORIZAÇÃO DE PRÁTICAS RESOLUTIVAS DE ATUAÇÃO
MINISTERIAL VISANDO À AUTOCOMPOSIÇÃO

Promover uma cultura organizacional que valorize e promova a autocomposição como um método eficaz e preferencial de resolução de conflitos, inclusive para fins de mensuração de resultados.

Promover a capacitação dos integrantes do MP em relação às soluções autocompositivas, demonstrando a importância da formação para implementar essas práticas.

Promover uma atuação resolutiva e planejada baseada em dados e evidências, com o uso da tecnologia.

AÇÕES ESTRATÉGICAS



Objetivo
Estratégico

PROGRAMAS

ações
estratégicas

2.2
ZELAR PELA SUSTENTABILIDADE EM
TODA A FORMA DE ATUAÇÃO

FORTALECIMENTO DE ESTRUTURA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL

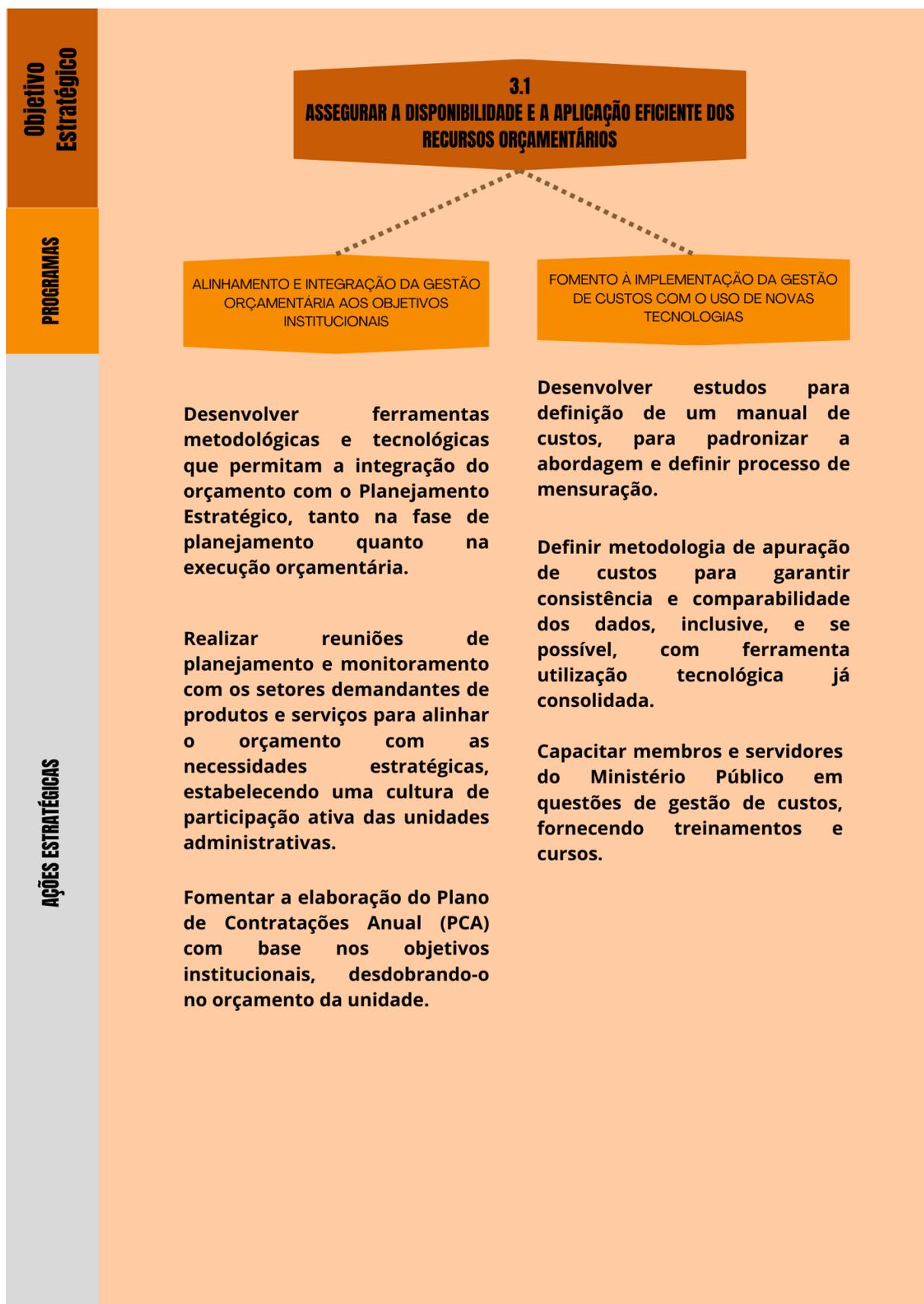
Promover a implementação do PLS (Plano de Logística Sustentável) nas unidades ministeriais, indicando um compromisso com práticas sustentáveis na gestão.

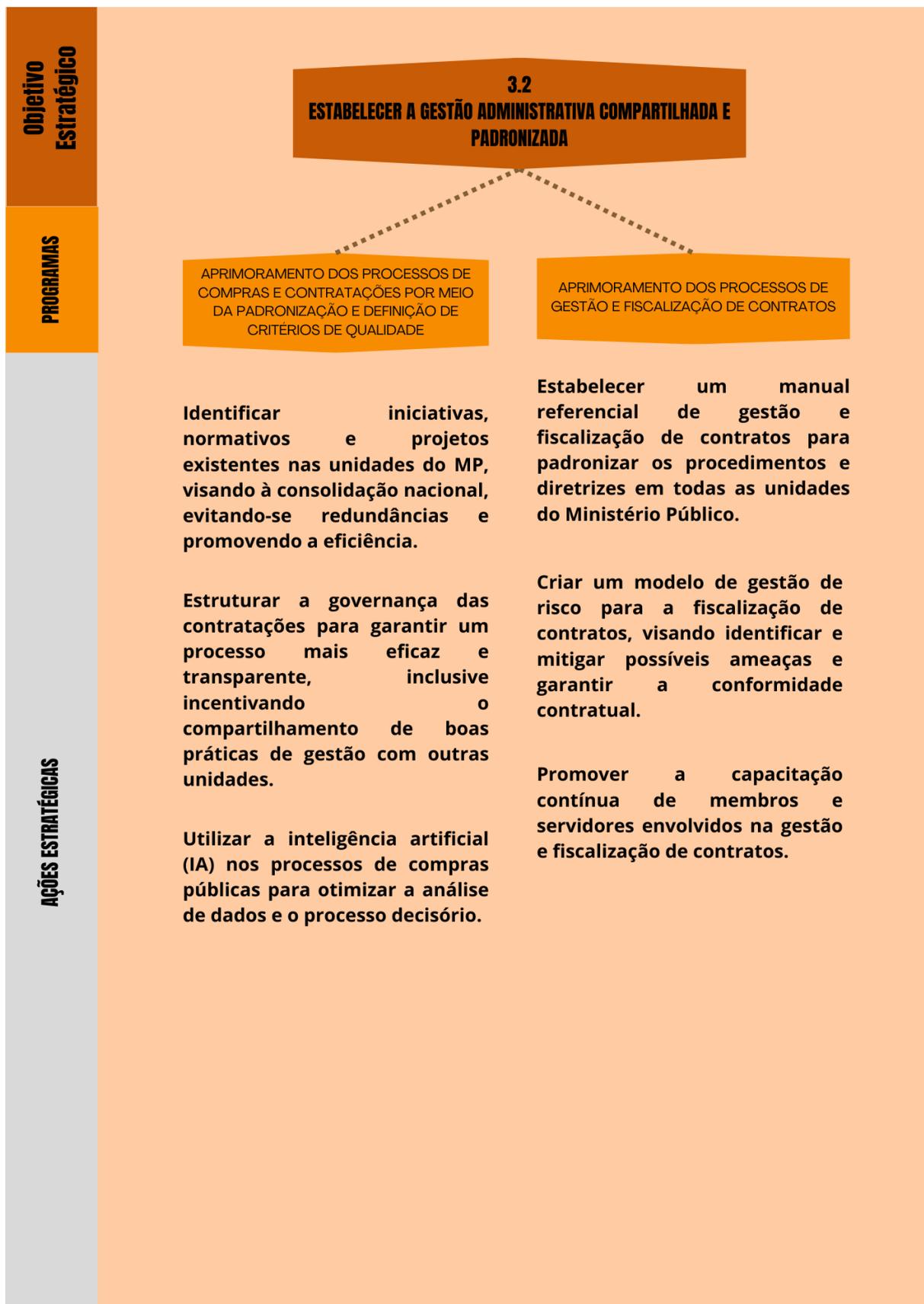
Definir eixos sustentáveis, estabelecendo uma abordagem consistente em relação à sustentabilidade.

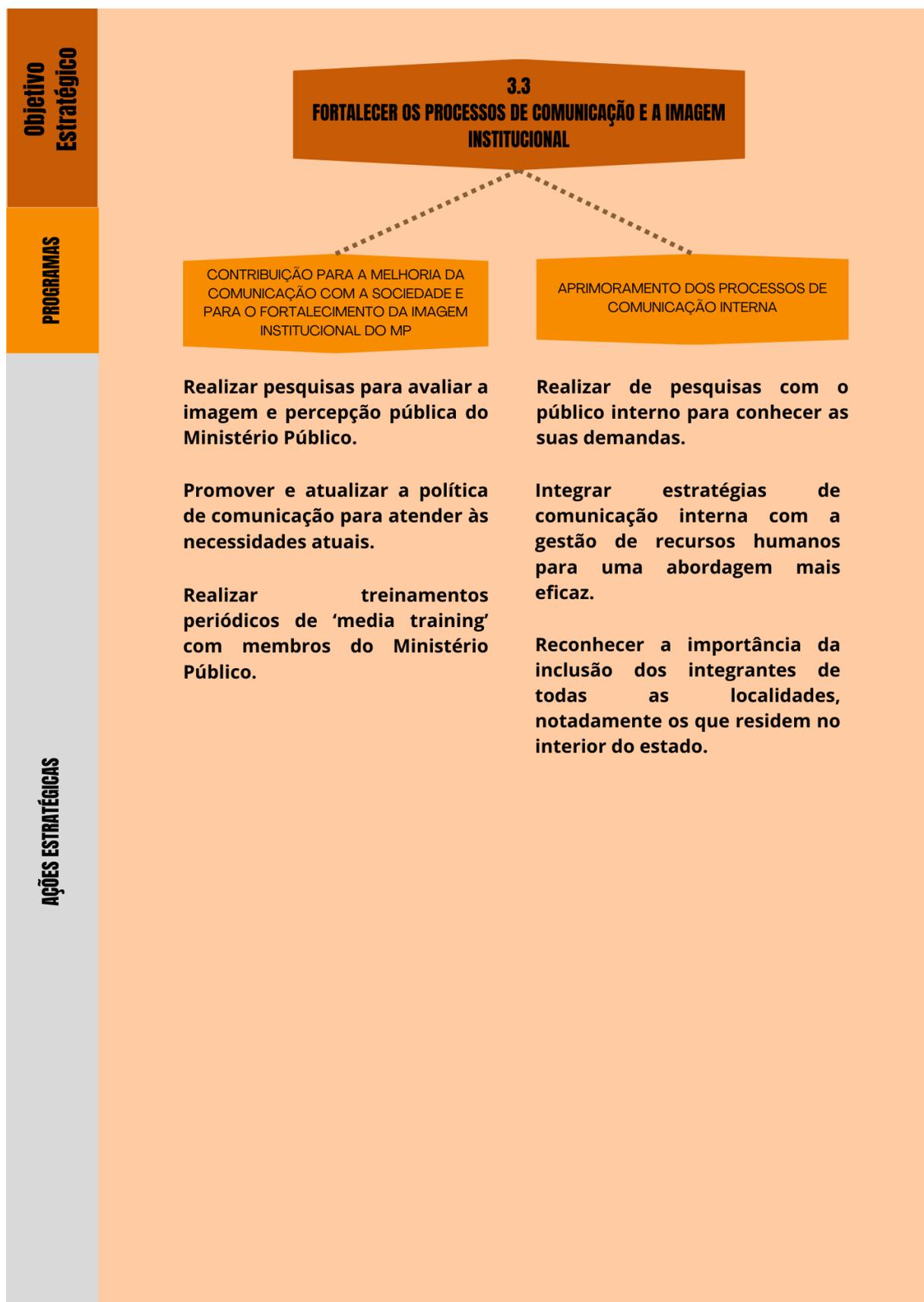
Disponibilizar ferramentas de atendimento virtual pelos órgãos das áreas fim e meio para públicos externos e internos, refletindo uma adaptação às demandas atuais por serviços on-line.

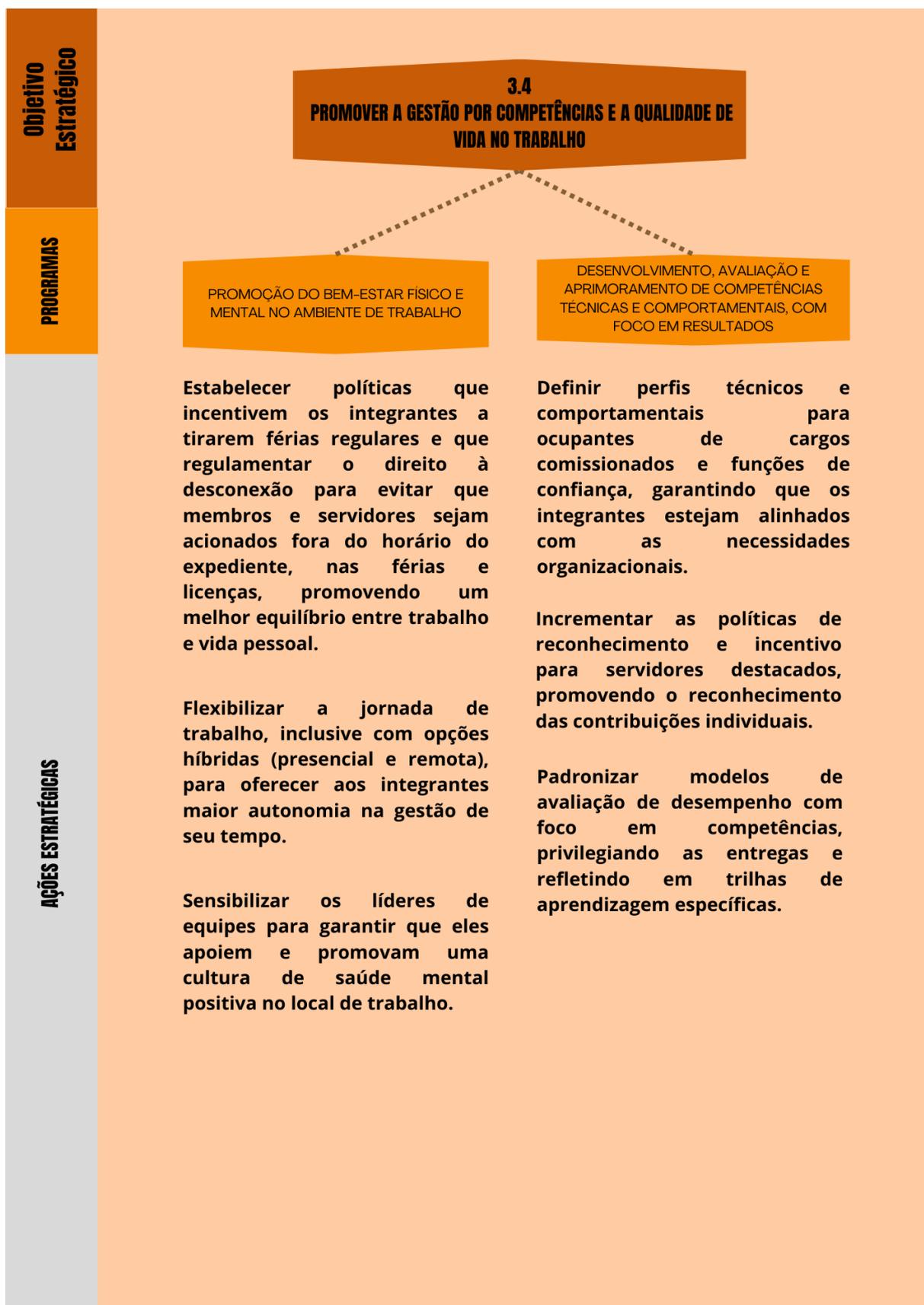
Promover soluções tecnológicas inovadoras, integradas e eficientes para todo o Ministério Público, destacando a importância da tecnologia na modernização das operações.

Fomentar boas práticas organizacionais com foco nos critérios ambientais, sociais e governança (ESG).









Objetivo
Estratégico

PROGRAMAS

ações
ESTRATÉGICAS

3.5
PROVER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INTEGRADAS E INOVADORAS

PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, POR MEIO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INTEGRADAS, INOVADORAS E COMPARTILHÁVEIS, COM FOCO NA EXPERIÊNCIA DO USUÁRIO

Fomentar a transformação digital, por meio de treinamentos e workshops, buscando criar uma cultura digital integrada.

Participar de medidas visando à integração e colaboração entre MPs para permitir a troca de informações e compartilhamento de dados.

Promover capacitações para uma cultura orientada a dados, enfatizando a importância de tomar decisões com base em informações e análises.

Promover a implementação de automação de processos internos por meio da utilização de Inteligência Artificial (IA) e Inteligência Artificial Generativa (IA Generativa), visando otimizar a eficiência e a produtividade das operações internas da organização.

APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DA INFRAESTRUTURA E DA GESTÃO DE RISCOS PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE TI

Definir um mapa de riscos na área de TI, visando compartilhamento com outras unidades do MP, para avaliar e colaborar na proposição de soluções.

Fomentar o uso de autenticação de dois fatores (2FA) para acessos a serviços de TI, reforçando a segurança.

Viabilizar a contratação de serviços em nuvem para otimizar recursos e flexibilidade operacional, observando-se a independência administrativa das unidades do MP.

3.3. Quadro comparativo quantitativo: PEN Original (1º ciclo) e PEN Revisado (2º ciclo)

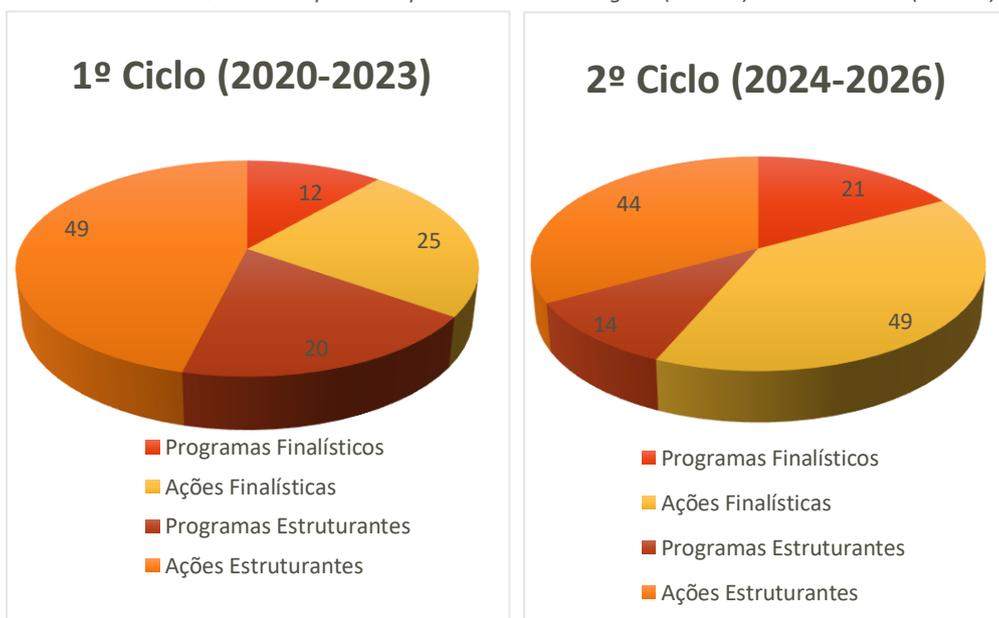
Com o processo de revisão do PEN-MP, observou-se um aumento no número de ações estratégicas, que cresceu de 74 para 93 no 2º ciclo. Por outro lado, houve uma redução significativa de 20% na quantidade de programas estratégicos, que diminuíram de 42 para 34. Essas mudanças quantitativas são evidenciadas no quadro comparativo subsequente.

Outra diferença reside em que os programas e ações da área finalística (área-fim) superaram em número os da área estruturante (área-meio). Isso se deu em razão da definição de um maior número de programas e ações estratégicas por eixo temático (Probidade Administrativa, Educação, Saúde, Infância e Juventude, Criminal, Execução Penal e Segurança Pública, Direitos Humanos, Meio Ambiente e Consumidor). Importante destacar que, nessa revisão, cada uma dessas áreas foi contemplada com, pelo menos, um programa estratégico.

As tabelas a seguir oferecem uma visão comparativa clara dessas alterações, permitindo uma melhor compreensão das mudanças e ajustes realizados na estrutura do PEN-MP 2020-2029 durante esse processo de revisão.

	Programas Finalísticos	Ações Finalísticas	Programas Estruturantes	Ações Estruturantes
1º Ciclo (2020-2023)	12	25	20	49
2º Ciclo (2024-2026)	21	49	14	44
Quadro Geral				
	Programas		Ações	
1º Ciclo (2020-2023)	42		74	
2º Ciclo (2024-2026)	35		93	

Tabela 7. Quadro comparativo quantitativo: PEN Original (1º ciclo) e PEN Revisado (2º ciclo)



4. RADAR ESTRATÉGICO: NOVO FORMATO DE MONITORAMENTO

4.1. Definição anual das contribuições pelas unidades

Atualmente, o monitoramento da implantação e do cumprimento do PEN-MP ocorrem por meio do Radar Estratégico, que consiste em um questionário aplicado anualmente às unidades e ramos do Ministério Público, nos termos do art. 8º, § 3º, da Resolução CNMP nº 147/2016, abrangendo todos os programas e ações estratégicas.

No entanto, em virtude do aumento no número de ações estratégicas definidas nesta Revisão do PEN-MP, e considerando a autonomia administrativa de cada unidade e ramo do MP brasileiro, o Radar estratégico passará a abranger apenas uma parcela dos programas e ações estratégicas. Assim, tendo em vista que o prazo de vigência desta Revisão é de três anos (2024-2026), a cada ano as unidades terão a oportunidade de escolher previamente quais programas e ações pretendem se comprometer a realizar.

Dessa forma, ao longo dos três anos de vigência do PEN-MP revisado, cada unidade definirá anualmente 31 ações estratégicas para serem executadas, deixando para os anos subsequentes as ações ainda não contempladas nos anos anteriores. Com isso, o preenchimento do Radar Estratégico também observará essas escolhas, garantindo com que a unidade ou ramo do MP tenha foco e autonomia para contribuir com o Planejamento Estratégico Nacional, de acordo com suas capacidades institucionais. Assim, o plano poderá ser cumprido de maneira escalonada e planejada, respeitando as particularidades e necessidades de cada unidade do Ministério Público.

4.2. Cronograma

Após a apresentação na sessão ordinária do Plenário do CNMP, será feita ampla divulgação dos novos programas e ações estratégicos aos ramos e unidades do Ministério Público. Em seguida, inicia-se a escolha pelas unidades do primeiro terço de programas estratégicos que serão executados ao longo de 2024 e mensurados em sua efetiva implementação no início de 2025.

Em 2026, terá início a 2ª e última revisão do PEN-MP, com vigência de 2027 a 2029.

A Resolução nº 147/2016, em seu art. 5º, *caput*, regula que, com a antecedência mínima de um ano do término do plano vigente, a CPE deverá submeter à aprovação do Plenário do CNMP o novo Planejamento Estratégico, vigente a partir de 2030.

4.3. Painel de *Business Intelligence* (BI)

No contexto da revisão do PEN-MP, foi criado um Painel de *Business Intelligence* que relaciona as iniciativas cadastradas no Sistema do Banco Nacional de Projetos (SisBNP) aos Objetivos do Planejamento Estratégico Nacional (PEN-MP 2020/2029).



Figura 7. Painel de *Business Intelligence*

O painel pode ser acessado na página da Comissão de Planejamento Estratégico, ou diretamente pelo link https://bit.ly/Painel_BNP-PEN.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Resolução CNMP nº 147, de 21 de junho de 2016**. Dispõe sobre o planejamento estratégico nacional do Ministério Público, estabelece diretrizes para o planejamento estratégico do Conselho Nacional do Ministério Público, das unidades e ramos do Ministério Público e dá outras providências. Disponível em: <<https://bit.ly/2Tq6Yhm>>. Acesso em: 20 dez. 2023.

BRASIL. Conselho Nacional do Ministério Público. **Planejamento Estratégico Nacional - Ministério Público 2020/2029: relatório final**. Brasília: CNMP, 2019. 149p. Disponível em: <<https://bit.ly/4axnoxd>>. Acesso em: 20 dez. 2023

BROWN, Tim. **Design Thinking**: uma metodologia poderosa para decretar o fim das velhas ideias. 1ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2010.

KAPLAN, R. S.; NORTON, D. P. **A Execução Premium** – A execução premium: a obtenção de vantagem competitiva através do vínculo da estratégia com as operações do negócio. 21ª ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

OSTERWALDER, Alexandre; PIGNEUR, Yves. **Business Model Generation** – Inovação em Modelos de Negócios: um manual para visionários, inovadores e revolucionários. Rio de Janeiro: Alta Books, 2011.

TORRES, Maria Cândida; TORRES, Alexandre Pavan. **Balanced scorecard**. 1ª ed. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

6. ANEXO – BANCO DE IDEIAS

Conforme mencionado anteriormente, durante os trabalhos desenvolvidos no curso do processo de revisão do PEN-MP 2020-2029, muitas ideias e boas práticas foram compartilhadas entre os colaboradores. É certo que a definição do plano estratégico tem como premissa a priorização de ações, sendo esses um dos fundamentos metodológicos adotados. Com isso, muito material foi produzido e, embora não tenha constado no resultado final, pode servir como inspiração para atuação dos membros e servidores no exercício de suas atribuições.

Assim, visando aproveitar todo o trabalho de colaboração, todas as ideias coletadas nas reuniões virtuais, e não priorizadas nas fases subsequentes, foram organizadas para formar de um **“Banco de Ideias”, com 1172 sugestões de ações estratégicas, distribuídas em 45 programas.**

Ressalta-se que essas contribuições não fazem parte Plano Estratégico Nacional e não são vinculativas.

Banco de Ideias

OE 1.1

APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DE AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR, E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE

EDUCAÇÃO

<p>Apoio a Alunos com Necessidades Educacionais Especiais: Fomentar políticas públicas de suporte à aprendizagem para alunos com necessidades educacionais especiais, assegurando que recebam a assistência necessária.</p>	<p>Atuação Integrada das Áreas da Educação, Saúde e Assistência Social: Promover a atuação integrada das áreas da educação, saúde e assistência/proteção social para implementar protocolos de busca ativa escolar e monitorar famílias e estudantes.</p>	<p>Envolvimento dos Pais na Comunidade Escolar: Estimular a participação ativa dos pais de alunos na comunidade escolar, criando um relacionamento que permite entender e prevenir as causas de evasão e abandono escolar.</p>	<p>Integração das Promotorias de Justiça: Atuar de forma integrada entre as promotorias de Justiça da educação, infância e juventude, defesa da pessoa com deficiência e assistência social para abordar questões de evasão e abandono escolar.</p>
<p>Políticas para Educação no Campo: Fomentar políticas públicas específicas para combater a evasão escolar em áreas rurais, considerando suas necessidades específicas.</p>	<p>Notificações de Evasão Escolar: Estimular as notificações de evasão escolar e encaminhamento das informações ao sistema de garantia de direitos para intervenção adequada.</p>	<p>Capacitação de Profissionais para Busca Ativa: Capacitar os profissionais que atuam nas escolas para realizar busca ativa de alunos que estão em risco de evasão.</p>	<p>Mapeamento das Fragilidades Escolares: Identificar e resolver as fragilidades das escolas por meio de mapeamento, visando combater a evasão escolar.</p>
<p>Programas de Redução da Distorção Idade/Série: Adotar programas para reduzir a distorção entre a idade e a série em que o aluno está matriculado.</p>	<p>Articulação das Redes de Garantia de Direitos: Fomentar ações que exijam a efetiva articulação das redes de garantia de direitos da infância e juventude para identificar e enfrentar as causas de evasão e abandono escolar.</p>	<p>Convênios de Cooperação: Celebrar convênios de cooperação com outros Ministérios Públicos que possuam ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) semelhantes.</p>	<p>Sistema de Notificação de Evasão Escolar: Promover a criação de um sistema de notificação de evasão escolar para intervenção imediata.</p>
<p>Atuação Conjunta com Secretarias de Educação: Implementar programas de atuação conjunta com as Secretarias Estaduais e Municipais de controle da frequência escolar.</p>	<p>Escuta Qualificada dos Alunos: Garantir a escuta qualificada dos alunos, criando um ambiente escolar acolhedor e pacífico.</p>	<p>Aulas de Reforço Pedagógico: Estimular a prática pedagógica de reforço de aulas para garantir que os alunos compreendam o conteúdo, reduzindo a repetência escolar.</p>	<p>Qualificação do Corpo Docente: Investir na qualificação do corpo docente para melhor atender às necessidades dos alunos.</p>
<p>Apoio à Aprendizagem: Adotar políticas públicas que ofereçam suporte de aprendizagem aos alunos, especialmente àqueles em situação de vulnerabilidade.</p>	<p>Aumento de Vagas na Educação de Jovens e Adultos: Fiscalizar a Educação de Jovens e Adultos (EJA) e aumentar o número de vagas para atender a demanda.</p>	<p>Divulgação da Importância da Educação: Realizar eventos e campanhas de conscientização para a comunidade sobre a importância do direito à educação.</p>	<p>Intercâmbio de Informações com Redes de Ensino: Aprimorar o intercâmbio de informações com as redes de ensino para acesso a dados e estatísticas de matrícula e frequência.</p>

Banco de Ideias

OE 1.1

APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DE AÇÕES PARA ENFRENTAMENTO DO ABANDONO E A EVASÃO ESCOLAR, E A CONSEQUENTE REDUÇÃO DA DEFASAGEM IDADE/SÉRIE

EDUCAÇÃO

Articulação com a Sociedade Civil e Poder Público: Manter articulações com diversos setores da sociedade civil e do poder público para combater a evasão escolar.

Fiscalização do Transporte Escolar: Fiscalizar o fornecimento de transporte escolar adequado e em quantidade suficiente para evitar a evasão escolar devido à distância entre a residência dos alunos e a escola.

Atendimento a Alunos com Deficiência: Estimular a atuação integrada com as áreas da saúde e assistência social para identificar crianças e adolescentes com deficiência que estão fora da escola e garantir avaliações e adaptações necessárias.

Programas de Atuação Conjunta: Implementar programas de atuação conjunta com Secretarias de Educação e outros órgãos, promovendo o envolvimento do Ministério Público com agentes públicos e conselhos tutelares.

Reavaliação da Metodologia Escolar: Promover a reavaliação da metodologia e da proposta pedagógica da escola para torná-la mais eficaz na prevenção da evasão.

Banco de Ideias

OE 1.1

APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR COM INTUITO DE EVITAR AS DIVERSAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, PROMOVENDO A PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR

EDUCAÇÃO

Sensibilização de Temas Inclusivos: Criar ações de sensibilização nas escolas sobre temas inclusivos, como bullying, discriminação de gênero e raça, para promover a conscientização e o respeito à diversidade.

Capacitação da Comunidade Escolar: Fomentar parcerias visando à capacitação da comunidade escolar, incluindo professores, pais e alunos, para lidar com questões relacionadas à inclusão e ao respeito às diferenças.

Ações de Autocomposição e Mediação de Conflitos: Desenvolver ações de autocomposição e mediação de conflitos nas escolas como uma forma de resolver questões de maneira pacífica.

Cumprimento da Lei 13.935/2019: Buscar o cumprimento da lei que prevê a alocação de psicólogos e assistentes sociais nas escolas para fornecer apoio emocional e social aos alunos.

Educação Plenamente Inclusiva: Atuar para assegurar a institucionalização do atendimento educacional especializado nos sistemas de ensino e escolas, garantindo educação plenamente inclusiva, conforme a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência.

Espaços Culturais nas Escolas: Recomendar a criação de espaços culturais nas escolas para promover a diversidade e a inclusão por meio de atividades culturais.

Escuta Social dos Grupos Interessados: Promover a escuta social dos grupos interessados, incluindo alunos, pais e comunidade, para entender suas necessidades e preocupações.

Política de Arrecadação Municipal: Fomentar a articulação com municípios e câmaras municipais para incrementar a política de arrecadação municipal e atualizar a legislação correspondente.

Participação em Audiências Públicas: Fomentar a participação em audiências públicas como um meio de envolver a sociedade na discussão do orçamento público.

Orçamento da Criança e do Adolescente: Fomentar a criação do Orçamento da Criança e do Adolescente para melhor implementação da Resolução n. 33 do CNMP.

Convênios de Cooperação: Celebrar convênios de cooperação com outros Ministérios Públicos que possuam ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) semelhantes.

Reflexão sobre Convivência e Valores: Fomentar ações que promovam a reflexão sobre a convivência, habilidades sociais e valores, visando enfrentar a violência e os preconceitos na escola.

Justiça Restaurativa: Utilizar técnicas de Justiça Restaurativa de forma preventiva para criar um ambiente dialogal e uma cultura de paz nas escolas, com foco nas questões que afetam os públicos mais vulneráveis.

Inclusão das Matrizes Indígenas no Ensino: Fomentar a inclusão das matrizes indígenas no ensino da história do Brasil.

Equipes Psicossociais nas Promotorias de Justiça: Dotar as promotorias de justiça com equipes psicossociais para assessoria técnica na solução de conflitos, multiplicação e incentivo à mediação.

Fiscalização da Legislação Antirracista: Firmar parcerias institucionais para fiscalização do cumprimento da legislação antirracista nas escolas e desenvolvimento de capacitações contínuas sobre a temática.

Educação das Relações Étnico-Raciais: Trabalhar e articular-se com os Conselhos de Educação e Secretarias de Educação para incluir o ensino da Educação das Relações Étnico-Raciais nas escolas, conforme a LDB e CNE.

Comitês nas Escolas: Formar comitês nas escolas compostos por técnicos e professores aptos a identificar discriminações e conflitos.

Promoção da Boa Convivência: Implementar ferramentas de promoção da boa convivência no ambiente escolar, como círculos restaurativos, comunicação não-violenta, mediação de conflitos e assembleias escolares.

Fiscalização do Cumprimento de Leis: Fiscalizar o cumprimento de leis relacionadas à educação, como a Lei 13.395/2019, Lei 10.639/2003 e 11.645/2008.

Banco de Ideias

OE 1.1 APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROGRAMA	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES JUNTO A COMUNIDADE ESCOLAR COM INTUITO DE EVITAR AS DIVERSAS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO, PROMOVENDO A PACIFICAÇÃO DE CONFLITOS NO AMBIENTE ESCOLAR	EDUCAÇÃO
Parcerias com Conselhos de Direitos: Intensificar parcerias com os conselhos de direitos, especialmente na área de defesa dos direitos humanos.	Diálogo entre Família e Escola: Estimular o diálogo entre família e escola por meio de reuniões periódicas para melhorar a comunicação e o entendimento mútuo.	Ações Antidiscriminatórias: Atuar para promover ações antidiscriminatórias no ambiente escolar.	Projetos de Integração dos Alunos: Estimular a realização de projetos escolares que promovam a integração dos alunos, como a disciplina "Projeto de Vida".
Eventos de Conscientização: Realizar eventos para conscientizar sobre a importância da aceitação e respeito às diferenças.	Ações Afirmativas no Ensino Superior: Fomentar e fiscalizar a implementação de ações afirmativas para acesso ao ensino superior.	Comitês de Gestão Colegiada: Promover a criação de comitês de gestão colegiada da rede de cuidado e proteção social das crianças e adolescentes vítimas ou testemunhas de violência.	

Banco de Ideias

OE 1.1 APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO	PROGRAMA	FOMENTO E PROMOÇÃO DO FORTALECIMENTO DA SEGURANÇA PÚBLICA	CRIMINAL, EXECUÇÃO PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA
Coleta e Compartilhamento de Dados: Fomentar a criação de bases de dados compartilhadas para rastrear e analisar indicadores criminais, possibilitando uma tomada de decisão baseada em dados mais eficaz.	Fiscalização de Planos de Segurança Pública: Fomentar a fiscalização do cumprimento das metas estabelecidas nos planos estaduais de segurança pública e a aplicação dos recursos dos fundos estaduais para garantir a eficácia desses planos.	Reintegração de Pessoas Privadas de Liberdade: Promover políticas públicas que aumentem a oferta de trabalho, educação, capacitação, assistência religiosa e atendimento psicossocial para as pessoas privadas de liberdade, com foco na reintegração à sociedade e na redução da reincidência criminal.	Aprimoramento do Controle Externo da Atividade Policial: Melhorar o controle externo das atividades policiais, permitindo o acesso remoto aos inquéritos policiais, garantindo a prestação de contas e a transparência.
Estruturação da Tutela Difusa da Segurança Pública: Estabelecer políticas institucionais, promotorias e núcleos especializados para fortalecer a proteção do direito difuso à segurança pública.	Colaboração entre Órgãos de Justiça e Polícia: Fomentar a criação de grupos de atuação em tutela coletiva de execução penal que trabalhem em conjunto com os Grupos de Atuação Especial Contra o Crime Organizado (GAECO) para combater o crime de maneira mais eficaz.	Redução da Reincidência: Desenvolver projetos que encaminhem imediatamente os investigados para programas que visam à redução da reincidência, focando na reabilitação e reintegração.	Prevenção da Criminalidade: Incentivar ações de inteligência para identificar áreas mais violentas nos municípios e implementar medidas de prevenção, envolvendo tanto órgãos repressores quanto políticas públicas.
Participação Social em Conselhos de Segurança: Fomentar a criação e efetivo funcionamento dos conselhos municipais de segurança pública com a participação da sociedade para definir diretrizes das políticas públicas de segurança.	Controle Externo Uniforme e Capacitação: Regular formalmente o controle externo da atividade policial e acompanhar as políticas públicas, investindo na capacitação dos envolvidos para a prevenção e apuração de crimes.	Diálogo com Forças Policiais: Fomentar o diálogo com as forças policiais para aprimorar suas atuações com base na jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores.	Integração e Sistematização de Informações: Implantar métodos e processos objetivos e sistemáticos para aumentar a efetividade do controle externo da atividade policial e melhorar a resolução de casos.
Desenvolvimento de Planos Municipais de Segurança: Fomentar a criação, implementação e execução dos planos municipais de segurança pública, alinhados com o Plano Nacional de Segurança Pública e envolvendo a participação social.	Preservação da Cadeia de Custódia: Garantir uma melhor preservação da cadeia de custódia de evidências, fortalecendo a integridade das investigações criminais.	Engajamento Comunitário: Criar estratégias de engajamento comunitário por meio de redes sociais e aplicativos móveis para melhorar a comunicação entre a polícia, promotores e a comunidade.	Fiscalização de Recursos e Políticas: Atuar na fiscalização da destinação legal de drogas, armas, objetos e veículos apreendidos, bem como dos repasses do Fundo Nacional de Segurança Pública para Estados e Municípios.
Parcerias com Instituições Sem Fins Lucrativos: Estabelecer parcerias com organizações sem fins lucrativos para apoiar pessoas privadas de liberdade e egressos do sistema prisional.	Políticas de Promoção do Trabalho: Investir em políticas de promoção do trabalho para pessoas presas e egressos, buscando sua reintegração eficaz na sociedade.	Recompensas por Boas Práticas Policiais: Criar prêmios e reconhecimentos por boas práticas policiais, incentivando comportamentos exemplares em contraponto às premiações por apreensões de armas e drogas.	

Banco de Ideias

OE 1.1

APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA

APERFEIÇOAMENTO A ATUAÇÃO FINALÍSTICA DOS MPS COM USO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO REMOTO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE

MEIO AMBIENTE

Fomentar a transparência dos órgãos ambientais, especialmente na emissão de autorizações de supressão vegetal, garantindo maior controle e responsabilidade na concessão dessas autorizações.

Atuar no combate ao desmatamento ilegal, com ênfase na preservação das áreas florestais.

Estimular a criação de Grupos de Atuação Especializados em Meio Ambiente vinculados aos Centros de Apoio Ambientais, aprimorando o foco das ações.

Criação de laboratórios de geoprocessamento em todas as unidades do Ministério Público para melhorar a análise de dados e imagens.

Buscar o compartilhamento de informações geradas pelos sistemas de fiscalização de desmatamento mais modernos.

Buscar mecanismos de inteligência artificial para ampliar a atuação do Ministério Público em grande escala.

Uniformização da metodologia de valoração do dano nos casos de alertas de desmatamentos e queimadas obtidos por monitoramento remoto.

Adotar sistemas de registro e monitoramento do patrimônio histórico e arquitetônico para preservação do patrimônio cultural.

Fomentar a criação de laboratórios de inteligência artificial nos Ministérios Públicos.

Otimizar a produção técnica ministerial institucional com a criação de sistemas e bancos de dados especializados.

Incentivar o uso de tecnologias para monitoramento e controle das áreas de recuperação ambiental, como o reflorestamento.

Estruturar unidades de geoprocessamento nos Ministérios Públicos para análise mais eficaz de dados geoespaciais.

Aprimorar o núcleo de geoprocessamento dos Ministérios Públicos de acordo com a realidade local.

Aperfeiçoar o sistema de transparência ambiental entre órgãos de proteção ambiental, sociedade civil e Ministérios Públicos.

Capacitar os técnicos dos centros de apoio para análise mais objetiva de imagens de satélite, fornecendo informações claras e precisas para os inquéritos civis.

Fomentar políticas de combate ao desmatamento ilegal, visando à preservação ambiental.

Realizar capacitação da equipe ministerial para o combate ao desmatamento.

Uso de imagens de satélite com instituição de equipe técnica regional para análise de contestações e direcionamento das ações.

Atuar de forma integrada com o MAPBiomos Alerta para monitorar desmatamentos.

Criar grupos de Promotores e técnicos para analisar imagens de satélite de determinadas regiões e priorizar a regularização ambiental de imóveis rurais mais degradados.

Banco de Ideias

OE 1.1

APERFEIÇOAR A ATIVIDADE INVESTIGATIVA E DE INTELIGÊNCIA DO MINISTÉRIO PÚBLICO

PROGRAMA

APERFEIÇOAMENTO A ATUAÇÃO FINALÍSTICA DOS MPS COM USO DE NOVAS TECNOLOGIAS DE MONITORAMENTO REMOTO NA DEFESA DO MEIO AMBIENTE

MEIO AMBIENTE

Capacitar os membros e servidores para trabalhar com ferramentas de geoespecialização.

Identificar ferramentas de registro das manifestações culturais.

Promover cursos sobre a temática para promotores de justiça.

Aperfeiçoar a investigação dos crimes ambientais pelo Ministério Público.

Fomentar o aumento da destinação de recursos orçamentários pelos MPs Estaduais e do MPF para a realização de perícias ambientais.

Integrar os Inquéritos Civis e demais procedimentos do MP no sistema Sirenejudi.

Estruturar os laboratórios de geoprocessamento dos MPs.

Atuar para apoiar a implementação da política de recursos hídricos.

Assegurar a ação de inteligência e ferramentas para combate ao tráfico de animais silvestres.

Fomentar a capacitação dos membros e servidores no uso de novas tecnologias.

Usar tecnologias para identificar ligações clandestinas de esgoto e drenagem.

Buscar novas tecnologias para combater a poluição sonora.

Elaborar modelos de atuação em casos envolvendo alertas de desmatamentos obtidos por imagens de satélite e sensoriamento remoto.

Promover a fiscalização da adequada destinação de resíduos sólidos.

Compelir órgãos ambientais a corrigirem os Cadastros Ambientais Rurais (CARs) sobrepostos.

Criar um assunto específico, "Desmatamentos e Queimadas," dentro das tabelas unificadas.

Impedir a criação de CARs em Unidades de Conservação e outras áreas protegidas.

Fomentar a implementação da tarifa social nos planos estaduais e municipais de saneamento básico.

Promover ações de conservação da biodiversidade.

Fomentar a educação ambiental nos municípios sobre a importância da conservação e preservação do meio ambiente.

Banco de Ideias

OE 1.2

APRIMORAR A EFETIVIDADE DA PERSECUÇÃO CIVIL E PENAL, ASSEGURANDO AINDA DIREITOS E GARANTIAS A ACUSADOS E VÍTIMAS

PROGRAMA

PRIORIZAÇÃO DA PERSECUÇÃO DOS CRIMES DE ORGANIZAÇÕES CRIMINOSAS, DOS FEMINICÍDIOS, DOS CRIMES CONTRA A IMPRENSA E DOS CRIMES VIOLENTOS, HEDIONDOS E EQUIPARADOS.

CRIMINAL, EXECUÇÃO PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA

Intercâmbio de Informações entre Órgãos de Inteligência: Reforçar a troca de informações qualificadas entre os órgãos de inteligência dos Ministérios Públicos para melhorar a investigação de crimes.

Banco de Dados Nacional sobre Integrantes de Organizações Criminosas: Estabelecer um banco de dados nacional sobre os integrantes de organizações criminosas, incluindo líderes e estrutura financeira.

Desmonetização de Organizações Criminosas: Trabalhar na desmonetização das organizações criminosas para enfraquecê-las.

Núcleos de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos: Estruturar e fomentar a criação de Núcleos de Apoio às Vítimas de Crimes Violentos, incluindo vítimas indiretas de violência.

Tecnologia da Informação no Combate ao Crime Organizado: Promover a gestão da tecnologia da informação para melhorar o uso de recursos tecnológicos no combate ao crime organizado.

Protocolos de Investigação: Estabelecer protocolos e normas para medidas investigatórias envolvendo crimes violentos.

Aprimoramento da Capacitação: Investir na capacitação de membros e servidores, especialmente nas áreas de inteligência e uso de tecnologia na persecução penal.

Criação de Núcleos Especializados: Criar núcleos especializados para lidar com organizações criminosas e crimes graves.

Registro de Vítimas: Incluir registros de vítimas em sistemas institucionais, permitindo pesquisa e visualização desses dados.

Estruturação de Projetos Específicos: Estruturar projetos para uma atuação mais eficaz na letalidade policial, vitimização e persecução de crimes violentos.

Apoio às Vítimas: Estabelecer estruturas de apoio às vítimas, incluindo atendimento humanizado.

Metas de Atuação: Estabelecer metas em conjunto com o judiciário para apurar e julgar os crimes priorizados.

Combate ao Femicídio: Elaborar roteiros de atuação e termos de cooperação para o combate ao feminicídio com perspectiva de gênero.

Esclarecimento de Mortes Decorrentes de Intervenção Policial: Criar grupos de investigação especializados para o esclarecimento de mortes decorrentes de intervenção policial.

Coordenação Centralizada de Demandas: Estabelecer coordenações para centralizar as demandas de combate a organizações criminosas e crimes contra a administração pública.

Preservação da Autonomia Institucional: Garantir a autonomia institucional para a investigação criminal.

Treinamento para Identificação de Casos Resolutivos: Capacitar membros e servidores para identificar casos que terão resolutividade, atuando de maneira seletiva e eficaz.

Banco de Ideias

OE 1.3

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

DEFESA DO CONSUMIDOR NO AMBIENTE DIGITAL

CONSUMIDOR

Responsabilidade Civil de Plataformas Digitais: Promover a responsabilidade civil das plataformas digitais e redes sociais pelos danos causados aos consumidores.

Combate ao Comércio Irregular na Internet: Enfrentar a publicidade enganosa e o comércio irregular na internet.

Defesa dos Direitos dos Consumidores nas Vendas Online: Promover ações voltadas para garantir os direitos dos consumidores nas vendas online.

Utilização de Inteligência Artificial: Utilizar inteligência artificial para detectar fraudes em larga escala.

Proteção de Dados Pessoais dos Consumidores: Atuar na proteção do tratamento de dados pessoais dos consumidores.

Capacitação sobre LGPD e CDC: Promover capacitações sobre a aplicação da Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD) e o Código de Defesa do Consumidor (CDC).

Cadastro Nacional de Empresas: Criar um cadastro nacional interno de empresas que prejudicam os consumidores, incluindo informações sobre os sócios.

Combate a Pirâmides Financeiras e Crimes Cibernéticos: Enfrentar pirâmides financeiras e crimes cibernéticos no fornecimento de produtos e serviços.

Painéis de Business Intelligence (BI): Elaborar painéis de BI para fiscalizar o comércio eletrônico.

Programas de Educação nas Plataformas Digitais: Exigir das grandes plataformas digitais a criação de programas de educação e orientação ao consumidor.

Fiscalização do Tratamento de Dados: Fiscalizar a forma como as plataformas e redes sociais tratam os dados pessoais dos consumidores.

Cadastro de Golpistas: Fomentar o cadastro de pessoas condenadas por golpes em um local centralizado.

Regulamentação do Comércio Eletrônico: Acompanhar o projeto de lei que regulamenta o comércio eletrônico no Brasil.

Proteção de Hipervulnerabilidades: Priorizar a identificação de grupos hipervulneráveis nas relações de consumo, como idosos, crianças e pessoas com deficiência.

Parcerias e Cooperação: Realizar convênios e termos de cooperação com órgãos como a SENACON, ANPD e consumidor.gov para obter informações e fortalecer a atuação na defesa dos direitos dos consumidores.

Políticas de Fortalecimento da Defesa do Consumidor: Fomentar políticas públicas para fortalecer os instrumentos de defesa dos direitos do consumidor.

Inclusão Digital: Criar e implementar medidas para diminuir a exclusão digital, garantindo que mais pessoas tenham acesso às transações online.

Atuação Integrada: Incentivar a atuação integrada entre Promotorias do Consumidor e da Infância e Juventude para proteger crianças e adolescentes no ambiente digital.

Atuação com Gaeco: Articular a atuação conjunta com o Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (Gaeco) para enfrentar delitos em massa.

Desenvolvimento de Ferramentas: Desenvolver ferramentas de fiscalização e firmar convênios para acessar ferramentas digitais que auxiliem o Ministério Público na sua atuação.

Banco de Ideias

OE 1.3

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO O ACOMPANHAMENTO DA SEGURANÇA ALIMENTAR

CONSUMIDOR

Fortalecimento das Vigilâncias Sanitárias Municipais: Reforçar as Vigilâncias Sanitárias Municipais para a proteção e defesa do consumidor no âmbito da segurança alimentar.

Implementação das Resoluções da Anvisa: Fomentar a aplicação das resoluções da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) relacionadas à higiene nos alimentos.

Rastreabilidade de Alimentos: Promover a aplicação de atos normativos relacionados à rotulagem e rastreabilidade de alimentos e acompanhar sua implementação.

Controle de Agrotóxicos em Alimentos: Monitorar os níveis de agrotóxicos em alimentos, incluindo a fiscalização do uso de agrotóxicos, mesmo em produtos orgânicos.

Fiscalização de Produtos de Origem Animal: Combater produtos de origem animal clandestinos e fiscalizar a qualidade da água mineral e o envase de botijões.

Laboratórios e Peritos: Disponibilizar laboratórios e peritos para análises técnicas e emissão de laudos sobre alimentos e questões de (im)propriedade.

Controle Social da Qualidade da Água: Incentivar mecanismos de controle social para monitorar a qualidade da água.

Fiscalização de Matadouros e Abate Clandestino: Fomentar a fiscalização dos matadouros públicos e combater o abate clandestino de animais, incluindo aves.

Serviços de Inspeção: Fomentar e fiscalizar os Serviços de Inspeção Municipal, Estadual e Federal.

Compartilhamento de Dados: Promover o compartilhamento de dados entre os órgãos fiscalizadores para melhorar a eficácia da fiscalização.

Fiscalização do Cumprimento da Rotulagem: Fiscalizar o cumprimento pelas empresas quanto à rotulagem dos produtos.

Articulação com Órgãos de Defesa do Consumidor: Articular com as Delegacias de Polícia de Defesa do Consumidor, Procons estaduais e municipais para aprimorar a fiscalização.

Atuação em Rede: Atuar em rede com diversos órgãos e instituições, incluindo Vigilância Sanitária, Agência de Fiscalização Agropecuária, Conselhos de Classe, órgãos de controle e outros.

Combate a Produtos Impróprios: Desenvolver estratégias para combater a venda de produtos de origem animal impróprios para o consumo.

Parcerias com Universidades: Firmar convênios com universidades federais para realização de testes de quantitativo de agrotóxicos em alimentos.

Combate ao Uso de Agrotóxicos: Combater o uso indiscriminado de agrotóxicos na produção agrícola e monitorar sua presença nos alimentos.

Rastreabilidade dos Alimentos: Fomentar a rastreabilidade dos alimentos para garantir sua procedência e qualidade.

Canais de Denúncia: Estabelecer canais de denúncia específicos para receber informações sobre problemas na segurança alimentar.

Educação de Pequenos Produtores: Promover a educação de pequenos produtores de alimentos para garantir a qualidade e segurança de seus produtos.

Monitoramento da Qualidade da Água: Monitorar a qualidade da água em locais de risco, como escolas, unidades de saúde e presídios, onde há grande concentração de público.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

RESOLUTIVIDADE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO

SAÚDE

Garantir um estoque adequado de imunizantes para atender às demandas de vacinação.

Promover campanhas educacionais para estimular a busca ativa e combater o absenteísmo na vacinação.

Realizar campanhas de conscientização sobre a importância e eficácia das vacinas.

Fomentar o Programa Saúde na Escola (PSE) na verificação da situação vacinal, integrando saúde e educação.

Realizar avaliação diagnóstica da cobertura vacinal no território para identificar lacunas.

Propor o planejamento de ações locais para aumentar a cobertura vacinal, em consonância com a Tema 698 do STF.

Trabalhar de forma conjunta com outras áreas, como educação e assistência social, para garantir a vacinação eficaz.

Atuar de forma interinstitucional articulada para superar as dificuldades na cobertura vacinal por microrregião.

Articular ações para vacinação nas escolas, tornando o ambiente escolar um local de imunização.

Promover campanhas de conscientização sobre a segurança e eficácia das vacinas.

Atuar conjuntamente envolvendo saúde, educação e órgãos de infância e juventude.

Articular parcerias com líderes comunitários para ampliar o apoio à vacinação.

Fiscalizar programas de saúde do trabalhador para prever a imunização de trabalhadores.

Fomentar ações de vacinação fora dos locais tradicionais, como campanhas em comunidades e espaços públicos.

Atuar junto às promotorias da educação para viabilizar campanhas de imunização nas instituições de ensino.

Sugerir ao Poder Público diversificar horários, dias e locais de vacinação para facilitar o acesso.

Realizar acompanhamento periódico do déficit na cobertura vacinal do território.

Divulgar locais de vacinação pela internet para facilitar o acesso da população.

Articular ações para ampliar os locais e horários de vacinação.

Vincular a matrícula escolar à regularidade vacinal, incentivando a vacinação.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

RESOLUTIVIDADE PARA CUMPRIMENTO DAS METAS DO PLANO NACIONAL DE IMUNIZAÇÃO

SAÚDE

Fiscalizar postos de vacinação para garantir a adequação às normativas vigentes.

Fomentar campanhas de vacinação em locais com grande fluxo de crianças, como escolas, shoppings e zoológicos.

Promover um trabalho integrado entre educação e saúde para melhorar a imunização.

Conscientizar a população sobre a segurança e importância do processo vacinal, em parceria com a rede de ensino e órgãos de proteção da infância e juventude.

Fomentar o combate às Fake News, mobilizando os membros do MP para enfrentar a desinformação.

Usar redes sociais para informar a população e aumentar a busca pelas vacinas.

Fomentar campanhas de incentivo à vacinação para motivar as pessoas a se imunizarem.

Acompanhar a operacionalização das campanhas de vacinação para garantir sua eficácia.

Qualificar os dados nos sistemas de informação em saúde para melhor monitorar a cobertura vacinal.

Articular com os atores da rede para efetivar a cobertura vacinal.

Realizar reuniões com a comunidade para esclarecer a importância das vacinas.

Trabalhar em conjunto com a área da educação para promover a imunização eficaz.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

FOMENTO À ARTICULAÇÃO EM REDES COM ÓRGÃOS E INSTITUIÇÕES PÚBLICAS E ENTIDADES DA SOCIEDADE CIVIL PARA A DEFESA DO PATRIMÔNIO PÚBLICO E O COMBATE EFETIVO À CORRUPÇÃO

PROBIDADE ADMINISTRATIVA

Uniformização de Critérios de Transparência: Estimular a uniformização de critérios mínimos de transparência na gestão pública, garantindo que as informações sejam facilmente acessíveis e compreensíveis para o público.

Capacitação Regionalizada de Gestores: Promover capacitações regionais com gestores públicos para a implementação de programas de integridade e o desenvolvimento de uma cultura de planejamento e gestão de riscos.

Formação de Agentes Populares: Estimular a formação de agentes populares para fiscalizar os gastos públicos e atuar como vigilantes da integridade na administração pública.

Publicidade de Dados Bancários: Criar rotinas de publicidade dos dados bancários das contas de entes públicos, aumentando a transparência nas transações financeiras.

Rede Estadual de Controle: Fomentar a criação de uma rede estadual que una órgãos de controle interno e externo, bem como entidades da sociedade civil, com o objetivo de proteger o patrimônio público e a moralidade administrativa.

Aperfeiçoamento de Ouvidorias: Aperfeiçoar as estruturas de ouvidoria dos entes públicos para garantir o recebimento e tratamento adequado das demandas da sociedade.

Canais de Comunicação Direta: Criar canais diretos de comunicação entre a sociedade e os órgãos públicos para troca de informações e ações integradas em prol da transparência e da integridade.

Fiscalização de Conselhos Municipais: Realizar ações de fiscalização dos conselhos municipais para garantir que eles funcionem de acordo com a legislação e cumpram seus objetivos.

Intercâmbio de Dados entre Órgãos de Controle: Buscar uma melhor interação entre os órgãos de controle no compartilhamento de dados para fortalecer as investigações e a fiscalização.

Monitoramento de Políticas Públicas: Monitorar a efetividade das políticas públicas com base em indicadores sociais para garantir que os recursos públicos sejam aplicados de forma eficaz.

Cultura da Transparência: Promover a cultura da transparência, garantindo que informações sobre receitas e despesas estejam disponíveis em tempo real para o público.

Alinhamento entre Órgãos de Controle e MP: Alinhar as capacidades operacionais e os âmbitos de atuação entre os órgãos de controle, como Tribunais de Contas, e o Ministério Público para uma atuação mais coordenada.

Fórum de Discussões: Criar um fórum permanente de discussões para debater temas relacionados a procedimentos de controle, combate à corrupção e integridade na administração pública, permitindo a troca de conhecimentos entre os órgãos de controle interno do Estado.

Fiscalização das Ouvidorias Municipais: Fiscalizar o funcionamento das ouvidorias municipais para garantir que elas cumpram seu papel de receber e encaminhar as demandas da sociedade.

Capacitação do Controle Social: Promover a capacitação do controle social para que os cidadãos possam exercer um controle efetivo sobre as ações do governo.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

ATUAÇÃO INTEGRADA E PREVENTIVA NO ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MEIO AMBIENTE

Promover a implementação de cursos sobre direito climático nos Ministérios Públicos.

Adotar estratégias de identificação e remoção de moradias situadas em áreas de risco para mitigar desastres naturais.

Implementar políticas públicas voltadas ao combate da escassez hídrica e à gestão sustentável dos recursos hídricos.

Promover a conscientização social e a educação ambiental sobre as mudanças climáticas.

Capacitar os membros do Ministério Público em estratégias de litigância climática.

Fomentar políticas públicas de habitação de interesse social.

Incentivar programas de Pagamento por Serviços Ambientais para preservar ecossistemas.

Combater o desmatamento de biomas por meio de medidas de conservação.

Fomentar políticas públicas urbanísticas para cidades sustentáveis.

Implementar medidas para reprimir e prevenir o uso irregular de agrotóxicos.

Desenvolver programas de fiscalização da qualidade e disponibilidade de água e preservação de áreas urbanas próximas a mananciais.

Estruturar adequadamente os órgãos de proteção e defesa civil.

Fomentar ações de recuperação de vegetação em áreas urbanas.

Fomentar o controle social da legislação urbanística.

Garantir a existência e conservação das áreas ambientalmente protegidas.

Fomentar a implementação dos instrumentos da política nacional de recursos hídricos.

Fortalecer as Defesas Cíveis Municipais, incluindo recursos humanos e equipamentos.

Indicar uma estrutura mínima de servidores técnicos especializados pelo CNMP para atuar em demandas ambientais.

Fomentar a completa estruturação da defesa civil nos municípios.

Buscar a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Contingência.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

ATUAÇÃO INTEGRADA E PREVENTIVA NO ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MEIO AMBIENTE

Fomentar políticas de proteção e defesa civil.

Atuar para exigir a regularização ambiental de imóveis rurais.

Fomentar o reúso de recursos hídricos e efluentes tratados.

Desenvolver protocolos de atuação para casos de emergência hídrica em cada Estado da Federação.

Fiscalizar se os riscos climáticos estão sendo considerados nas revisões dos Planos Diretores municipais.

Adotar medidas para promover a adequada gestão dos recursos hídricos.

Atuar em coordenação com a academia para promover diagnósticos científicos relacionados à questão climática.

Garantir a proteção dos biomas e da biodiversidade.

Induzir políticas de incentivo ao investimento em pesquisa e desenvolvimento de tecnologias de mitigação.

Estudar e discutir Litigância Climática como estratégia legal.

Promover o debate público das questões relacionadas às mudanças climáticas.

Promover a atuação ministerial na conservação de espécies da fauna e flora ameaçadas de extinção.

Estimular o uso de ferramentas tecnológicas para prevenir, reprimir e reparar o desmatamento.

Fomentar ações de combate à desertificação.

Acompanhar as leis municipais que estabelecem as Áreas de Preservação Permanente (APPs) de acordo com a legislação vigente.

Fomentar a criação de centros de restauração florestal.

Estabelecer estratégias de atendimento às vítimas de desastres e garantia de seus direitos fundamentais, com participação e controle sociais.

Fomentar políticas para aumento da cobertura vegetal.

Promover a preservação do espaço marítimo.

Definir espaços ambientais prioritários para a preservação de corredores da biodiversidade.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

ATUAÇÃO INTEGRADA E PREVENTIVA NO ENFRENTAMENTO AOS DESAFIOS IMPOSTOS PELAS MUDANÇAS CLIMÁTICAS

MEIO AMBIENTE

Promover a produção de diagnósticos das emissões dos gases de efeito estufa junto aos estados.	Atuar para exigir a regularização ambiental de imóveis rurais.	Fomentar o reúso de recursos hídricos e efluentes tratados.	Desenvolver protocolos de atuação para casos de emergência hídrica em cada Estado da Federação.
Fiscalizar se os riscos climáticos estão sendo considerados nas revisões dos Planos Diretores municipais.	Adotar medidas para promover a adequada gestão dos recursos hídricos.	Atuar em coordenação com a academia para promover diagnósticos científicos relacionados à questão climática.	Atuar no combate ao desmatamento ilegal.
Promover o debate sobre uma reforma tributária sustentável junto aos estados e à sociedade.	Disseminar modelos de atuação para fomentar e controlar obras e serviços de fornecimento de energia sustentável.	Buscar a implementação do Código Florestal para a conservação das florestas.	Fortalecer a gestão administrativa ministerial na preservação do bioma amazônico.
Incentivar a criação de Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs).	Atuar no fomento à implementação de unidades de conservação.	Fomentar políticas públicas para o manejo sustentável de águas em áreas urbanas, visando à mitigação dos impactos da urbanização no ciclo hidrológico.	Fomentar a transição energética para fontes mais limpas.
Promover, junto aos estados e à união, uma legislação mais eficiente em relação às questões climáticas.	Atuar no combate à pesquisa e lavra irregular de bens minerais.	Combater o uso indiscriminado de agrotóxicos para a proteção ambiental e da saúde.	Atuar para garantir a gestão participativa e descentralizada dos recursos hídricos.

Banco de Ideias

OE 1.3

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

FORTEALECIMENTO DA ATUAÇÃO VOLTADA AO COMBATE A TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS

DIREITOS HUMANOS

Letramento Racial nos Cursos de Aperfeiçoamento: Incluir letramento racial nos cursos de aperfeiçoamento de membros e servidores do Ministério Público.	Fiscalização da Rede SUAS: Fiscalizar os serviços da rede SUAS de atenção à população em situação de rua.	Enfrentamento ao Racismo Institucional: Implementar ações de enfrentamento ao racismo institucional.	Redução de Danos e "Housing First": Fomentar políticas de redução de danos, "housing first" e similares para pessoas em situação de rua e com problemas relacionados ao uso de álcool e drogas.
Escutas dos Movimentos Sociais e Populações Vulneráveis: Promover escutas permanentes dos movimentos sociais e populações vulneráveis e sistematizar essas demandas para ação institucional.	Núcleo Interno de Atuação Específica: Criar núcleos internos de atuação do Ministério Público voltados para diferentes áreas, como defesa dos direitos das pessoas com deficiência, direitos LGBT, combate ao racismo, povos e comunidades originárias, etc.	Capacitação de Forças de Segurança: Capacitar as forças de segurança para um tratamento adequado de pessoas negras e LGBT+.	Manuais de Atuação em Crimes de Racismo e Homofobia: Elaborar manuais de atuação ministerial em crimes de racismo e homofobia.
Educação em Direitos Humanos: Implementar a educação em direitos humanos, especialmente no Sistema de Justiça e no de Segurança Pública.	Proteção dos Direitos de Pessoas com Transtorno do Espectro Autista (TEA): Fomentar a proteção dos direitos das pessoas com TEA nas áreas da saúde, educação, consumidor, infância e juventude e direitos humanos.	Campanhas de Inclusão: Realizar campanhas de inclusão de pessoas com TEA e outras neurodiversidades na sociedade e no mercado de trabalho.	Fomento à Cultura de Direitos Humanos: Fomentar uma cultura de direitos humanos no âmbito do Ministério Público por meio de cursos de capacitação e ações educativas.
Campanhas de Prevenção e Conscientização: Promover campanhas de prevenção e conscientização sobre direitos humanos e igualdade.	Criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos: Atuar na criação de Conselhos Estaduais e Municipais de Direitos Humanos.	Fiscalização dos Serviços e Equipamentos do SUAS: Atuar na fiscalização e implementação dos serviços, equipamentos e benefícios do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para a população em situação de rua.	Ações Afirmativas nas Reservas de Vagas: Fomentar ações afirmativas de reserva de vagas para pessoas negras em concursos públicos.
Parcerias com Empresas Privadas: Criar parcerias com empresas privadas para a contratação de pessoas em situação de vulnerabilidade discriminatória.	Observação de Cotas Raciais: Garantir o cumprimento das cotas raciais em todos os concursos públicos.	Campanhas de Sensibilização: Realizar campanhas de sensibilização para conscientizar a sociedade sobre discriminação e preconceito.	Criação de Núcleo Especializado: Estabelecer um núcleo especializado no Ministério Público dedicado a questões relacionadas ao TEA e neurodiversidades.

Banco de Ideias

OE 1.3

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

ENFRENTAMENTO DAS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

DIREITOS HUMANOS

Desenvolver um plano de atuação integrada em favor da população em situação de rua.

Promover os direitos dos povos originários, como indígenas e quilombolas.

Fomentar a implementação dos conselhos municipais da pessoa idosa.

Intervir nos casos de conflitos fundiários, priorizando o direito de acesso à terra e à moradia.

Acompanhar e fiscalizar políticas públicas em apoio à população em situação de rua.

Promover a desinstitucionalização e garantir a efetividade da Reforma Psiquiátrica.

Ampliar o cadastramento de pessoas no CadÚnico para inclusão em programas socioassistenciais.

Aperfeiçoar a ação integrada das unidades do Ministério Público para a transversalidade dos direitos fundamentais.

Realizar o mapeamento nacional de povos e comunidades tradicionais.

Fortalecer e fiscalizar os equipamentos públicos que oferecem serviços assistenciais.

Fomentar a articulação de redes de proteção para pessoas idosas e pessoas com deficiência em situação de violação de direitos, mediante a definição de fluxos e protocolos de atuação integrada, especialmente com os órgãos do SUAS e do SUS.

Realizar mutirões para auxiliar a população em situação de rua.

Fiscalizar comunidades terapêuticas.

Criar mecanismos para atender vítimas de violência de gênero em locais remotos e de difícil acesso.

Promover uma política de segurança pública cidadã.

Criar programas de capacitação para a inclusão no mercado de trabalho da população de rua.

Fomentar a implementação de centros-dia e residências inclusivas.

Fomentar e fiscalizar a implementação da política nacional de buscas de pessoas desaparecidas.

Fomentar a criação de mecanismos de combate à tortura.

Incentivar ações educacionais antiapropofóbicas voltadas às forças de segurança pública.

Banco de Ideias

OE 1.3

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

ENFRENTAMENTO DAS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

DIREITOS HUMANOS

Fortalecer os núcleos de atendimento a vítimas de violência, evitando revitimização.

Articular com a rede municipal e estadual de assistência para orientar a deliberação de políticas públicas.

Realizar a escuta da população em situação de rua para entender suas demandas.

Atuar no Ministério Público de forma integrada em relação à violência doméstica e outros temas.

Observar as determinações do sistema interamericano de direitos humanos.

Incluir nos editais de concursos para membros e servidores conteúdo de direitos humanos.

Realizar ações para buscar soluções para as populações afetadas por calamidades ambientais.

Fortalecer a alta complexidade do SUAS.

Fomentar o controle social na aplicação de recursos e formulação de políticas públicas para pessoas em situação de vulnerabilidade.

Realizar ações de prevenção à saúde mental.

Fortalecer o sistema de prevenção e enfrentamento aos maus tratos e tortura.

Intensificar a fiscalização de equipamentos de privação de liberdade.

Garantir o transporte público acessível.

Fiscalizar e acompanhar o Plano Plurianual (PPA) relacionado às políticas para públicos vulneráveis.

Atuar conjuntamente com o Movimento Nacional de Pessoas em Situação de Rua.

Ampliar a atuação das promotorias em operações conjuntas.

Ampliar a atuação das promotorias de Execução Penal.

Priorizar investigações e processos relativos a homicídios de crianças e adolescentes.

Garantir o transporte intermunicipal para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Zelar pela atuação psicossocial no enfrentamento das cenas públicas de uso de drogas.

Banco de Ideias

OE 1.3

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

ENFRENTAMENTO DAS PRINCIPAIS VIOLAÇÕES DOS DIREITOS COLETIVOS E INDIVIDUAIS INDISPONÍVEIS DAS POPULAÇÕES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE

DIREITOS HUMANOS

Fiscalizar entidades de atendimento e acolhimento institucional para pessoas idosas e pessoas com deficiência.

Acompanhar a implantação de Centros-Dia e residências inclusivas.

Fiscalizar a estruturação da rede de atendimento à mulher em situação de violência.

Produzir material com orientações técnicas e jurídicas sobre questões envolvendo pessoas neuroatípicas.

Sensibilizar os colegas sobre a importância do cuidado com os direitos fundamentais.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL

PROGRAMA

ENFRENTAMENTO ÀS VIOLÊNCIAS CONTRA CRIANÇAS E ADOLESCENTES E APRIMORAMENTO DA PROTEÇÃO INTEGRAL A ESSAS VÍTIMAS

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Incentivar a criação de delegacias especializadas para crianças e adolescentes vítimas de crimes.

Implementar políticas educacionais para abordar a violência em ambientes escolares, domésticos e digitais.

Estimular a criação de promotorias de Justiça criminais especializadas para casos envolvendo crianças ou adolescentes como vítimas.

Garantir a prioridade na tramitação de processos em que crianças ou adolescentes são vítimas.

Adotar políticas institucionais de atendimento adequado a crianças e adolescentes em situação de rua, visando o fortalecimento da convivência familiar e comunitária.

Fortalecer a integração entre diferentes áreas do MP em processos com vítimas infantis.

Promover a implementação da Escuta especializada na rede de proteção.

Articular com o sistema educacional para que as escolas se tornem locais seguros para a revelação de violências.

Fomentar a articulação entre promotorias da infância e promotorias de investigação penal para priorizar inquéritos relacionados a crianças ou adolescentes vítimas.

Adotar medidas para instituir e implantar protocolos de atendimento no depoimento especializado.

Garantir a destinação de recursos para a primeira infância como forma de prevenir a violência.

Estimular a ampliação das estruturas necessárias para a realização do depoimento especial e escuta especializada.

Criar canais de atendimento e orientação para crianças e adolescentes vítimas de violência sexual.

Promover a capacitação da rede de proteção para o atendimento integrado eficaz.

Promover conscientização da polícia e do Judiciário para proteger as vítimas e informá-las sobre programas de acolhimento psicológico.

Trabalhar pela desinstitucionalização de crianças e adolescentes, priorizando o acolhimento familiar.

Fomentar a criação de equipamentos de atendimento integrado para crianças/adolescentes vítimas de crimes.

Educação permanente sobre violência sexual.

Fomentar o debate sobre a importância do Fundo da Infância e Adolescência (FIA) para o enfrentamento de todas as formas de violência contra crianças e adolescentes.

Articular o Sistema de Garantia de Direitos com as políticas de saúde para o acompanhamento das vítimas de violência.

Banco de Ideias

OE 1.3

CONSOLIDAR A ATUAÇÃO MINISTERIAL INTEGRADA E ESTIMULAR A ARTICULAÇÃO INTERINSTITUCIONAL

PROGRAMA

ARTICULAÇÃO DOS MPS PARA ATUAÇÃO EM REDES, VISANDO FOMENTAR PARCERIAS COM OUTROS ÓRGÃOS

RAS

Mapear as entidades e instituições com base na sua área de atuação para estabelecer parcerias estratégicas.

Parcerias com Instituições de Ensino Superior: Fomentar parcerias com instituições de ensino superior para desenvolver projetos relacionados às suas atividades.

Desenvolvimento de Projetos: Firmar acordos de cooperação técnica e fluxos de trabalho para desenvolver projetos em diversas áreas de atuação, como Infância e Juventude, proteção a vítimas, entre outras.

Canal de Discussão de Inovação: Viabilizar a criação de um canal para discutir inovação entre os MPs, promovendo a troca de ideias e melhores práticas.

Comunicação Eficaz: Estabelecer comunicação eficaz ao firmar parcerias, destacando objetivos, valores e vantagens, a fim de evitar retrabalho.

Integração Regional: Estabelecer regiões de integração entre o MP e ramos do MP por atuação temática, promovendo uma abordagem colaborativa e especializada.

Prevenção de Crimes: Firmar parcerias com instituições que possam colaborar na prevenção de crimes, como o Tribunal de Contas da União (TCU) e a Controladoria-Geral da União (CGU).

Parcerias Estratégicas: Além de cooperação geral, formalizar acordos e termos de cooperação específicos, com destaque para perícia e investigação.

Banco de Ideias

OE 1.4

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

PROMOÇÃO DE MEDIDAS PARA O FORTALECIMENTO DO 'SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS' DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fomentar ações de promoção da saúde mental de crianças e adolescentes.

Estabelecer redes de atendimento para crianças e adolescentes em diversas situações, como acolhimento, vítimas de violência e situação de rua.

Ampliar a equipe técnica das promotorias especializadas na Infância e Juventude.

Garantir o envolvimento de adolescentes e jovens no Sistema de Garantia de Direitos, promovendo o protagonismo infantojuvenil.

Implementar políticas públicas de alcance regional para proteger crianças e adolescentes ameaçados de morte.

Fortalecer a rede de proteção de crianças e adolescentes, incluindo o acolhimento familiar em todos os municípios.

Promover iniciativas de formação continuada para os profissionais que fazem parte do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Assegurar o funcionamento adequado dos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados de Assistência Social (CREAS) nos municípios.

Criar um Observatório de Violações de Direitos de Crianças e Adolescentes.

Fomentar a elaboração, atualização e implementação dos Planos Estadual e Municipais relacionados ao Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente.

Realizar reuniões periódicas com os principais atores do Sistema para fortalecer o fluxo de ações.

Promover a implantação de políticas públicas para os egressos do acolhimento.

Fiscalizar a composição e o funcionamento dos conselhos de direitos e tutelares.

Articular com o Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA) e as Escolas de Conselhos para formação continuada dos CMDCA.

Realizar inspeções técnicas nos equipamentos socioassistenciais para garantir a adequação de estrutura e pessoal.

Promover a capacitação interdisciplinar com o Sistema de Garantia de Direitos.

Fiscalizar a atuação do Conselho tutelar e realizar ações para melhor integrar a atuação desse órgão com toda a rede protetiva.

Fiscalizar a oferta de formação continuada para a rede de proteção.

Fortalecer programas e serviços de proteção familiar e comunitária.

Implementar serviços de tratamento de crianças e adolescentes com transtornos mentais e uso abusivo de drogas.

Banco de Ideias

OE 1.4

GARANTIR A TRANSVERSALIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS EM TODA A ATIVIDADE MINISTERIAL

PROGRAMA

PROMOÇÃO DE MEDIDAS PARA O FORTALECIMENTO DO 'SISTEMA DE GARANTIAS DOS DIREITOS' DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE.

INFÂNCIA E JUVENTUDE

Fomentar a formação em métodos consensuais de solução de conflitos e cultura de paz.

Promover a elaboração de planos municipais da infância.

Realizar reuniões periódicas interinstitucionais para fortalecer o Sistema de Garantias dos Direitos.

Reordenar o trabalho das equipes técnicas do Ministério Público para atuação estratégica.

Oferecer suporte funcional para capacitação sobre o Sistema Único de Assistência Social (SUAS).

Fiscalizar o dever do gestor municipal de prestar formação continuada.

Fomentar a destinação de recursos para os Fundos da Infância e Juventude.

Intensificar a aproximação com a rede escolar.

Capacitar os Conselheiros Tutelares e fortalecer o CMDCA.

Atuar Interinstitucionalmente para garantir a convivência familiar e comunitária.

Implementar serviços de saúde mental para crianças e adolescentes.

Promover a articulação da rede de proteção à criança e ao adolescente.

Difundir metodologias de reunião de rede.

Atuar de forma extrajudicial, priorizando reuniões de rede.

Promover conscientização sobre transtornos mentais e uso de drogas.

Estimular a integração e parcerias público-privadas para projetos de defesa da criança e do adolescente.

Ampliar o quadro técnico de assessoramento das Promotorias de Justiça da Infância e Juventude.

Aprimorar o cadastramento no Serviço Nacional de Adoção e Acolhimento.

Aprimorar as normas sobre políticas municipais de atendimento à Criança e ao Adolescente.

Implementar políticas públicas de alcance regional.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

FOMENTAR O APERFEIÇOAMENTO DAS REDES DE CONTROLE INTERNO E EXTERNO NOS ÓRGÃOS PÚBLICOS, VISANDO APRIMORAR O COMPLIANCE ADMINISTRATIVO E A INTEGRIDADE NAS CONTRATAÇÕES PÚBLICAS

PROBIDADE ADMINISTRATIVA

Construção Dialogada de Soluções: Estimular a construção dialogada de soluções entre o Ministério Público e a gestão pública para resolver problemas estruturantes, promovendo a colaboração em prol do interesse público.

Fortalecimento das Controladorias Internas: Estruturar e fortalecer as Controladorias Internas dos entes públicos, garantindo sua capacidade de fiscalização e controle.

Fiscalização Concomitante de Obras: Alocar equipes técnicas para fiscalização concomitante de obras públicas, visando garantir a qualidade e o uso eficiente dos recursos públicos.

Medidas de Compliance/Integridade: Inserir medidas de compliance e integridade sempre que possível na confecção de Acordos de Não Persecução Cível (ANPCs) para promover a conformidade com padrões éticos.

Política de Gestão de Riscos: Fomentar a implementação de políticas de gestão de riscos para identificar e mitigar ameaças à integridade e eficiência na administração pública.

Concursos Públicos: Promover a criação de cargos e realização de concursos públicos para funções de controle, como agentes de contratação, controladores e assessores jurídicos, garantindo a qualificação adequada.

Auditoria em Organizações Sociais (OSs): Estimular a realização de auditorias efetivas nas Organizações Sociais (OSs) que atuam na gestão pública.

Regulamentação de Controle de Gastos: Estimular municípios e câmaras a regulamentarem o controle de gastos em áreas como combustíveis, merenda escolar, diárias de servidores e transporte escolar.

Formação de Redes de Controladores Internos: Criar redes estaduais de controladores internos municipais para fortalecer a cooperação e o compartilhamento de boas práticas.

Instrução de Agentes Públicos: Implementar programas de instrução para agentes públicos envolvidos com controle interno e setor de compras nos municípios e câmaras de vereadores.

Redução de Ineficiências na Administração Pública: Fomentar a identificação e correção de ineficiências na administração pública para garantir o uso eficaz dos recursos.

Avaliação da Situação dos Municípios: Verificar a situação dos municípios em relação ao controle interno, incluindo a forma de provimento de cargos, a fim de garantir a conformidade com as melhores práticas.

Parcerias com Universidades: Celebrar parcerias com universidades para a criação de observatórios que monitorem a gestão pública.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

MONITORAMENTO DO CICLO ORÇAMENTÁRIO DO PODER PÚBLICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

PROBIDADE ADMINISTRATIVA

Transparência nas Despesas Públicas: Fiscalizar e estimular a transparência das despesas públicas, incluindo aquelas destinadas ao terceiro setor quando este recebe recursos públicos.

Controle Democrático dos Gastos: Fomentar o controle democrático dos gastos públicos por meio dos Conselhos Sociais, permitindo que a sociedade participe ativamente na fiscalização das políticas públicas.

Controle sobre as Organizações Sociais: Fiscalizar as despesas das Organizações Sociais que recebem recursos públicos, garantindo sua utilização adequada.

Recursos de Emendas Parlamentares: Fomentar o demonstrativo da utilização dos recursos das emendas parlamentares e emendas cidadãs, permitindo um acompanhamento mais efetivo de sua aplicação.

Funcionamento dos Conselhos: Fiscalizar o efetivo funcionamento dos conselhos de políticas públicas, garantindo que desempenhem seu papel de forma adequada.

Jurimetria para Análise de Dados: Utilizar a jurimetria para análise de dados dos painéis de BI e planejamento de atuação ministerial mais resolutiva com base em dados de previsibilidade.

Transparência nas Leis Orçamentárias: Exigir a observância do dever de transparência das leis orçamentárias e de créditos adicionais e da execução do orçamento.

Política de Arrecadação Municipal: Fomentar a articulação com municípios e câmaras municipais para incrementar a política de arrecadação municipal e atualizar a legislação correspondente.

Participação em Audiências Públicas: Fomentar a participação em audiências públicas como um meio de envolver a sociedade na discussão do orçamento público.

Orçamento da Criança e do Adolescente: Fomentar a criação do Orçamento da Criança e do Adolescente para melhor implementação da Resolução n. 33 do CNMP.

Convênios de Cooperação: Celebrar convênios de cooperação com outros Ministérios Públicos que possuam ferramentas de Tecnologia da Informação (TI) semelhantes.

Capacitação dos Conselheiros de Direitos: Capacitar os conselheiros de direitos para que possam desempenhar eficazmente suas funções.

Capacitações Plurais: Realizar capacitações abrangentes que contemplem as perspectivas e limites de atuação de gestores públicos, instituições de controle externo e controle social.

Orçamento Participativo: Fomentar a realização do orçamento participativo, permitindo que a sociedade participe ativamente na formulação do orçamento.

Monitoramento do Ciclo Orçamentário: Celebrar parcerias com Organizações da Sociedade Civil (OSC) para o monitoramento do ciclo orçamentário.

Plano Geral de Atuação: Elaborar um plano geral de atuação após ouvir a sociedade, garantindo que as ações do Ministério Público estejam alinhadas com as necessidades da comunidade.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

MONITORAMENTO DO CICLO ORÇAMENTÁRIO DO PODER PÚBLICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.

EDUCAÇÃO

Qualidade no Transporte e Alimentação Escolar: Fomentar ações que assegurem transporte e alimentação de qualidade para todos os alunos, contribuindo para um ambiente propício ao aprendizado.

Fortalecimento dos Conselhos: Induzir o controle social por meio do fortalecimento dos Conselhos de Educação, Fundeb e Alimentação Escolar, permitindo que a comunidade participe ativamente na gestão educacional.

Monitoramento do Orçamento Público: Acompanhar e fiscalizar o orçamento público destinado à Educação, garantindo sua correta aplicação e transparência.

Integração com outros órgãos: Atuar para integrar a atuação dos diversos órgãos do Sistema de Garantia de Direitos (SGD) nas escolas, visando prevenir e combater violências que levam à evasão e ao abandono escolar.

Cumprimento de Condicionantes: Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das condicionantes que devem ser comprovadas junto ao Ministério da Educação, para a distribuição da Complementação VAAR.

Melhoria da Infraestrutura Escolar: Fomentar a melhoria das instalações físicas das escolas, garantindo um ambiente adequado para o ensino e aprendizado.

Identificação de Demandas: Estabelecer a interlocução com Conselhos de Direitos, Secretarias de Educação, conselhos escolares, grêmios estudantis e unidades escolares para identificar as demandas específicas de cada comunidade escolar.

Água Potável e Saneamento Básico: Articular internamente e externamente para fiscalizar o fornecimento de água potável e saneamento básico nas escolas, garantindo um ambiente seguro e saudável.

Acompanhamento de Obras Públicas: Acompanhar a realização de obras públicas relacionadas à construção, manutenção e/ou reforma de escolas públicas, assegurando o cumprimento de cronogramas e o uso adequado de recursos financeiros.

Central de Vagas: Promover a criação de uma central de vagas, física ou virtual, com um sistema de intenção de matrícula de acesso público, permitindo um melhor planejamento e controle das vagas escolares.

Equipe Multidisciplinar de Inclusão: Fomentar a criação de equipes multidisciplinares para atendimento de alunos com necessidades especiais, incluindo a aplicação de anamneses, Planos de Desenvolvimento Individual (PDI) e avaliações devolutivas desses planos.

Ampliação de Vagas na Educação Infantil: Ampliar a oferta de vagas na educação infantil, especialmente para crianças de 0 a 3 anos, para garantir um início de educação de qualidade desde cedo.

Educação Especial e Inclusiva: Realizar o levantamento de dados sobre a implementação da Política Nacional da Educação Especial na Perspectiva da Inclusão, assegurando que os alunos com necessidades especiais recebam o suporte necessário.

Equidade Étnico-Racial: Fomentar ações que promovam a equidade étnico-racial na Educação, buscando eliminar desigualdades e discriminações.

Reposição de Professores: Acompanhar medidas para garantir a reposição imediata de professores ausentes, a fim de evitar prejuízos pedagógicos para os alunos.

Diagnóstico de Demandas Sociais: Fomentar a elaboração de diagnósticos das demandas sociais por território, permitindo uma atuação direcionada às necessidades da comunidade.

Análise Situacional da Demanda por Vagas Escolares: Fomentar a realização de análises interdisciplinares para compreender a real demanda por vagas escolares em todas as etapas da educação básica.

Atuação dos Conselhos de Educação: Acompanhar as ações fiscalizatórias dos Conselhos Estaduais e Municipais de Educação, garantindo a qualidade do ensino.

Metas e Estratégias dos Planos Decenais de Educação: Atuar em consonância com as metas e estratégias dos planos decenais de educação, com base em análises situacionais e com participação social.

Parcerias para Diagnóstico e Fiscalização: Firmar parcerias institucionais para realizar diagnósticos, fiscalizar o cumprimento da legislação e promover capacitações de qualidade voltadas à educação inclusiva.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	MONITORAMENTO DO CICLO ORÇAMENTÁRIO DO PODER PÚBLICO PARA A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS.	EDUCAÇÃO
Inclusão no Orçamento de Recursos para Creches e Pré-Escolas: Atuar junto aos Conselhos dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) para incluir no orçamento os recursos necessários para aumentar o número de vagas em creches e pré-escolas.	Fiscalização da Educação no Campo: Fiscalizar o cumprimento das diretrizes da educação no campo, garantindo a implementação de metodologias específicas.	Ampliação de Estruturas e Vagas na Educação Infantil: Realizar ações coordenadas para garantir a ampliação das estruturas escolares e da oferta de vagas na educação infantil, incluindo creches e pré-escolas.	Evitar Falta de Professores: Adotar medidas para evitar a falta de professores, assegurando que todas as turmas tenham um docente responsável.
Fiscalização das Condicionais do FUNDEB: Fiscalizar o cumprimento das condicionais do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica (FUNDEB).	Capacitação da Comunidade Escolar: Capacitar a comunidade escolar para monitorar a regularidade e qualidade da alimentação escolar, utilizando ferramentas tecnológicas.	Transparência nas Listas de Espera: Atuar para conferir transparência às listas de espera de creches e pré-escolas, garantindo que o acesso seja justo e equitativo.	

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	PROMOÇÃO DA DEFESA DO DIREITO À SAÚDE MENTAL	SAÚDE
Combate à Precarização das Relações de Trabalho: Lutar contra a precarização das relações de trabalho dos profissionais da RAPS para melhorar as condições de trabalho e a qualidade do atendimento.	Acesso Rápido após Internação Psiquiátrica: Garantir que pacientes egressos de internação psiquiátrica sejam rapidamente vinculados aos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).	Desinstitucionalização e Residências Terapêuticas: Estimular a desinstitucionalização por meio das residências terapêuticas, promovendo a reinserção social de pacientes.	Atendimento Multidisciplinar: Reforçar o atendimento multidisciplinar para abordar todas as necessidades dos pacientes.
Inclusão de Saúde Mental no Plano Plurianual: Assegurar a inclusão de pautas prioritárias de saúde mental no Plano Plurianual (PPA) para garantir financiamento adequado.	Fóruns Estaduais de Saúde Mental: Instituir Fóruns Estaduais de Saúde Mental e Atenção Psicossocial para promover o diálogo e ação em nível estadual.	Capacitação Contínua: Promover a capacitação contínua de todos os atores da rede, incluindo profissionais e parceiros.	Fortalecimento da RAPS: Fortalecer a Rede de Atenção Psicossocial como um todo, com atenção aos pontos estratégicos.
Criação de Leitos de Saúde Mental: Articular a criação de leitos de saúde mental para atender pacientes graves.	Expansão dos CAPS: Estimular a criação de novos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS) e CAPS regionais para ampliar a cobertura.	Sistema de Comunicação de Internações Involuntárias: Estabelecer um sistema eficiente de comunicação de internações psiquiátricas involuntárias.	Articulação Interna para Acompanhamento de Recursos: Coordenar a articulação interna para acompanhar os recursos federais e estaduais destinados aos municípios.
Política Antimanicomial: Trabalhar para o aperfeiçoamento de uma política pública antimanicomial, reduzindo internações involuntárias.	Qualificação da Atenção Primária: Capacitar profissionais da atenção primária para lidar com casos leves de doença mental.	Ampliação dos Serviços Residenciais Terapêuticos (SRTs): Ampliar os Serviços Residenciais Terapêuticos para proporcionar moradia a pessoas com transtornos mentais.	Prontuário Informatizado na RAPS: Implementar prontuário informatizado na RAPS para melhorar a gestão de casos.
Fiscalização de Internações Psiquiátricas: Reforçar a fiscalização de internações psiquiátricas voluntárias e involuntárias para garantir a conformidade com regulamentações.	Criação de Leitos Psiquiátricos: Trabalhar na criação de mais leitos psiquiátricos.	Diagnóstico Local da RAPS: Realizar diagnóstico local da RAPS para identificar principais desafios e áreas de melhoria.	Combate à Subnotificação de Agravos à Saúde Mental: Combater a subnotificação de agravos à saúde mental, incluindo a emissão de Comunicação de Acidente de Trabalho (CAT) e Sistema de Informação de Agravos de Notificação (Sinan).

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

PROMOÇÃO DA DEFESA DO DIREITO À SAÚDE MENTAL

SAÚDE

Plano de Ação para Saúde Mental: Promover a interlocução com o Poder Público para a criação de um Plano de Ação em prol da Saúde Mental.

Grupos Condutores Municipais: Incentivar e apoiar a criação e funcionamento de grupos condutores municipais para coordenar as ações na área de saúde mental.

Fiscalizações em Comunidades Terapêuticas: Realizar fiscalizações conjuntas com órgãos externos em comunidades terapêuticas para proteger os direitos dos acolhidos e garantir a conformidade com regulamentações.

Implantação de CAPS Infantil: Tomar medidas judiciais e/ou extrajudiciais para a implantação de CAPS Infantil.

Fortalecimento da Rede com Capacitação dos CAPS: Fortalecer a rede de atenção psicossocial, com ênfase na capacitação dos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Integralidade da Assistência: Buscar a integralidade da assistência em todos os níveis de atenção à saúde na rede de atenção psicossocial.

Organização da Rede com Competências Claras: Organizar a rede com clara competência de cada unidade para melhorar a eficiência dos serviços.

Diálogos com Órgãos Sanitários: Manter diálogos com os órgãos sanitários visando à implementação de fluxos e regulamentações.

Ampliação dos Equipamentos da RAPS: Fomentar a ampliação dos equipamentos que constituem a RAPS para atender à demanda.

Criação de Tecnologias para Controle de Internações Involuntárias: Criar tecnologias para o controle das internações involuntárias, garantindo a proteção dos direitos dos pacientes.

Ampliação dos Processos de Matrícula: Ampliar os processos de matrícula da rede, especialmente com os municípios menores.

Fortalecimento dos Pontos de Atenção Estratégicos da RAPS: Fortalecer os pontos de atenção estratégicos da RAPS, conforme a Portaria 3.088/2011 do Ministério da Saúde.

Inserção no Sistema de Agendamentos: Inserir no sistema todos os agendamentos para garantir transparência.

Acompanhamento das Diretrizes da Portaria 3.088/2011: Instaurar procedimentos específicos para o acompanhamento do cumprimento das diretrizes veiculadas na Portaria 3.088/2011 do Ministério da Saúde para consolidar uma RAPS completa e bem equipada.

Análise da Qualidade do Atendimento nos CAPS: Realizar análise da qualidade do atendimento oferecido pelos Centros de Atenção Psicossocial (CAPS).

Estruturação dos Órgãos de Vigilância em Saúde: Estruturar os órgãos de vigilância em saúde para fiscalizar os serviços de atenção à saúde.

Reuniões com a Rede de Atendimento: Promover reuniões com a rede de atendimento para estabelecer estratégias de trabalho junto à comunidade.

Estruturação da Rede de Atenção à Saúde Mental: Fomentar junto ao Poder Público a necessidade de estruturar eficazmente a rede de atenção à saúde mental.

Ampliação dos Laboratórios de Psiquiatria: Fomentar a ampliação dos laboratórios de psiquiatria para atender casos moderados de doença mental. RAPS: Realizar diagnóstico local da RAPS para identificar principais desafios e áreas de melhoria.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE SAÚDE PÚBLICA COM FOCO NA ATENÇÃO BÁSICA.

SAÚDE

Articular ações para qualificar e fortalecer o pré-natal, visando a saúde materna e fetal.

Fomentar o financiamento adequado à atenção básica para garantir recursos necessários para sua eficácia.

Promover a qualificação das equipes de saúde, capacitando profissionais para oferecerem um atendimento mais eficiente.

Buscar a atuação integrada e regionalizada dos profissionais de saúde com atribuição na área da saúde, promovendo uma cooperação eficaz.

Trabalhar na criação e ampliação da cobertura da Estratégia Saúde da Família (ESF), um modelo de assistência de saúde voltado à comunidade.

Fiscalizar a transparência dos estoques de medicamentos para garantir que a população tenha acesso a medicamentos essenciais.

Cobrar a realização de concursos públicos e a capacitação contínua dos profissionais de saúde para manter equipes qualificadas.

Realizar fiscalizações periódicas nas Unidades Básicas de Saúde (UBS) para garantir a qualidade e eficiência dos serviços.

Garantir o acesso regular aos medicamentos, certificando-se de que os fluxos necessários estejam assegurados.

Fomentar a criação do Núcleo de Apoio à Saúde da Família (NASF) para ampliar o suporte à saúde.

Fiscalizar a composição das equipes de saúde da família para assegurar a presença de profissionais necessários.

Monitorar a resolutividade da Atenção Primária à Saúde (APS) por meio dos indicadores do Programa Previne Brasil.

Otimizar a coleta de exames de diagnóstico nas UBS e os fluxos de encaminhamento para laboratórios.

Estimular o atendimento odontológico nas UBS para promover a saúde bucal.

Criar Mapas de Saúde por meio da tecnologia BI e cooperação com as secretarias de saúde.

Fortalecer a estratégia de matrícula para melhorar a assistência à saúde.

Estimular a busca ativa de pacientes por meio dos Agentes Comunitários de Saúde (ACS).

Fomentar o aumento do número de ACS nas UBS para ampliar o alcance dos serviços.

Estabelecer protocolos para acesso à alta complexidade, garantindo a referência a serviços especializados quando necessário.

Buscar a efetivação do ponto eletrônico para profissionais de saúde para registrar o trabalho adequadamente.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	INFÂNCIA E JUVENTUDE
Articular ações para garantir o repasse de recursos dos Fundos Municipais e Estaduais para políticas públicas socioeducativas, em conformidade com o artigo 31 da Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).	Realizar um diagnóstico nacional para entender o número e o perfil dos adolescentes cumprindo medidas em meio aberto, restrição e privação de liberdade.	Fiscalizar e promover a oferta de serviços de atendimento em meio aberto de acordo com o SINASE, através de fluxos integrados entre assistência social, saúde, educação, sistema de justiça e segurança.	Fomentar a aprendizagem profissional no sistema socioeducativo para oferecer oportunidades aos adolescentes e jovens em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas.
Promover a implementação, monitoramento e avaliação dos planos decenais de atendimento socioeducativo.	A partir do diagnóstico socioeducativo, adequar os recursos públicos e fortalecer ações interinstitucionais e intersetoriais para a reintegração social dos adolescentes em conflito com a lei.	Realizar fiscalizações efetivas dos programas de medidas socioeducativas para embasar políticas públicas mais adequadas.	Promover a atuação integrada do Ministério Público para destinar recursos federais e estaduais ao cofinanciamento das medidas socioeducativas em meio aberto.
Articular com o Ministério Público do Trabalho para inserir adolescentes egressos no mercado de trabalho através da aprendizagem profissional.	Adotar práticas de justiça restaurativa no sistema socioeducativo.	Integrar políticas públicas para o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado e aberto, melhorando a comunicação entre elas.	Fomentar a criação de comitês de prevenção à tortura no atendimento socioeducativo.
Fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto.	Articular a habilitação dos municípios ao PNAISARI para o atendimento à saúde dos adolescentes em conflito com a lei.	Implementar a Política de Atenção ao Egresso do Sistema Socioeducativo, com ênfase na proteção social, fortalecimento dos vínculos familiares, profissionalização, aprendizagem, escolarização e outras ações inclusivas.	Diagnosticar a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo.
Promover a capacitação contínua dos membros do Ministério Público na temática socioeducativa.	Expandir a proteção social especial do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) através da articulação com o Governo Federal. Fiscalizar os serviços de atendimento às medidas socioeducativas e exigir capacitação das equipes, além de atuação coordenada com	Fomentar a criação de núcleos de atendimento integrado ao adolescente autor de ato infracional.	Atuar de forma regionalizada na implantação de unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	INFÂNCIA E JUVENTUDE
Articular ações para garantir o repasse de recursos dos Fundos Municipais e Estaduais para políticas públicas socioeducativas, em conformidade com o artigo 31 da Lei do SINASE (Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo).	Realizar um diagnóstico nacional para entender o número e o perfil dos adolescentes cumprindo medidas em meio aberto, restrição e privação de liberdade.	Fiscalizar e promover a oferta de serviços de atendimento em meio aberto de acordo com o SINASE, através de fluxos integrados entre assistência social, saúde, educação, sistema de justiça e segurança.	Fomentar a aprendizagem profissional no sistema socioeducativo para oferecer oportunidades aos adolescentes e jovens em cumprimento e pós-cumprimento de medidas socioeducativas.
Promover a implementação, monitoramento e avaliação dos planos decenais de atendimento socioeducativo.	A partir do diagnóstico socioeducativo, adequar os recursos públicos e fortalecer ações interinstitucionais e intersetoriais para a reintegração social dos adolescentes em conflito com a lei.	Realizar fiscalizações efetivas dos programas de medidas socioeducativas para embasar políticas públicas mais adequadas.	Promover a atuação integrada do Ministério Público para destinar recursos federais e estaduais ao cofinanciamento das medidas socioeducativas em meio aberto.
Articular com o Ministério Público do Trabalho para inserir adolescentes egressos no mercado de trabalho através da aprendizagem profissional.	Adotar práticas de justiça restaurativa no sistema socioeducativo.	Integrar políticas públicas para o cumprimento de medidas socioeducativas em meio fechado e aberto, melhorando a comunicação entre elas.	Fomentar a criação de comitês de prevenção à tortura no atendimento socioeducativo.
Fortalecer as medidas socioeducativas em meio aberto.	Articular a habilitação dos municípios ao PNAISARI para o atendimento à saúde dos adolescentes em conflito com a lei.	Implementar a Política de Atenção ao Egresso do Sistema Socioeducativo, com ênfase na proteção social, fortalecimento dos vínculos familiares, profissionalização, aprendizagem, escolarização e outras ações inclusivas.	Diagnosticar a elaboração e implementação dos Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo.
Promover a capacitação contínua dos membros do Ministério Público na temática socioeducativa.	Expandir a proteção social especial do SUAS (Sistema Único de Assistência Social) através da articulação com o Governo Federal. Fiscalizar os serviços de atendimento às medidas socioeducativas e exigir capacitação das equipes, além de atuação coordenada com	Fomentar a criação de núcleos de atendimento integrado ao adolescente autor de ato infracional.	Atuar de forma regionalizada na implantação de unidades de cumprimento de medidas socioeducativas de internação e semiliberdade.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	FORTALECIMENTO DA ATUAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO NO ACOMPANHAMENTO DA APLICAÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS	INFÂNCIA E JUVENTUDE
Apoiar programas locais para acompanhar os egressos do sistema socioeducativo.	Criar bancos de dados estaduais sobre a socioeducação.	Estabelecer núcleos de atividades esportivas, artísticas e de tecnologia para crianças e adolescentes.	Acompanhar a existência de Planos Individuais de Atendimento (PIA) de forma interdisciplinar.
Conscientizar os membros do Ministério Público sobre a importância da oitiva informal.	Ampliar a oferta de aprendizagem e formação profissional para adolescentes e jovens adultos.	Promover a realização da oitiva informal pelos membros do Ministério Público como estratégia para a busca de dados para políticas públicas.	Estabelecer fluxos para aprimoramento do início e monitoramento do cumprimento de medidas socioeducativas em meio aberto.
Realizar acordos e termos de colaboração com universidades e centros de pesquisa para obter dados que possam subsidiar os planos socioeducativos municipais.	Incentivar a ressocialização do adolescente em cumprimento de medida de internação através de atividades de interação com a comunidade.	Acompanhar e fiscalizar a execução de Planos Municipais de Atendimento Socioeducativo.	Incentivar a utilização do SIPIA/SINASE pelos municípios.
Acompanhar a alocação orçamentária para a melhoria do sistema socioeducativo.	Fomentar a implementação de programas de atendimento socioeducativos intersetoriais.	Pensar em ações integradas internas e externas ao Ministério Público em cada estado, por regiões, para melhorar o atendimento socioeducativo nos municípios.	Fomentar ações para implementação do sistema socioeducativo em meio fechado nos padrões SINASE.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	FOMENTO À INTEGRAÇÃO DOS ÓRGÃOS DE INTELIGÊNCIA DAS UNIDADES E RAMOS DO MINISTÉRIO PÚBLICO	CRIMINAL, EXECUÇÃO PENAL E SEGURANÇA PÚBLICA
Participação no Sinesp: Articular o ingresso do Ministério Público Brasileiro no Sistema Nacional de Informações de Segurança Pública, Prisionais, de Rastreabilidade de Armas e Munições, de Material Genético, de Digitais e de Drogas (Sinesp) para acesso a informações relevantes.	Compartilhamento de Informações entre Ministérios Públicos: Criar um sistema único de compartilhamento de informações entre os Ministérios Públicos para melhorar a colaboração entre diferentes jurisdições.	Investimento em Inteligência e Investigação: Investir em equipamentos e pessoal para aprimorar os serviços de investigação e inteligência.	Prevenção e Investigação de Crimes em Licitações e Contratos: Desenvolver ferramentas para prevenir e investigar crimes em licitações públicas e contratos.
Núcleos de Inteligência Integrados: Criar núcleos de inteligência nos Ministérios Públicos que funcionem de maneira integrada.	Integração de Sistemas: Integração dos sistemas dos diferentes ramos do Ministério Público para facilitar o compartilhamento de informações e o desenvolvimento de estratégias conjuntas.	Desenvolvimento de Sistemas de Inteligência: Desenvolver sistemas de investigação e integração de dados entre as Unidades de Inteligência.	Transparência nos Investimentos do Fundo Penitenciário: Atuar em prol da transparência nos investimentos e na gestão do fundo penitenciário estadual.
Treinamento em Investigação Criminal: Recrudescer a oferta de cursos de treinamento de investigação criminal, especialmente no campo digital.	Cultura de Inteligência: Implantar uma cultura de inteligência nas unidades do Ministério Público, com foco na resolutividade.	Monitoramento de Políticas Assistenciais e de Segurança: Atuar em prol do monitoramento de políticas estaduais assistenciais e de segurança no ambiente prisional e de monitoração eletrônica.	Procedimentos Operacionais Padrão para Inteligência: Estabelecer procedimentos operacionais padrão para as ações de inteligência do Ministério Público.
Acesso a Inquéritos Policiais em Tempo Real: Discutir a possibilidade de acesso aos inquéritos policiais em tempo real para colaborar com investigações e otimizar o tempo da investigação.	Priorização de Combate a Criminosos Recorrentes: Criar marcadores de personagens (autores/envolvidos) nos sistemas para identificação e priorização do combate a multirrecidentes.	Acolhimento de Vítimas: Promover espaços de acolhimento das vítimas, onde elas podem receber assistência psicológica, social e jurídica.	Integração com Órgãos de Segurança Pública: Integrar com a Polícia Civil e a Secretaria de Administração Penitenciária para compartilhamento de informações de inteligência e estratégias de combate a organizações criminosas.
Normativa de Integração Nacional: Instituir normativas nacionais que estabeleçam a necessidade de integração entre os sistemas de informações dos Ministérios Públicos para formar uma base de dados única.	Persecução de Crimes Prioritários: Priorizar a persecução dos crimes de organizações criminosas, feminicídios, crimes contra a imprensa e crimes violentos.		

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

FORTELECIMENTO DA ATUAÇÃO VOLTADA AO COMBATE A TODAS AS FORMAS DE DISCRIMINAÇÃO E PROMOÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MINORIAS

DIREITOS HUMANOS

Garantir um estoque adequado de imunizações para atender às demandas de vacinação.

Promover campanhas educacionais para estimular a busca ativa e combater o absenteísmo na vacinação.

Realizar campanhas de conscientização sobre a importância e eficácia das vacinas.

Fomentar o Programa Saúde na Escola (PSE) na verificação da situação vacinal, integrando saúde e educação.

Realizar avaliação diagnóstica da cobertura vacinal no território para identificar lacunas.

Propor o planejamento de ações locais para aumentar a cobertura vacinal, em consonância com a Tema 698 do STF.

Trabalhar de forma conjunta com outras áreas, como educação e assistência social, para garantir a vacinação eficaz.

Atuar de forma interinstitucional articulada para superar as dificuldades na cobertura vacinal por microrregião.

Articular ações para vacinação nas escolas, tornando o ambiente escolar um local de imunização.

Promover campanhas de conscientização sobre a segurança e eficácia das vacinas.

Atuar conjuntamente envolvendo saúde, educação e órgãos de infância e juventude.

Articular parcerias com líderes comunitários para ampliar o apoio à vacinação.

Fiscalizar programas de saúde do trabalhador para prever a imunização de trabalhadores.

Fomentar ações de vacinação fora dos locais tradicionais, como campanhas em comunidades e espaços públicos.

Atuar junto às promotorias da educação para viabilizar campanhas de imunização nas instituições de ensino.

Sugerir ao Poder Público diversificar horários, dias e locais de vacinação para facilitar o acesso.

Realizar acompanhamento periódico do déficit na cobertura vacinal do território.

Divulgar locais de vacinação pela internet para facilitar o acesso da população.

Articular ações para ampliar os locais e horários de vacinação.

Vincular a matrícula escolar à regularidade vacinal, incentivando a vacinação.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA

DIREITOS HUMANOS

Atuação voltada para a adesão dos municípios ao Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (SISAN).

Garantir a aquisição de produtos da agricultura local, especialmente de povos tradicionais e indígenas, para programas de merenda escolar, priorizando hábitos regionais de alimentação.

Promover capacitações sobre a relação entre agronegócio, desmatamento, agrotóxicos e segurança alimentar.

Estimular políticas públicas com base em restaurantes populares.

Fortalecer a rede do Sistema Único de Assistência Social (SUAS) para fornecer refeitórios eficientes à população em situação de rua.

Fomentar a criação de conselhos municipais de segurança alimentar e nutricional.

Incentivar a implementação de programas de fortalecimento da agricultura familiar e produção de alimentos orgânicos.

Garantir o fornecimento de água de qualidade nas escolas públicas.

Fomentar políticas sociais que complementem programas de transferência de renda em níveis municipais e estaduais.

Estimular e fiscalizar o programa de merenda escolar, garantindo sua qualidade e nutrição.

Articular com as secretarias de ação social e de educação para campanhas educativas sobre alimentação adequada.

Criação ou reativação de Conselhos de Segurança Alimentar e Nutricional, elaboração de Planos de Segurança Alimentar e adesão ao SISAN.

Fomentar a criação de banco de dados para mapear a população em situação de pobreza extrema.

Garantir a qualidade da alimentação nas escolas, considerando a desnutrição de muitas crianças na escola pública.

Fomentar a instalação de Conselhos Municipais de Segurança Alimentar e Nutricional.

Acompanhar a adesão ao SISAN nos municípios.

Ampliar progressivamente a alimentação escolar com produtos orgânicos.

Criar ou expandir programas de distribuição de alimentos para a população em situação de rua.

Atuar em áreas agrárias de agricultura familiar envolvidas em conflitos fundiários.

Fiscalizar e acompanhar o Plano Plurianual (PPA) e orçamento relacionados a políticas de assistência social.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	PROMOÇÃO DO DIREITO HUMANO À ALIMENTAÇÃO ADEQUADA	DIREITOS HUMANOS
Incluir a política de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) como prioritária na Lei Orçamentária Anual (LOA) e no PPA.	Incentivar a criação de comissões estaduais para promover a alimentação com recursos locais e variação nutricional.	Fiscalizar a execução das políticas de benefícios eventuais do SUAS, especialmente a distribuição de cestas básicas.	Fomentar ações nas escolas para conscientização sobre a importância da alimentação saudável.
Capacitar membros do MP para fiscalizar políticas de segurança alimentar.	Criar e promover Conselhos de Segurança Alimentar.	Articular com a rede municipal e estadual de assistência na deliberação de políticas de segurança alimentar.	Fomentar a criação de laboratórios ou inteligência artificial para acompanhar a aplicação do orçamento em políticas de assistência social.
Elaborar um guia de atuação funcional no combate à insegurança alimentar, distribuindo-o a todos os membros.	Realizar seminários em parceria com a sociedade civil e universidades para entender melhor os problemas relacionados à segurança alimentar.	Atuação efetiva para combater a fome.	Fomentar campanhas nas escolas sobre alimentação adequada como direito humano.
Criar núcleos internos para promover a segurança alimentar.	Estabelecer uma política institucional interna focada em ações de combate à fome.	Estabelecer protocolos de atuação conjunta com universidades e centros de pesquisa.	Fomentar a promoção do direito humano à alimentação adequada nas relações de trabalho.
Promover a adesão de Estados e Municípios ao SISAN.	Fiscalizar a legislação sobre a informação nutricional em produtos industrializados.	Fomentar a criação de conselhos municipais para a promoção da alimentação adequada.	Fiscalizar a distribuição de cartões de transferência de renda voltados para o direito à moradia adequada.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	ATUAÇÃO MINISTERIAL INTERINSTITUCIONAL, INTEGRADA E ESTRATÉGICA PARA FOMENTAR AS TEMÁTICAS DOS RESÍDUOS E SANEAMENTO	MEIO AMBIENTE
Adotar medidas para garantir a coleta seletiva nos municípios, promovendo a separação de resíduos recicláveis.	Viabilizar a estruturação das agências reguladoras dos serviços de saneamento para melhorar a gestão e a qualidade dos serviços.	Promover a fiscalização dos planos de saneamento básico em níveis nacional, estadual e municipal para garantir sua implementação eficaz.	Fomentar políticas públicas para a universalização do esgotamento sanitário e o acesso à água potável, atendendo às necessidades da população.
Atuar para erradicar lixões, recuperar áreas degradadas e assegurar o destino adequado dos resíduos, contribuindo para a proteção do meio ambiente.	Incentivar a coleta seletiva no âmbito municipal, com uma política integrada que inclua catadores, promovendo à inclusão social.	Fomentar a articulação regionalizada do Ministério Público, considerando os blocos regionais de saneamento, para uma atuação coordenada.	Atuar para exigir a elaboração dos Planos Municipais de Resíduos Sólidos e Saneamento Básico, garantindo um planejamento eficaz.
Fomentar a criação de consórcios regionais para a instalação de aterros sanitários envolvendo cidades de pequeno porte, melhorando o tratamento de resíduos.	Adotar medidas para garantir a universalização do acesso à água potável, conforme o ODS 6.	Buscar fortalecer o funcionamento dos Comitês de Bacia Hidrográfica no acompanhamento da execução dos Planos de Saneamento Básico.	Buscar soluções economicamente viáveis para o esgotamento sanitário em pequenos municípios.
Buscar atuação conjunta com o MP de Contas e o Ministério Público do Trabalho para garantir a eficácia das ações.	Fiscalizar o cumprimento das metas de universalização do saneamento básico, melhorando o acesso da população a serviços essenciais.	Fomentar o ingresso de aterros sanitários privados regionais para eliminar os lixões.	Promover o encerramento dos lixões nos municípios através de Acordos de Não Persecução Penal (ANPPS).
Fiscalizar a inclusão das metas de investimento e universalização nos contratos de saneamento.	Estabelecer estratégias para a atuação consorciada na destinação final de resíduos domiciliares, promovendo a cooperação entre municípios.	Fomentar a realização de estudos sobre a distância e condições viárias entre municípios sem aterro sanitário, visando a criação de estações de transbordo para transportar o lixo gerado em vários municípios até aqueles com aterro sanitário legalizado.	Promover a instituição de blocos regionais de saneamento para melhorar a gestão de recursos.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

ATUAÇÃO MINISTERIAL INTERINSTITUCIONAL, INTEGRADA E ESTRATÉGICA PARA FOMENTAR AS TEMÁTICAS DOS RESÍDUOS E SANEAMENTO

MEIO AMBIENTE

Realizar trabalhos de educação ambiental com a sociedade, incluindo a infância, para conscientizar sobre a importância do saneamento e da gestão de resíduos.

Acompanhar a elaboração e aprovação das normas de referência de saneamento básico pela Agência Nacional de Águas (ANA).

Garantir que as novas concessões de água e esgoto sigam as metas do novo Marco do Saneamento Básico, visando à melhoria dos serviços.

Cobrar apoio dos municípios aos catadores de materiais reciclados, reconhecendo o valor de seu trabalho.

Acompanhar todo o processo de construção dos futuros contratos de prestação de serviços de saneamento básico, conforme o Novo Marco do Saneamento.

Fomentar a coleta seletiva e a reciclagem para reduzir o impacto ambiental dos resíduos.

Incentivar a inclusão do combate à escassez hídrica nos planos e contratos de saneamento, considerando a importância da gestão da água.

Fomentar a implantação de práticas sustentáveis nos municípios para o tratamento de resíduos sólidos, incluindo a criação de impostos ambientais e taxas de coleta.

Fiscalizar a destinação adequada dos recursos públicos relacionados à promoção do saneamento básico.

Fomentar a exigência de pagamento aos catadores pelos municípios, reconhecendo os serviços ambientais que prestam.

Fomentar o apoio à formalização e estruturação dos catadores, melhorando suas condições de trabalho e renda.

Fortalecer e garantir a qualidade e independência dos órgãos licenciadores das obras de esgotamento sanitário.

Fomentar a conexão do saneamento com a política de mudanças climáticas, considerando a importância da gestão ambiental.

Exigir o cumprimento da Convenção 155 da OIT, que inclui temas de saúde, segurança e meio ambiente em todos os níveis de ensino.

Atuar na busca da universalização do saneamento básico, fiscalizando a devida regulação do sistema.

Promover a inclusão dos catadores de materiais recicláveis e reutilizáveis, reconhecendo seu papel na gestão de resíduos.

Atuar de modo a avançar na universalização do direito ao esgotamento sanitário, conforme o ODS 6, melhorando o acesso da população aos serviços de saneamento.

Fomentar a educação ambiental junto aos municípios sobre a gestão de resíduos, promovendo a conscientização.

Fomentar a solução regionalizada para a destinação final dos resíduos sólidos, melhorando a gestão e a infraestrutura.

Atuar de modo a assegurar o controle social no saneamento, garantindo que a população tenha voz nas decisões relacionadas a esses serviços.

Banco de Ideias

OE 1.5

IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL

PROGRAMA

ATUAÇÃO MINISTERIAL INTERINSTITUCIONAL, INTEGRADA E ESTRATÉGICA PARA FOMENTAR AS TEMÁTICAS DOS RESÍDUOS E SANEAMENTO

MEIO AMBIENTE

Fortalecer as associações de catadores e recicladores, apoiando a organização desses profissionais.

Impulsionar gestores na criação de painéis de monitoramento da infraestrutura pública de saneamento básico, melhorando a transparência e o acompanhamento dos serviços.

Formalizar comitês interinstitucionais para promover a cooperação entre órgãos envolvidos no saneamento básico.

Promover a realização de fiscalizações preventivas e integradas para combater a disposição indiscriminada de resíduos sólidos em espaços públicos e privados nas áreas urbanas e rurais.

Compreender o diálogo normativo entre os Planos Regionais e os Planos Municipais de Saneamento Básico, garantindo a coesão entre esses documentos.

Fomentar a fiscalização dos órgãos competentes para impedir a criação de novos lixões clandestinos, reforçando a proibição desses locais.

Garantir o acesso à água potável, cumprindo o ODS 6 e melhorando a qualidade de vida da população.

Fomentar a adequada regulação tarifária dos serviços públicos de saneamento básico, garantindo a sustentabilidade financeira desses serviços.

Adotar medidas para estimular a redução progressiva e o controle da perda de água nos sistemas de abastecimento.

Fomentar a criação de órgãos de execução com atribuição estadual no âmbito dos Ministérios Públicos, reforçando a atuação regional.

Atuar para exigir a implementação da logística reversa, promovendo o recolhimento e a reciclagem de produtos e embalagens.

Capacitar membros e servidores sobre a atuação relacionada a lixões, levando em consideração o número de habitantes de cada município.

Estabelecer padrões e referências para garantir boas práticas nas instalações e serviços de coleta, tratamento e destinação dos efluentes sanitários.

Adotar medidas para cobrar ações no saneamento rural, considerando as necessidades das áreas rurais.

Exigir a elaboração dos Planos Municipais de Saneamento Básico (PMSB) e Planos Municipais de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS) para uma gestão eficiente.

Monitorar a situação de todos os municípios por meio de Business Intelligence (BI) para acompanhar o progresso e identificar áreas que precisam de atenção.

Fiscalizar a ociosidade das redes de esgotos visando à sua redução e à melhoria dos serviços.

Articular com os órgãos ambientais a inclusão de requisitos relativos à poluição do meio ambiente do trabalho no licenciamento ambiental, protegendo os trabalhadores.

Promover a integração entre a primeira e segunda instâncias na atuação perante o Judiciário, visando à unidade institucional do Ministério Público.

Incentivar a prestação de assessoria técnica gratuita às comunidades com fragilidade social, auxiliando na adequação sanitária das moradias.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA O ADEQUADO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL E DE RELEVÂNCIA PÚBLICA	CONSUMIDOR
Defesa dos Consumidores de Planos de Saúde: Atuação na defesa dos consumidores em relação às operadoras de planos de saúde no Brasil, assegurando o cumprimento do CDC (Código de Defesa do Consumidor).	Melhoria dos Serviços de Atendimento ao Consumidor (SAC): Intervenção para aprimorar os serviços de atendimento ao consumidor (SAC) de empresas e garantir um melhor atendimento aos consumidores.	Promover a essencialidade do transporte aéreo e garantia do cumprimento das resoluções da ANAC para proteger os direitos dos passageiros.	Acessibilidade no Transporte Público: Garantia do direito de transporte público acessível às pessoas com deficiência.
Especialização das Promotorias de Defesa do Consumidor: Estímulo ao cumprimento do CDC com a especialização das promotorias de defesa do consumidor.	Fiscalização do Transporte Público por Ônibus: Fiscalização da qualidade do transporte público de passageiros por ônibus e da regularidade na cobrança de tarifas.	Implantação dos Serviços de Água e Esgoto: Acompanhamento e fiscalização da implantação dos serviços de água e esgoto no âmbito do novo marco legal do saneamento.	Fiscalização do Transporte Coletivo Intermunicipal: Promoção de ações para fiscalizar a qualidade do transporte coletivo intermunicipal.
Compartilhamento de Informações: Fomento da identificação de temas nacionais e evitar duplicidade de procedimentos entre diferentes estados.	Qualidade da Água para Consumo: Assinatura de convênios de cooperação com universidades e laboratórios públicos para aferir a qualidade da água para consumo.	Monitoramento de Reclamações dos Consumidores: Criação de um banco de dados nacional para monitorar as reclamações dos consumidores, incluindo órgãos de defesa do consumidor, Juizados Especiais e agências reguladoras.	Qualidade do Abastecimento de Água: Garantia da regularidade e qualidade do abastecimento de água.
Promoção de Qualidade e Tarifas Acessíveis: Atuar para garantir a qualidade do transporte público e tarifas acessíveis.	Estruturação dos PROCONS: Fomento à estruturação dos PROCONS com mais fiscais para fortalecer a defesa dos consumidores.	Regulação do Transporte Aquaviário: Acompanhamento da regulação do transporte aquaviário.	Fiscalização dos Serviços de Telefonia e Internet: Fomento da fiscalização dos serviços de telefonia e internet para proteger os direitos dos consumidores.
Projetos para Avaliação de Serviços Públicos: Desenvolver projetos para avaliar a prestabilidade de serviços públicos.	Atendimento a Pessoas com Déficit de Atenção em Escolas Privadas: Atuação nas escolas privadas para fortalecer o atendimento diferenciado aos portadores de déficit de atenção.	Utilização de Painéis Dinâmicos para Fiscalização: Elaborar painéis dinâmicos para facilitar a fiscalização de serviços essenciais e combustíveis.	Fiscalização dos Postos de Combustíveis: Realização de averiguações nos postos de combustíveis para observar a qualidade do produto.

Banco de Ideias

OE 1.5 IMPULSIONAR A FISCALIZAÇÃO DO EMPREGO DE RECURSOS PÚBLICOS, A IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E O CONTROLE SOCIAL	PROGRAMA	ADOÇÃO DE MEDIDAS PARA O ADEQUADO SERVIÇO PÚBLICO ESSENCIAL E DE RELEVÂNCIA PÚBLICA	CONSUMIDOR
Manuais de Atuação e Fiscalização: Criação de manuais práticos de atuação e fiscalização da qualidade dos serviços essenciais.	Fiscalização nos Transportes Públicos: Implementação de fiscalizações nos transportes públicos.	Promover a essencialidade do transporte aéreo e garantia do cumprimento das resoluções da ANAC para proteger os direitos dos passageiros.	Tempo de Reparos em Caso de Eventos Climáticos: Atuação junto às concessionárias para redução do tempo de reparos e interrupção dos serviços após eventos climáticos.
Interação com Órgãos Públicos: Aprimoramento do diálogo com órgãos públicos e demais instituições do Sistema Nacional de Defesa do Consumidor.	Fiscalização em Hospitais Privados: Fiscalização do cumprimento do CDC em hospitais privados, com foco na qualidade dos serviços e segurança dos pacientes.	Contratos de Escolas Privadas: Fiscalização dos contratos de adesão em escolas privadas, com foco em cláusulas abusivas.	Abastecimento de Água e Energia Elétrica: Garantia de medidas para o contínuo abastecimento de água e energia elétrica.
Tarifa Social de Água e Energia Elétrica: Fiscalização da implementação da tarifa social de água e energia elétrica.	Processo de Licitação e Contrato de Concessão: Atuação antecipada e preventiva na fase interna do processo administrativo de licitação e de elaboração de minuta de contrato de concessão.	Fiscalização de Redução de Linhas de Transporte: Atuar na fiscalização de redução de linhas de transporte em comunidades.	Controle dos Reajustes em Planos Coletivos: Fazer gestões junto ao poder público e órgãos de defesa do consumidor para controlar os reajustes em planos coletivos de saúde.
Presença de Fisioterapeutas nas UTIs: Exigir a presença de fisioterapeutas 24 horas nas Unidades de Terapia Intensiva (UTIs) da rede suplementar de saúde.	Atuação em Casos de Maior Gravidade Social: Atuar em situações de maior gravidade social, como na defesa dos direitos dos consumidores e pacientes.	Fiscalização do Cumprimento do CDC em Escolas Privadas: Fiscalizar o cumprimento do Código de Defesa do Consumidor (CDC) em escolas privadas, realizando vistorias anuais com o apoio de técnicos do Ministério Público.	Fiscalizações em Estabelecimentos de Saúde: Implementar fiscalizações em estabelecimentos de saúde para assegurar a qualidade dos serviços prestados.

Banco de Ideias

OE 1.6

INTENSIFICAR O DIÁLOGO COM A SOCIEDADE E FOMENTAR A SOLUÇÃO PACÍFICA DE CONFLITOS

PROGRAMA

PRIORIZAÇÃO DE PRÁTICAS RESOLUTIVAS DE ATUAÇÃO MINISTERIAL VISANDO AUTOCOMPOSIÇÃO

RAS

Prática Resolutiva: Há um esforço para fomentar a prática resolutiva, tanto judicial quanto extrajudicial, e reconhecer essa prática ao avaliar o desempenho dos membros.

Padronização de Processos: Existe o objetivo de estabelecer uma padronização mínima dos processos de trabalho das ferramentas restaurativas, buscando maior eficiência e consistência.

Mensuração da Resolutividade: Definir critérios objetivos para mensurar as práticas resolutivas em nível nacional, indicando a importância da avaliação e aferição dos resultados obtidos.

Rol de Ferramentas Resolutivas: Definir um conjunto de ferramentas resolutivas que deve ser adotado em todo o Ministério Público, promovendo uma abordagem consistente.

Implementação de Materiais de Fomento: Implementar materiais de fomento à resolutividade elaborados pela Corregedoria Nacional, sugerindo um compromisso com a disseminação de melhores práticas.

Capacitação e Treinamento: Capacitar os membros em técnicas de autocomposição, destacando a importância da formação contínua.

Comitês de Recuperação de Ativos: Implementar comitês de recuperação de ativos em parceria com a Secretaria da Fazenda, indicando um foco na recuperação de ativos como parte das práticas resolutivas.

Política de Capacitação e Conscientização: Criar uma política de capacitação e conscientização para práticas internas e externas, buscando a disseminação de boas práticas.

Divulgação de Atividades: Divulgar as atividades do MP e os serviços oferecidos, por meio de parcerias de custo zero nos meios de comunicação, visando aumentar a conscientização pública.

Formação e Capacitação: Fornecer formação e capacitação aos membros e servidores para viabilizar a aplicação da justiça restaurativa.

Critérios de Resolutividade nas Avaliações de Carreira: Incluir critérios de resolutividade nas avaliações de movimentação na carreira, o que sugere que a promoção de práticas resolutivas pode impactar o progresso na carreira.

Banco de Ideias

OE 2.1

DISSEMINAR PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, ORIENTADAS PARA RESULTADOS

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DA GOVERNANÇA INSTITUCIONAL

GESTÃO ESTRATÉGICA

Desenvolvimento de Habilidades de Liderança: Desenvolver habilidades de liderança em todos os níveis da organização, com ênfase na tomada de decisões orientadas para resultados, buscando uma liderança eficaz.

Governança de Dados e Inovação: Estabelecer o modelo de governança de dados e inovação, enfatizando a importância da gestão de dados e inovação.

Política de Capacitação em Liderança e Governança: Criar uma política de capacitação continuada em liderança e governança para garantir o desenvolvimento das competências necessárias.

Governança Integrada ao Planejamento Estratégico: Implementar um modelo de governança integrada ao planejamento estratégico para garantir que a governança esteja alinhada com os objetivos estratégicos.

Diagnóstico de Governança Corporativa: Instituir um diagnóstico de governança corporativa dos MPs para avaliar o estado atual da governança.

Política Nacional de Governança e Gestão: Estabelecer uma política nacional de governança e gestão para garantir diretrizes consistentes em toda a organização.

Treinamento em Governança e Gestão: Desenvolver treinamentos em governança e gestão para todos os colaboradores em todos os níveis da organização, promovendo o desenvolvimento das competências necessárias.

Controle Nacional da Governança: Implementar mecanismos de controle nacional da governança das unidades, assegurando a conformidade com as diretrizes.

Políticas, Procedimentos e Diretrizes de Governança: Elaborar políticas, procedimentos e diretrizes de governança e gestão alinhados com os valores e objetivos da organização, estabelecendo padrões claros.

Comunicação Interna sobre Governança: Desenvolver comunicação interna (endomarketing) que promova a disseminação de informações relevantes sobre governança e gestão em toda a organização, garantindo a conscientização.

Gestão por Processos Organizacionais: Implementação da cultura de Gestão por Processos Organizacionais alinhada ao Plano Estratégico, visando a melhoria da eficiência e eficácia dos processos.

Planos de Atuação Alinhados ao PEN: Estimular a criação de planos de atuação de promotorias alinhados ao Plano Estratégico Nacional (PEN), buscando coerência nas ações.

Gestão de Riscos: Promover a gestão de riscos em todos os objetivos, projetos e processos, garantindo a identificação e mitigação de riscos.

Sistemas de Dados para Gestão do Conhecimento: Implementar sistemas de dados para produção e gestão do conhecimento, facilitando o acesso à informação relevante.

Interlocução entre Oficinas: Estabelecer fluxos de trabalho que promovam a atuação conjunta e aprimorem a interlocução entre oficinas, valorizando o princípio da unidade institucional.

Gestão Sustentável: Implementação do plano de gestão sustentável, enfatizando práticas sustentáveis.

Gestão da Qualidade e Melhoria Contínua: Gestão da qualidade, com fomento à melhoria contínua, promovendo a busca por excelência.

Planejamento, Execução, Monitoramento e Avaliação: Formular o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas, dos projetos e dos processos de trabalho, com foco na melhoria contínua e na satisfação dos cidadãos, garantindo uma abordagem orientada para resultados.

Banco de Ideias

OE 2.1

DISSEMINAR PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, ORIENTADAS PARA RESULTADOS

PROGRAMA

APRIMORAR A GESTÃO ESTRATÉGICA COM FOCO NO PLANEJAMENTO INSTITUCIONAL DE FORMA TRANSVERSAL E INTEGRADA

GESTÃO ESTRATÉGICA

Cultura de Gestão da Inovação: Fomentar a cultura de gestão da inovação nos Ministérios Públicos, promovendo a busca por soluções inovadoras.

Gestão por Projetos: Promover a cultura de gestão por projetos alinhada ao planejamento institucional, demonstrando um enfoque em projetos como veículo para alcançar os objetivos estratégicos.

Alinhamento da Estratégia com os Integrantes: Estabelecer instrumentos de aproximação da estratégia institucional aos integrantes da instituição, garantindo que todos estejam alinhados com os objetivos.

Cultura de Projetos: Desenvolver práticas para fortalecer a cultura de projetos no Ministério Público, indicando uma abordagem mais orientada a resultados.

Disseminação de Resultados: Aplicar metodologia para disseminação do alcance dos resultados de ações e projetos, destacando a importância da comunicação de impactos.

Premiações e Reconhecimentos: Instituir premiações e reconhecimentos de boas práticas de gestão estratégica, incentivando a busca por excelência.

Integração das Áreas Técnicas: Estabelecer estratégias de comunicação e integração entre as áreas técnicas especializadas e entre membros e servidores, buscando sinergias.

Governança e Planejamento: Definir diretrizes e requisitos mínimos para a integração do sistema de governança ao planejamento, indicando a importância de alinhar a estratégia com a governança.

Gestão de Processos: Atuar de forma efetiva na gestão de processos da instituição, visando a melhoria contínua e eficiência.

Desenvolvimento de Líderes: Investir no desenvolvimento de líderes para a implementação da estratégia, indicando a importância do papel dos líderes na condução da estratégia.

Maturidade Organizacional: Mensurar a maturidade organizacional em governança e planejamento, buscando entender o estágio de desenvolvimento da organização.

Impactos da Gestão Estratégica: Difundir os impactos dos resultados da gestão estratégica de modo coordenado, promovendo uma abordagem sistêmica.

Comunicação Ampliada: Comunicar de forma ampla e continuada as ações locais do planejamento estratégico, garantindo que todos estejam cientes dos desenvolvimentos.

Políticas Nacionais de Gestão de Projetos: Criar políticas nacionais de gestão de projetos, disseminando boas práticas e recomendações em toda a instituição.

Sistema de Informação Único: Definir um sistema de informação único para o monitoramento e controle da estratégia das instituições, buscando a integração de dados.

Gestão de Riscos: Estabelecer contexto institucional para a identificação, análise, avaliação, tratamento, comunicação e monitoramento dos riscos das atividades exercidas pelas unidades e órgãos institucionais.

Dimensionamento de Pessoal: Realizar o dimensionamento de pessoal de acordo com o mapeamento de competências, visando uma alocação eficiente.

Integração de Informações Estratégicas: Integrar as informações estratégicas das unidades por meio de um sistema único nacional, promovendo uma visão integrada.

Gestão de Qualidade e Simplificação: Programa de gestão de melhoria da qualidade dos serviços públicos, simplificação dos processos administrativos e transparência, buscando eficiência e qualidade.

Mentoria em OKR: Contratar mentoria em OKR (Objectives and Key Results) para implementar uma metodologia de definição e acompanhamento de metas.

Banco de Ideias

OE 2.1

DISSEMINAR PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, ORIENTADAS PARA RESULTADOS

PROGRAMA

FORTALECIMENTO DA CULTURA DE ANÁLISE DE DADOS E TOMADA DE DECISÃO

GESTÃO ESTRATÉGICA

Escritório de Dados e Inovação: Fomentar a criação de escritórios de dados e inovação nos MPs, indicando um foco na gestão de dados e inovação.

Tomada de Decisão Baseada em Dados: Instituir processo de tomada de decisão baseada em dados, demonstrando a importância de decisões informadas.

Gestão de Indicadores Estratégicos: Estabelecer a gestão de indicadores estratégicos sociais e de desempenho para visualização da resolutividade dos MPs, enfatizando a medição de resultados.

Priorização Baseada em Mapa Social: Utilizar mapa social para priorização de projetos, sugerindo uma abordagem baseada em dados sociais.

Capacitação em Análise de Dados: Desenvolver um programa de capacitação abrangente em análise de dados, visando fortalecer as habilidades nessa área.

Indicadores de Desempenho Sociais: Adotar indicadores de desempenho baseados em indicadores sociais, refletindo a importância de critérios sociais.

Aprimoramento dos Critérios de Avaliação: Aprimorar os critérios de avaliação para aferição do desempenho resolutivo, qualitativo e organizacional, buscando uma avaliação mais abrangente.

Incentivo à Análise de Dados: Incentivar a utilização de mecanismos de análise de dados, destacando a importância da análise para a tomada de decisão.

Transparência e Prestação de Contas: Promover a transparência e a prestação de contas em todos os níveis da organização, incentivando a divulgação de informações e a responsabilidade.

IA para Monitoramento: Estimular a criação de IA para monitoramento dos projetos e programas e planos estratégicos no MP brasileiro, indicando um enfoque na automação.

Investimento em Perfis de Gestão de Dados: Investir em perfis e competências de gestão e análise de dados, destacando a importância de profissionais qualificados nessa área.

Fomento à Qualidade dos Dados: Criar iniciativas de fomento à qualidade dos dados, assegurando que os dados sejam confiáveis e precisos.

Gestão por Projetos: Promover a cultura de gestão por projetos por meio do alinhamento ao planejamento institucional, indicando a importância da gestão de projetos para atingir objetivos estratégicos.

Padronização da Medição de Resultados: Institucionalizar um modelo padrão de medição de resultados finalísticos e administrativos, buscando uma abordagem consistente.

Capacitação em Análise de Dados: Capacitar membros e líderes para realizar a tomada de decisão baseada em análise de dados, enfatizando a importância da capacitação nessa área.

Parcerias para Inovação e Governança de Dados: Fomentar parcerias com organizações governamentais e não governamentais para mútuo aperfeiçoamento institucional nos campos de governança de dados e inovação, promovendo colaboração.

Cultura de Gestão por Resultados: Desenvolver uma cultura de gestão por resultados, baseada em evidências, dados e informações confiáveis, que oriente o planejamento, a execução, o monitoramento e a avaliação das ações do MP.

Obtenção de Dados Externos: Estabelecer parcerias com instituições públicas para a viabilização de dados, inclusive georreferenciados, necessários à atuação institucional, buscando dados externos.

Padronização de Taxonomia: Padronizar pesos para taxonomia a fim de permitir análises "valorizadas" em Business Intelligence (BI), facilitando análises de dados.

Governança de Dados: Instituir uma política de governança de dados nas TIs, enfatizando a importância da governança de dados.

Banco de Ideias

OE 2.1

DISSEMINAR PRÁTICAS DE GOVERNANÇA E GESTÃO, EM TODOS OS NÍVEIS, ORIENTADAS PARA RESULTADOS

PROGRAMA

FORTALECIMENTO DA CULTURA DE ANÁLISE DE DADOS E TOMADA DE DECISÃO

GESTÃO ESTRATÉGICA

Inteligência Estratégica: Implementar a inteligência estratégica como ferramenta de apoio ao processo decisório da Administração Superior, buscando uma abordagem baseada em informações estratégicas.

Treinamento em Grupo: Realizar sessões de treinamento em grupo para promover a colaboração e o compartilhamento de conhecimento entre os membros do MP, destacando o trabalho colaborativo.

Indicadores de Processos Prioritários: Estabelecer indicadores de processos prioritários, visando a priorização das atividades mais críticas.

Comunicação de Impactos: Comunicar os impactos positivos e as oportunidades de melhorias oriundas do Planejamento Estratégico, destacando a importância da comunicação.

Avaliação da Resolutividade: Aferir a resolutividade a partir do portfólio de projetos, indicando a importância da efetividade das ações.

Gestão de Portfólio de Projetos: Estimular o desenvolvimento de um modelo efetivo de gestão de portfólio de projetos e programas, buscando uma abordagem estruturada para gerenciar iniciativas.

Gestão de Pessoas: Capacitar, avaliar o desempenho, o plano de carreira, a premiação por mérito e a gestão participativa com foco nos resultados das iniciativas e projetos estratégicos, buscando o desenvolvimento e reconhecimento do capital humano.

Incentivo à Análise de Dados: Incentivar a utilização de mecanismos de análise de dados, destacando a importância da análise para a tomada de decisão.

Desenvolvimento de Competências: Desenvolver competências para o apoio técnico especializado visando ao fortalecimento da cultura resolutiva, indicando a importância da formação de especialistas.

Padronização da Medição de Resultados: Padronizar a medição de resultados com vistas a aperfeiçoar ações integradas entre MPs, buscando a uniformidade de processos.

Gestão de Pessoas e Bem-Estar: Fortalecer a gestão de pessoas, valorizando o capital humano, a diversidade, a capacitação, o bem-estar e a saúde dos membros e servidores do MP, destacando o cuidado com a equipe.

Avaliação de Habilidades em Análise de Dados: Realizar avaliação das habilidades de análise de dados em toda a organização para identificar áreas de fraqueza e necessidades de treinamento, visando a melhoria das competências.

Atuação Integrada: Promover iniciativas para intensificar a atuação integrada e unificada entre os diversos ofícios, buscando maior sinergia e colaboração.

Otimização de Recursos e Eficiência: Otimizar a gestão de recursos, processos e tecnologias, buscando a eficiência, a eficácia, a efetividade e a sustentabilidade das operações do MP, enfatizando a otimização.

IA para Monitoramento: Estimular a criação de IA para monitoramento dos projetos e programas e planos estratégicos no MP brasileiro, buscando a automação e eficiência na monitorização.

Banco de Ideias

OE 2.2

ZELAR PELA SUSTENTABILIDADE EM TODA FORMA DE ATUAÇÃO

PROGRAMA

FORTALECIMENTO DE ESTRUTURA DE GESTÃO SUSTENTÁVEL

RAS

Catálogo de Boas Práticas: Catalogar boas práticas organizacionais com foco nos critérios sociais e ambientais (ESG), demonstrando um compromisso com a responsabilidade social e ambiental.

Capacitação Específica: Criar programas específicos de capacitação para os ingressantes na instituição de acordo com o perfil de cada cargo, visando melhor preparação dos membros.

Avaliação da Estrutura Sustentável: Avaliar a estrutura mínima dentro dos Ministérios Públicos capaz de atender às exigências de gestão sustentável, destacando a importância de recursos e capacidades.

Área Específica para Sustentabilidade: Avaliar a criação de uma área específica dentro dos MPs responsável por coordenar a gestão da sustentabilidade, indicando uma abordagem centralizada.

Ambiente Nacional de Dados Sociais: Criar um ambiente nacional de exibição e consulta dos dados/informações sociais obtidos, promovendo a transparência e compartilhamento de informações.

Avaliação Qualitativa da Atividade Finalística: Criar ferramentas de avaliação qualitativa da atividade finalística dos órgãos de execução, indicando um foco na qualidade e eficácia das ações.

Sistematização de Iniciativas Mal-sucedidas: Sistematizar e/ou compilar iniciativas que não deram certo, visando evitar a repetição de erros e estimular o aprendizado e aperfeiçoamento.

Política de Capacitação e Conscientização: Criar uma política de capacitação e conscientização para práticas internas e externas, buscando a disseminação de boas práticas.

Políticas de Compras Sustentáveis: Adotar políticas de compras sustentáveis, refletindo a preocupação com o impacto ambiental das aquisições.

Banco de Ideias

OE 3.1

ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E A APLICAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

PROGRAMA

ALINHAMENTO E INTEGRAÇÃO DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA AOS OBJETIVOS INSTITUCIONAIS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Definir diretrizes para alinhar o orçamento institucional aos projetos estratégicos.

Sistematizar a composição da proposta orçamentária, exigindo a menção dos objetivos institucionais.

Alinhar a captação da proposta orçamentária com os objetivos institucionais.

Construir um banco de boas práticas em integração da gestão orçamentária e objetivos institucionais.

Fomentar atividades periódicas de acompanhamento, avaliação e controle do orçamento autorizado.

Criar um painel de monitoramento bimestral para acompanhar o desempenho orçamentário.

Executar o orçamento de acordo com o planejado e aprovado nos instrumentos de gestão de recursos (LDO, PPA e LOA).

Alinhar as peças orçamentárias (PPA e LOA) com as Ações Estratégicas (PEI).

Mapear os riscos envolvidos no processo de integração da gestão orçamentária e objetivos institucionais.

Melhorar a comunicação entre as unidades ministeriais, promovendo uma comunicação mais eficaz entre os responsáveis pela elaboração do orçamento e os responsáveis pela execução.

Definir uma metodologia para o alinhamento entre Planejamento Estratégico e PPA/LOA.

Angariar o engajamento da Administração Superior para garantir o alinhamento e a integração.

Conscientizar os gestores públicos sobre os objetivos institucionais, para que possam buscar sempre o alinhamento e a integração na gestão orçamentária.

Definir qual nível estrutural do orçamento será objeto de alinhamento com o Planejamento Estratégico.

Alinhar os programas estratégicos com as peças orçamentárias.

Elaborar um plano para os Ministérios Públicos participarem das receitas do fundo jurídico (Funjuris).

Fomentar a participação ativa da alta administração na fase de elaboração da proposta orçamentária.

Evidenciar a importância da gestão de custos para uma compreensão efetiva da gestão superior.

Estabelecer um processo de comunicação eficaz para garantir que todos os integrantes do MP compreendam a importância do alinhamento orçamentário com os objetivos institucionais.

Criar um plano de orçamento estratégico que aloque recursos de forma direcionada para atender às metas e prioridades identificadas, com flexibilidade para se adaptar a mudanças nas condições econômicas e nas necessidades da organização.

Banco de Ideias

OE 3.1

ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E A APLICAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

PROGRAMA

FOMENTO À CAPTAÇÃO DE RECURSOS EXTERNOS PARA SUBSIDIAR AS AÇÕES ESTRATÉGICAS DO MP

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Estabelecer termos de cooperação com outros órgãos que possam apoiar a execução de projetos do Ministério Público Brasileiro.

Oferecer treinamento específico em captação de recursos para membros e equipes do Ministério Público.

Incentivar a criação de grupos de estudos interdisciplinares dedicados à captação de recursos externos.

Criar um setor de captação de recursos dentro da estrutura do Ministério Público.

Desenvolver uma trilha de conhecimento sobre o tema da captação de recursos para compartilhar melhores práticas e conhecimentos.

Estabelecer um espaço de divulgação de linhas de financiamento disponíveis para projetos institucionais dos Ministérios Públicos.

Formar uma equipe dedicada à elaboração de propostas de projetos sólidos e competitivos, com base em dados e evidências, e que incluam detalhes claros de desempenho e resultados sociais.

Otimizar o processo de recolhimento das custas e emolumentos por meio de uma guia única.

Compartilhar experiências bem-sucedidas de outras unidades e ramos do Ministério Público.

Utilizar projetos de interesse integrado do Fundo de Direitos Difusos via CNMP como fonte de financiamento.

Formar um grupo de trabalho para identificar possíveis fontes de financiamento externo, como fundações, empresas privadas, emendas parlamentares impositivas e programas de financiamento governamental.

Receber orientações do CNMP sobre a participação dos Ministérios Públicos nas multas e astreintes dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs).

Identificar potenciais fontes de financiamento externo e estabelecer relações com elas, permitindo a participação na construção e implementação de projetos financiados por essas fontes.

Explorar possibilidades de financiamento por meio de instituições como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

Banco de Ideias

OE 3.1

ASSEGURAR A DISPONIBILIDADE E A APLICAÇÃO EFICIENTE DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS

PROGRAMA

FOMENTO À IMPLEMENTAÇÃO DA GESTÃO DE CUSTOS COM O USO DE NOVAS TECNOLOGIAS

GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Disseminar indicadores aptos à mensuração de custos específicos para o Ministério Público, considerando suas necessidades e particularidades.

Criar indicadores padrões para todos os Ministérios Públicos brasileiros, levando em consideração as peculiaridades específicas de cada unidade.

Definir uma metodologia de mensuração dos custos das unidades dos Ministérios Públicos brasileiros, com a utilização de notas orientativas.

Implementar a sistematização de gestão de custos integrada aos sistemas de planejamento e execução orçamentária do Ministério Público.

Contratar um sistema específico para a gestão de custos por centro de custos, facilitando o acompanhamento e análise dos gastos.

Promover o alinhamento técnico dos servidores dos ramos do Ministério Público no tema de gestão de custos por meio de capacitação e treinamentos.

Criar um ranking das unidades que implementaram indicadores mínimos de gestão de custos, caso exista uma lista de indicadores mínimos.

Desenvolver a integração das novas tecnologias de gestão de custos em todos os processos relevantes da organização, permitindo uma tomada de decisão ágil e informada.

Desenvolver um painel de mapeamento de riscos financeiros e orçamentários para identificar potenciais ameaças aos recursos financeiros do Ministério Público.

Disseminar a relevância da gestão de custos no âmbito da administração pública, destacando seus benefícios.

Avaliar se existe integração entre os sistemas de planejamento, orçamento, finanças e patrimônio nos Ministérios Públicos.

Promover uma cultura de aprendizagem contínua, incentivando os membros e servidores do Ministério Público a adquirirem habilidades e conhecimentos necessários para a gestão de custos com tecnologias de ponta.

Definir critérios e demonstrativos básicos a serem implementados em todos os Ministérios Públicos, garantindo a padronização e comparabilidade dos dados.

Banco de Ideias

OE 3.2

ESTABELECER A GESTÃO ADMINISTRATIVA COMPARTILHADA E PADRONIZADA

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES ATRAVÉS DA PADRONIZAÇÃO E DEFINIÇÃO DE CRITÉRIOS DE QUALIDADE

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Criar um banco de especificações de produtos para facilitar o processo de aquisição.

Elaborar modelos padronizados de artefatos para contratações semelhantes no Ministério Público, considerando as peculiaridades regionais.

Definir um catálogo de produtos para referência nas compras.

Elaborar fluxos de trabalho e checklists para padronizar o processo de contratação.

Implementar a gestão de riscos nas contratações para identificar e mitigar possíveis ameaças.

Desenvolver ferramentas e tecnologias para obter dados relevantes para as compras públicas.

Valorizar os servidores envolvidos nas compras públicas, reconhecendo sua importância para o processo.

Desenvolver um sistema informatizado de compras/citação para uso em todas as unidades do Ministério Público.

Elaborar modelos referenciais para uso nos processos de compras e contratações.

Criar uma biblioteca/repositório de contratações para facilitar o acesso a informações e documentos.

Estabelecer um sistema eficaz de gestão de fornecedores para monitorar o desempenho e garantir a conformidade contratual.

Padronizar modelos de documentos, como DFDs (Documento de Formalização da Demanda), ETPs (Estudo Técnico Preliminar) e TRs (Termos de Referência).

Padronizar os processos de licitação por região para facilitar a coordenação e análise.

Criar um plano de capacitação focado em contratações públicas estruturado para a formação de servidores envolvidos.

Estabelecer uma metodologia padronizada para mapear as etapas e prazos do processo de contratação.

Implementar grupos regionais para aquisições padronizadas e compartilhadas, buscando economia de escala.

Definir critérios para classificação de preços exorbitantes e inexequíveis para pesquisa de formação de preços de referência.

Normalizar e definir catálogo de produtos e serviços regionalizados para atender às necessidades específicas de cada região.

Divulgar boas práticas de gestão de contratações para disseminar conhecimento e experiências bem-sucedidas.

Criar um plano de capacitação de fornecedores para melhorar o relacionamento com os parceiros comerciais.

Banco de Ideias

OE 3.2

ESTABELECE A GESTÃO ADMINISTRATIVA COMPARTILHADA E PADRONIZADA

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DE CONTRATOS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Desenvolver programas de treinamento regulares para os servidores envolvidos na gestão e fiscalização de contratos, garantindo que estejam atualizados nas melhores práticas.

Realizar análise de riscos contratuais detalhada para avaliar e mitigar riscos associados aos contratos da organização.

Estabelecer um sistema eficaz de gestão de fornecedores para monitorar o desempenho, garantir conformidade contratual e manter relacionamentos positivos.

Prever gratificação para servidores envolvidos na fiscalização de contratos complexos como forma de reconhecimento.

Criar normatização que estabeleça políticas e diretrizes de gestão e fiscalização de contratos para o Ministério Público brasileiro.

Definir, a nível nacional, os papéis do gestor e do fiscal de contratos.

Capacitar os setores de planejamento, compras e fiscalização para garantir uma abordagem integrada na gestão contratual.

Padronizar procedimentos para melhorar a gestão e fiscalização de contratos.

Elaborar manual de procedimentos para orientar as práticas de gestão e fiscalização.

Definir os limites de atuação e responsabilização dos gestores e fiscais de contratos.

Mapear e padronizar um formato adaptável aos Ministérios Públicos para a gestão e fiscalização de contratos.

Criar um Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos para orientar as práticas em todo o Ministério Público.

Implementar estratégias para redução de custos nos contratos.

Criar instruções normativas específicas para contratos de terceirização e obras.

Estabelecer um sistema unificado de fiscalização de contratos de terceirização para maior eficiência.

Elaborar um manual básico de atuação para gestores e fiscais de contrato, incluindo especificidades para contratos de obras e serviços de engenharia.

Considerar a criação de uma unidade específica para auxiliar os fiscais de contrato e fornecer as condições necessárias para que os servidores exerçam essa função de forma adequada, especialmente quando precisam desempenhar funções administrativas e fiscalizar vários contratos.

Recomendar a criação de estruturas semelhantes de gestão e fiscalização de contratos em todas as unidades do Ministério Público.

Estabelecer um valor para gestão de contratos administrativos para garantir recursos adequados para essa atividade.

Banco de Ideias

OE 3.2

ESTABELECE A GESTÃO ADMINISTRATIVA COMPARTILHADA E PADRONIZADA

PROGRAMA

CAPACITAÇÃO E DESENVOLVIMENTO DE MEMBROS E SERVIDORES NA MELHORIA DOS PROCESSOS ADMINISTRATIVOS

GESTÃO ADMINISTRATIVA

Realizar um mapeamento das necessidades de capacitação, identificando demandas gerais e específicas.

Estabelecer trilhas de capacitação com foco nas necessidades identificadas.

Implementar um programa de capacitação contínua para membros e servidores, garantindo que estejam alinhados com as diretrizes institucionais.

Desenhar trilhas de desenvolvimento para orientar a capacitação de acordo com o nível de cada servidor.

Difundir capacitações entre órgãos, estabelecendo um canal de compartilhamento de conhecimento.

Incluir no PCA (Plano de Contratações Anual) cronogramas de treinamentos e cursos para a área meio.

Promover capacitações nacionais para membros e servidores dos MPs visando à uniformização das diretrizes institucionais.

Fomentar programas de pós-graduação stricto e lato sensu para garantir a formação avançada.

Capacitar as áreas solicitantes para instruir processos com ETPs (Estudos Técnicos Preliminares) e TRs (Termos de Referência) alinhados com o objeto.

Estabelecer um programa de capacitação contínua em processos administrativos para membros e servidores.

Concentrar a capacitação nos gestores de contratos para aprimorar a gestão contratual.

Criar uma escola de compras no âmbito do Ministério Público para capacitar os envolvidos nas compras públicas.

Desenvolver um curso de especialização em planejamento de contratações para servidores, promovido pelo CNMP.

Criar trilhas de aprendizagem voltadas para a criação e melhoria dos processos administrativos.

Criar trilhas de aprendizagem voltadas para a criação e melhoria dos processos administrativos.

Criar uma escola virtual compartilhada para receber conteúdos educacionais de todos os MPs, promovendo a colaboração.

Definir uma porcentagem obrigatória do orçamento para a qualificação de membros e servidores, com cotas igualitárias.

Estabelecer políticas internas sobre processos de trabalho para orientar as práticas.

Criar sistemas de reconhecimento e recompensas para incentivar a participação ativa e o desempenho no programa de capacitação.

Definir um número mínimo de horas de capacitação para membros e servidores.

Banco de Ideias

OE 3.3

FORTALECER OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E A IMAGEM INSTITUCIONAL

PROGRAMA

MELHORIA NA ESTRUTURAÇÃO DAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DO MP, INCLUSIVE COM INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

COMUNICAÇÃO

Definição de Diretrizes de Uso de IA: Estabelecer diretrizes para o uso e aplicação de inteligência artificial nas práticas de comunicação.

Suporte para Gestão de Contratos de Comunicação Social: Fornecer suporte adequado para a gestão de contratos na área de comunicação social.

Considerar a Área de Comunicação no Orçamento: Incluir a área de comunicação no orçamento institucional para permitir investimentos em recursos humanos, tecnológicos e físicos.

Programa de Capacitação em Gestão da Comunicação: Oferecer treinamentos em gestão de comunicação, incluindo métodos inovadores de engajamento público, governança em comunicação e gestão orientada para resultados.

Modernização da Estrutura de Assessorias de Comunicação: Atualizar e modernizar a estrutura das assessorias de comunicação do Ministério Público.

Implantação do Plano de Uso de IA: Implementar um plano para o uso de inteligência artificial na comunicação.

Definição de Áreas de Comunicação Essenciais: Especificar áreas essenciais para as assessorias de comunicação, como assessoria de imprensa, mídias sociais, design gráfico, fotografia e produção de vídeo.

Mapeamento de Estruturas Existentes: Realizar um mapeamento das estruturas de comunicação existentes.

Aquisição de Aplicativos e Serviços Digitais: Adquirir aplicativos e serviços digitais para melhorar as rotinas de produção de comunicação.

Capacitação dos Servidores em Novas Tecnologias: Oferecer treinamento aos servidores para que possam utilizar novas tecnologias.

Capacitação em Gerenciamento de Crise: Treinar a equipe de comunicação em gerenciamento de crises.

Emissão de Recomendação pelo CNMP para Estrutura Mínima: Solicitar ao CNMP a emissão de recomendações para estabelecer uma estrutura mínima nas áreas de comunicação social.

Investimento em Capacitação para a Gestão da Comunicação: Investir em treinamento para capacitar os profissionais de comunicação em gestão da comunicação.

Cursos de Iniciação em Inteligência Artificial: Realizar cursos de iniciação em inteligência artificial, com foco em suas aplicações na comunicação.

Capacitação em Linguagem Simples: Desenvolver programas de capacitação em linguagem simples para facilitar a comunicação com o público.

Capacitação em Linguagem Inclusiva: Oferecer treinamento em linguagem inclusiva para garantir uma comunicação mais acessível.

Levantamento de Dados da Estrutura dos Setores de Comunicação: Coletar informações sobre a estrutura dos setores de comunicação.

Aquisição de Equipamentos Portáteis: Adquirir equipamentos portáteis para melhorar a cobertura de eventos.

Plano de Recomposição de Quadros: Desenvolver um plano de recomposição das equipes de comunicação, considerando as tendências atuais.

Participação da Comunicação nos CETI's: Integrar a comunicação nos Comitês Estratégicos de TI (CETI)

Banco de Ideias

OE 3.3

FORTALECER OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E A IMAGEM INSTITUCIONAL

PROGRAMA

MELHORIA NA ESTRUTURAÇÃO DAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DO MP, INCLUSIVE COM INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIA

COMUNICAÇÃO

Definição de Diretrizes de Uso de IA: Estabelecer diretrizes para o uso e aplicação de inteligência artificial nas práticas de comunicação.

Suporte para Gestão de Contratos de Comunicação Social: Fornecer suporte adequado para a gestão de contratos na área de comunicação social.

Considerar a Área de Comunicação no Orçamento: Incluir a área de comunicação no orçamento institucional para permitir investimentos em recursos humanos, tecnológicos e físicos.

Programa de Capacitação em Gestão da Comunicação: Oferecer treinamentos em gestão de comunicação, incluindo métodos inovadores de engajamento público, governança em comunicação e gestão orientada para resultados.

Modernização da Estrutura de Assessorias de Comunicação: Atualizar e modernizar a estrutura das assessorias de comunicação do Ministério Público.

Implantação do Plano de Uso de IA: Implementar um plano para o uso de inteligência artificial na comunicação.

Definição de Áreas de Comunicação Essenciais: Especificar áreas essenciais para as assessorias de comunicação, como assessoria de imprensa, mídias sociais, design gráfico, fotografia e produção de vídeo.

Mapeamento de Estruturas Existentes: Realizar um mapeamento das estruturas de comunicação existentes.

Aquisição de Aplicativos e Serviços Digitais: Adquirir aplicativos e serviços digitais para melhorar as rotinas de produção de comunicação.

Capacitação dos Servidores em Novas Tecnologias: Oferecer treinamento aos servidores para que possam utilizar novas tecnologias.

Capacitação em Gerenciamento de Crise: Treinar a equipe de comunicação em gerenciamento de crises.

Emissão de Recomendação pelo CNMP para Estrutura Mínima: Solicitar ao CNMP a emissão de recomendações para estabelecer uma estrutura mínima nas áreas de comunicação social.

Investimento em Capacitação para a Gestão da Comunicação: Investir em treinamento para capacitar os profissionais de comunicação em gestão da comunicação.

Cursos de Iniciação em Inteligência Artificial: Realizar cursos de iniciação em inteligência artificial, com foco em suas aplicações na comunicação.

Capacitação em Linguagem Simples: Desenvolver programas de capacitação em linguagem simples para facilitar a comunicação com o público.

Capacitação em Linguagem Inclusiva: Oferecer treinamento em linguagem inclusiva para garantir uma comunicação mais acessível.

Levantamento de Dados da Estrutura dos Setores de Comunicação: Coletar informações sobre a estrutura dos setores de comunicação.

Aquisição de Equipamentos Portáteis: Adquirir equipamentos portáteis para melhorar a cobertura de eventos.

Plano de Recomposição de Quadros: Desenvolver um plano de recomposição das equipes de comunicação, considerando as tendências atuais.

Participação da Comunicação nos CETI's: Integrar a comunicação nos Comitês Estratégicos de TI (CETI)

Banco de Ideias

OE 3.3 FORTALECER OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E A IMAGEM INSTITUCIONAL	PROGRAMA MELHORIA NA ESTRUTURAÇÃO DAS ASSESSORIAS DE COMUNICAÇÃO DO MP, INCLUSIVE COM INVESTIMENTOS EM INOVAÇÃO E TECNOLOGIA	COMUNICAÇÃO
Investimento em Plataformas de Gerenciamento de Projetos de Comunicação: Investir em plataformas para o gerenciamento de projetos de comunicação.	Investimento em Capacitação em Novas Tecnologias: Capacitar a equipe em novas tecnologias.	Investimento em Capacitação Contínua: Investir em capacitação contínua para os profissionais de comunicação.
Fomento de Capacitação dos Profissionais das Ascons: Promover a capacitação dos profissionais das Assessorias de Comunicação (Ascons).	Investimento em Plataformas para o Trabalho Integrado: Investir em plataformas que facilitem o trabalho integrado entre os setores de comunicação.	Parcerias com Universidades e Instituições de Pesquisa: Estabelecer parcerias com universidades e outras instituições de pesquisa.
Elaboração de Proposta de Criação de Grupo de Trabalho: Propor a criação de um grupo de trabalho para definir mecanismos de governança na comunicação.	Capacitação em Metodologias Ágeis e Planejamento Estratégico: Oferecer treinamento em metodologias ágeis e planejamento estratégico na comunicação.	Estabelecer Parcerias com Equipes de TICs e Universidades: Parceirizar com equipes de Tecnologia da Informação e Comunicação e universidades para acesso a recursos e expertise relacionados à Inteligência Artificial.

Banco de Ideias

OE 3.3 FORTALECER OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E A IMAGEM INSTITUCIONAL	PROGRAMA CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARA O FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL DO MP	COMUNICAÇÃO
Manual de Redação em Linguagem Simples: Desenvolver um manual de redação que orienta os profissionais a usar linguagem simples para se comunicar com a população.	Política de Mídias Sociais: Definir uma política de mídias sociais para os perfis oficiais do Ministério Público.	Investimento em Capacitação de Linguagem Simples: Investir em capacitação para uso de linguagem simples.
Ações em Escolas: Realizar visitas em escolas para apresentar os produtos de comunicação do Ministério Público para crianças e adolescentes.	Campanhas Nacionais Unificadas: Desenvolver campanhas unificadas em nível nacional.	Coordenação de Ações Integradas: Coordenar ações integradas nacionais de comunicação para temas de grande relevância social.
Parcerias com Veículos de Imprensa: Estabelecer parcerias com veículos de imprensa para campanhas permanentes sobre a atuação do MP.	Investimento em Pesquisas de Imagem Institucional: Investir em novas formas de pesquisa de imagem institucional.	Programa Educativo de Linguagem Simples: Desenvolver um programa educativo para o uso de linguagem simples.
Cidadão como Protagonista nas Comunicações: Destacar o cidadão como protagonista nos materiais de comunicação para enfatizar que ele é uma prioridade.	Campanhas de Aproximação com a Sociedade: Criar campanhas para aproximar o Ministério Público da sociedade.	Atualização da Política de Comunicação: Atualizar a política de comunicação.
Relacionamento com a Imprensa: Aprimorar o relacionamento com a imprensa e promover workshops para jornalistas.	Ação para Destacar Atuação Humanizada: Implementar ações específicas para dar visibilidade à atuação humanizada do Ministério Público, mostrando que a instituição está próxima do cidadão.	Diagnóstico de Acessibilidade Comunicacional: Realizar um diagnóstico da acessibilidade comunicacional da Unidade Ministerial.
		Política de Comunicação em Resolução: Transformar a recomendação do CNMP sobre a política de comunicação em resolução.
		Aumento de Ações em Locais Públicos: Ampliar as ações em locais públicos para facilitar o acesso da sociedade aos serviços do MP.
		Programa Interno de Integração Ouvidoria e Comunicação: Criar um programa interno que aproxima a Ouvidoria e a Comunicação para um olhar estratégico das demandas do cidadão.
		Campanhas de Apresentação das Áreas de Atuação: Criar campanhas que destacam as áreas de atuação do Ministério Público.
		Participação da Comunicação em Fóruns e Comitês Estratégicos: Integrar a Comunicação em fóruns e comitês estratégicos da unidade.

Banco de Ideias

OE 3.3

FORTALECER OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E A IMAGEM INSTITUCIONAL

PROGRAMA

CONTRIBUIÇÃO PARA A MELHORIA DA COMUNICAÇÃO COM A SOCIEDADE E PARA O FORTALECIMENTO DA IMAGEM INSTITUCIONAL DO MP

COMUNICAÇÃO

<p>Criação de Canais de Comunicação Específicos: Estabelecer canais de comunicação direcionados para públicos específicos.</p>	<p>Cartilha Educacional sobre o Papel do MP: Produzir uma cartilha educativa que explique o papel do Ministério Público para a sociedade.</p>	<p>Aproximar a alta gestão da opinião pública: Promover a proximidade e interação entre a alta gestão de uma organização e a opinião pública, criando mecanismos e estratégias de comunicação que permitam que os líderes e tomadores de decisão da instituição estejam mais acessíveis à sociedade.</p>	<p>Campanhas sobre Boas Práticas: Desenvolver campanhas que destaquem as boas práticas da instituição.</p>
<p>Aproximação com Movimentos Sociais e ONGs: Estabelecer parcerias e realizar eventos em conjunto com movimentos sociais e ONGs que prestam serviços relevantes à população.</p>	<p>Aprimorar a Linguagem nas Redes Sociais: Melhorar a linguagem utilizada, especialmente nas redes sociais, tornando-a mais acessível e menos técnica.</p>	<p>Programa de Medição de Resultados: Criar um programa para medir os resultados das ações de comunicação com a sociedade e dar visibilidade a essas ações.</p>	<p>Campanhas Conjuntas Validadas pelo CNMP/CNPG: Elaborar campanhas conjuntas e unificadas validadas pelo Conselho Nacional do Ministério Público (CNMP) e pelo Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais (CNPGE).</p>
<p>Manualização de Procedimentos Alinhados à Política de Comunicação: Elaborar manuais de procedimentos alinhados à Política Nacional de Comunicação.</p>	<p>Divulgação da Política de Comunicação Social: Divulgar a Política de Comunicação Social.</p>	<p>Transformar a Política de Comunicação em Resolução: Transformar a política de comunicação em resolução.</p>	<p>Workshops para Jornalistas: Oferecer workshops para jornalistas sobre a atuação do Ministério Público.</p>
<p>Capacitação Contínua de Mídia Training: Investir em capacitação contínua de mídia training para membros e assessores.</p>	<p>Participação Obrigatória da Comunicação no Comitê de Gerenciamento de Crises: Tornar obrigatória a participação da Comunicação no Comitê de Gerenciamento de Crises.</p>	<p>Criação de uma 'Marca' para o Ministério Público Brasileiro: Criar uma marca que represente o Ministério Público Brasileiro.</p>	<p>Elaboração de Campanha de Fortalecimento do MP: Desenvolver uma campanha nacional de fortalecimento do Ministério Público.</p>
<p>Normatização de Perfis em Mídias Sociais: Normatizar a criação de perfis de setores dos Ministérios Públicos em mídias sociais.</p>	<p>Visitas às Redações: Realizar visitas periódicas às redações dos veículos de comunicação.</p>	<p>Participação em Eventos: Participar de eventos relacionados ao Direito, Cidadania e temas afins para divulgar as campanhas de comunicação e outras ações.</p>	

Banco de Ideias

OE 3.3

FORTALECER OS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO E A IMAGEM INSTITUCIONAL

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DOS PROCESSOS DE COMUNICAÇÃO INTERNA

COMUNICAÇÃO

<p>Capacitação dos profissionais de comunicação das Ascoms em endomarketing: Investir na capacitação dos profissionais de comunicação para fortalecer o endomarketing.</p>	<p>Pesquisa interna de comunicação para aferir se a comunicação interna/canais estão sendo utilizados; Avaliar a eficácia dos canais de comunicação interna.</p>	<p>Incentivar a participação de integrantes das Ascoms em Comitês e fóruns estratégicos das instituições; Promover a representatividade da comunicação nas discussões estratégicas.</p>	<p>Criar programas de valorização do servidor: Reconhecer e incentivar os servidores.</p>
<p>Criar fluxos de atendimento de demandas: Estabelecer processos eficientes para atender às necessidades e demandas do público interno.</p>	<p>Contratar equipe exclusiva para CI: Alocar recursos dedicados à comunicação interna para melhor atendimento.</p>	<p>Incluir a comunicação no planejamento das ações internas, evitando possíveis "crises": Garantir que a comunicação seja parte integrante do planejamento estratégico.</p>	<p>Investimento em plataformas institucionais de comunicação entre as equipes: Fornecer ferramentas de comunicação eficazes e seguras.</p>
<p>Criação de canal entre a comunicação e setores estratégicos da Instituição para melhoria do acesso a informações para serem repassadas ao público interno: Facilitar o acesso a informações importantes.</p>	<p>Acompanhamento da satisfação do público interno em relação aos canais de comunicação interna: Avaliar regularmente a eficácia da comunicação.</p>	<p>Investimento em novos canais de comunicação interna em tempos de trabalho híbrido: Adaptar a comunicação interna às necessidades de trabalho remoto e presencial.</p>	<p>Realizar oficinas de Comunicação Não Violenta: Promover a comunicação saudável e respeitosa.</p>
<p>Protocolo Nacional de Comunicação para gerenciamento de crises no MP: Estabelecer diretrizes claras para gerenciar crises de comunicação.</p>	<p>Criar ações de endomarketing: Reforçar a cultura e os valores organizacionais internamente.</p>	<p>Realização de produto audiovisual para a intranet mostrando o que cada setor do MP faz: Compartilhar informações sobre as atividades e realizações de cada setor.</p>	<p>Mapeamento dos processos de comunicação. Conhecer para educar: Entender os fluxos de comunicação existentes para aprimorá-los.</p>
<p>Capacitação da equipe com o incentivo da Adm para participação de cursos voltados à Comunicação Pública e mídias sociais: Aprimorar as habilidades da equipe de comunicação.</p>	<p>Criar canais que alcancem membros e servidores: Garantir que todos os integrantes sejam alcançados pela comunicação interna.</p>	<p>Pesquisa de ferramentas para produção automatizada de vídeos com Inteligência Artificial para elaboração facilitada de boletins de comunicação interna em vídeo: Explorar tecnologias inovadoras para melhorar a comunicação.</p>	<p>Pesquisa ativa de conteúdo relacionado aos setores do MP para a produção de matérias para a intranet, a exemplo de um jornal mural: Coletar informações relevantes para criar conteúdo informativo.</p>

Banco de Ideias

OE 3.4

PROMOVER A GESTÃO POR
COMPETÊNCIAS E A QUALIDADE DE VIDA
NO TRABALHO

PROGRAMA

PROMOÇÃO DO BEM-ESTAR FÍSICO E MENTAL NO AMBIENTE DE TRABALHO

GESTÃO DE PESSOAS

Promoção de Cultura de Saúde Mental: Envolver líderes para garantir que eles apoiem e promovam uma cultura de saúde mental positiva no local de trabalho.

Profissionais de Saúde Mental: Incluir vagas para profissionais da área de saúde mental, como psiquiatras e psicólogos, nos certames para ingresso na carreira do MP.

Programa de Acompanhamento de Saúde Mental: Estruturar programas voltados para o levantamento da situação de saúde mental e acompanhamento de situações que demandem cuidado.

Equilíbrio entre Trabalho e Vida Pessoal: Promover uma cultura que valorize o equilíbrio entre trabalho e vida pessoal, incentivando práticas como uso flexível do tempo, teletrabalho e licenças parentais.

Comissões de Saúde Mental: Criar comissões permanentes de saúde em cada MP com o objetivo de promover ações de melhoria da saúde física e mental dos integrantes e seus dependentes.

Reintegração de Servidores Afastados: Acolher e inserir o servidor afastado em razão de tratamento de saúde mental na volta à rotina de trabalho.

Pesquisa de Saúde Mental: Realizar pesquisas de saúde mental para todos os servidores e membros, identificando aqueles que precisam de acompanhamento.

Aumento de Profissionais de Saúde Mental: Incrementar o número de profissionais de saúde com especialidade em saúde mental.

Prevenção do Assédio Moral e Sexual: Enfrentamento do assédio moral e sexual e da discriminação no ambiente de trabalho.

Gestão de Qualidade e Bem-Estar: Aprimorar o acompanhamento da saúde física/mental nas unidades e incentivar o programa de Qualidade de Vida no Trabalho.

Integração entre Lideranças e Equipes: Promover atividades de integração para fortalecer os laços entre líderes e suas equipes.

Serviços de Apoio à Saúde Mental: Oferecer serviços de apoio à saúde mental, como suporte, orientação e apoio psicológico, ou grupos de apoio.

Conscientização sobre Saúde Mental: Realizar treinamentos regulares para aumentar a conscientização sobre saúde mental, preconceito, estigma e a importância de buscar ajuda.

Redução da Jornada de Trabalho: Implementar redução de jornada para 4 dias semanais ou 7 horas diárias.

Formação de Líderes em Gestão de Pessoas: Capacitar as lideranças em gestão de pessoas, com foco em linguagem não violenta e mediação de conflitos.

Comunicação Interna sobre Saúde Mental: Melhorar a comunicação interna para garantir que os integrantes estejam cientes dos recursos disponíveis, políticas e programas de bem-estar.

Políticas de Inclusão e Diversidade: Elaborar políticas e diretrizes que promovam um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e equitativo, com foco na diversidade.

Comunicação Interna sobre Saúde Mental: Melhorar a comunicação interna para garantir que os integrantes estejam cientes dos recursos disponíveis, políticas e programas de bem-estar.

Políticas de Inclusão e Diversidade: Elaborar políticas e diretrizes que promovam um ambiente de trabalho saudável, inclusivo e equitativo, com foco na diversidade.

Banco de Ideias

OE 3.4

PROMOVER A GESTÃO POR
COMPETÊNCIAS E A QUALIDADE DE VIDA
NO TRABALHO

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO E APERFEIÇOAMENTO DE HABILIDADES DE LIDERANÇA,
INSPIRANDO EQUIPES E PROMOVENDO SINERGIA

GESTÃO DE PESSOAS

Treinamento em Habilidades de Liderança: Oferecer programas de treinamento e desenvolvimento de liderança que abordem habilidades como comunicação, tomada de decisões, resolução de conflitos, empatia e inteligência emocional.

Gestão de Equipes Híbridas: Desenvolver gestores capazes de gerir eficientemente equipes híbridas, incluindo a coordenação de trabalho presencial e remoto.

Programas de Mentoria: Estabelecer programas de mentoria nos quais líderes experientes orientam e apoiam líderes em desenvolvimento.

Desenvolvimento de Competências de Liderança: Promover programas de desenvolvimento de lideranças que foquem em competências relacionadas à autoliderança, ao engajamento de equipes e à gestão estratégica das organizações.

Avaliação de Líderes: Desenvolver métricas e indicadores de desempenho para avaliar a eficácia dos líderes e o impacto de suas lideranças nas equipes e no MP.

Comunicação Eficaz: Sensibilizar sobre a importância da comunicação efetiva do líder com sua equipe, incluindo a capacidade de ouvir ativamente.

Avaliação de Perfis de Liderança: Promover avaliações para identificar os perfis de liderança, subsidiando ações de desenvolvimento.

Mediação de Conflitos: Criar ferramentas de mediação e autocomposição de conflitos entre membros de uma equipe.

Aprendizado Contínuo: Promover uma cultura de aprendizado contínuo e melhoria entre os líderes, incentivando a busca por conhecimento e aprimoramento constante.

Identificação de Líderes Potenciais: Implementar um processo de identificação e desenvolvimento de líderes potenciais na organização, identificando integrantes com habilidades e potencial de liderança.

Diversidade e Inclusão: Capacitar líderes a valorizar e promover a diversidade e a inclusão em suas equipes.

Formação e Integração de Lideranças: Incentivar a formação e integração de lideranças.

Avaliação de Líderes Pelas Equipes: Realizar avaliações dos gestores pelas equipes para identificar necessidades de aprimoramentos gerenciais e humanos.

Liderança Transformacional: Capacitar líderes a adotar uma abordagem de liderança transformacional, inspirando suas equipes, promovendo a inovação e motivando os integrantes.

Capacitação em Trabalho em Equipe: Estimular a integração e o trabalho harmônico em equipes por meio de capacitações.

Conscientização sobre Assédio Moral: Conscientizar gestores sobre o assédio moral e promover a prevenção.

Conscientização sobre Assédio Moral: Conscientizar gestores sobre o assédio moral e promover a prevenção.

Banco de Ideias

OE 3.4

PROMOVER A GESTÃO POR
COMPETÊNCIAS E A QUALIDADE DE VIDA
NO TRABALHO

PROGRAMA

DESENVOLVIMENTO, AVALIAÇÃO E APRIMORAMENTO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS E
COMPORTAMENTAIS, COM FOCO EM RESULTADOS

GESTÃO DE PESSOAS

Dimensionamento da Força de Trabalho: Realizar o dimensionamento da força de trabalho com foco na capacidade técnica.

Identificação de Competências: Utilizar ferramentas para identificar competências e viabilizar a lotação ou movimentação de servidores de acordo com suas experiências, interesses e habilidades.

Gestão por Competência: Normatizar a obrigatoriedade da implantação da gestão por competência no âmbito do MP Brasileiro, incluindo orçamento para sua implantação e manutenção.

Treinamentos em Tecnologia: Desenvolver treinamentos voltados para as atividades mais tecnológicas, considerando o teletrabalho.

Compartilhamento de Melhores Práticas: Mapear as unidades dos MPs que já possuem programas com foco em resultados para compartilhar melhores práticas.

Gestão de Portfólio de Projetos: Estimular o desenvolvimento de um modelo efetivo de gestão de portfólio de projetos e programas, buscando uma abordagem estruturada para gerenciar iniciativas.

Compartilhamento de Melhores Práticas: Mapear as unidades dos MPs que já possuem programas com foco em resultados para compartilhar melhores práticas.

Conscientização de Chefias: Conscientizar as chefias sobre a importância da avaliação dos servidores de forma comprometida.

Aprendizado Contínuo: Incentivar o aprendizado contínuo, o desenvolvimento de habilidades e a progressão na carreira.

Mentoria: Fornecer programas de mentoria, conectando integrantes com líderes experientes para orientação.

Apoio da Administração Superior: Garantir o apoio da Administração Superior e a integração das estratégias de desenvolvimento de competências com os objetivos organizacionais.

Desenvolvimento Individual: Criar planos de desenvolvimento individuais com metas claras e atividades de aprendizado.

Reconhecimento de Sucesso: Reconhecer os integrantes que alcançam sucesso no desenvolvimento de competências e na obtenção de resultados.

Inteligência Emocional: Capacitar os integrantes em inteligência emocional.

Banco de Informações Técnicas: Criar um banco de informações técnicas e habilidades para alocar integrantes de acordo com suas competências.

Avaliação de Atividades Remotas: Aprimorar o sistema de avaliação dos servidores e das atividades realizadas remotamente.

Foco em Resultados: Desenvolver ações com foco em resultados e redimensionamento de pessoal.

Banco de Ideias

OE 3.5

PROVER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
INTEGRADAS E INOVADORAS

PROGRAMA

PROMOÇÃO DA TRANSFORMAÇÃO DIGITAL, POR MEIO DE SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS
INTEGRADAS, INOVADORAS E COMPARTILHÁVEIS, COM FOCO NA EXPERIÊNCIA DO
USUÁRIO

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Capacitação Tecnológica: Fornecer treinamento regular em tecnologia para membros e servidores para manter as atualizações com as últimas ferramentas e práticas.

Consórcios e Convênios: A ideia de integrar contratações de soluções semelhantes por meio de consórcios ou convênios é mencionada, trazendo à economia e à eficiência na gestão de tecnologia.

Plataforma Integrada: Há um esforço para criar uma plataforma integrada para compartilhamento entre os MPs, promovendo a transformação digital e a inovação.

Laboratório de Inovação: A criação de um laboratório permanente de inovação, onde projetos podem ser testados e avaliados.

Participação das Áreas Usuárias: A importância da participação das áreas usuárias na concepção de projetos, com foco na experiência do usuário, é enfatizada.

Alfabetização Digital: Promover programas de alfabetização digital visando capacitar os membros e servidores em habilidades tecnológicas.

Interoperabilidade e Centralização: A criação de uma plataforma centralizada que integra sistemas e serviços tecnológicos, bem como a promoção do uso do gov.br como canal de autenticação, destaca a busca pela interoperabilidade e eficiência na troca de dados.

Transformação Digital na Cadeia de Valor: O foco na transformação digital dos processos de cadeia de valor indica a busca por otimização e eficiência.

Escuta Aberta da Sociedade: Promover a escuta aberta da sociedade, demonstrar o interesse em envolver o público e aprimorar a relação com os deputados.

Soluções de Código Aberto: O desenvolvimento de soluções de código aberto para compartilhamento e uso por outras organizações promove a colaboração e a transparência.

Gestão por Processos: Fomentar uma cultura de Gestão por Processos visando a melhoria da eficiência organizacional.

Gestão por Processos: Fomentar uma cultura de Gestão por Processos visando a melhoria da eficiência organizacional.

Oferta de Soluções para a Sociedade: Ampliar a oferta de soluções para a sociedade demonstra o compromisso com o serviço público e a prestação de serviços eficazes.

Certificado Digital: O fornecimento de certificados digitais para todos os integrantes do MP BR, garantindo segurança digital e autenticação.

Banco de Ideias

OE 3.5

PROVER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INTEGRADAS E INOVADORAS

PROGRAMA

FOMENTO À VALORIZAÇÃO DA EQUIPE DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO CONTÍNUO DE COMPETÊNCIAS TÉCNICAS

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Política de valorização do profissional de TI, incluindo gratificações, parcerias com instituições de ensino e organismos de certificação, e estabelecimento de trilhas de conhecimento.	Regulamentação do pagamento do adicional de sobreaviso.	Parcerias com instituições de ensino e organismos de certificação para proporcionar oportunidades de aprendizado e certificação aos membros da equipe de TI.	Reestruturação das áreas de tecnologia, com foco em especializações.
Fomento de formações tecnológicas em equipes de diferentes MPs, buscando a integração entre as equipes técnicas.	Estabelecimento de trilhas de conhecimento e habilidades para áreas de TIC, formatando Planos de Capacitação Nacional.	Regulamentação de programas de retenção de talentos para profissionais de TIC.	Criação do Programa de Desenvolvimento e Certificação de TI, com trilhas de aprendizado personalizadas e sistema de reconhecimento.
Incentivo a certificações e cursos de especialização.	Regulamentação e implementação da Gratificação de Projetos (GP) para servidores de TIC.	Atenção contínua às necessidades de capacitação para profissionais de TIC.	Definição de gratificações para profissionais dos MPs com base em competência e certificações.
Criação de políticas específicas de teletrabalho para reter profissionais de TI e evitar a perda de colaboradores.	Estabelecimento de uma política de valorização profissional para reter profissionais de TI.	Patrocínio de capacitação para os profissionais.	Avaliações de desempenho baseadas em competências técnicas.
Elaboração de uma política de gestão de pessoas.	Bonificação para certificações com possibilidade de reembolso.	Compensação de banco de horas para servidores de TI.	

Banco de Ideias

OE 3.5

PROVER SOLUÇÕES TECNOLÓGICAS INTEGRADAS E INOVADORAS

PROGRAMA

APRIMORAMENTO DA SEGURANÇA DA INFORMAÇÃO, DA INFRAESTRUTURA E DA GESTÃO DE RISCOS PARA GARANTIR A CONTINUIDADE DOS SERVIÇOS DE TI

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Definição de uma equipe técnica mínima interna para atuar em segurança da informação.	Implementação de redundância de serviços críticos de TI para garantir a continuidade das operações.	Simplificação das infraestruturas locais, com foco na transição para serviços em nuvem para ganhos de eficiência.	Desenvolvimento de um Plano de Continuidade de Negócios específico para os serviços de TIC, contemplando ações em casos de interrupções, falhas de hardware, ataques cibernéticos e desastres naturais.
Elaboração de um conjunto de recomendações mínimas de investimentos em infraestrutura de TI.	Realização de atividades de treinamento em conscientização de segurança para todos os usuários, destacando boas práticas de segurança, como a criação de senhas seguras e a identificação de ameaças de engenharia social.	Implantação de uma área de segurança da informação.	Estabelecimento do Gov.br como o canal preferencial de comunicação com o cidadão.
Criação de um Comitê para Gestão de Riscos em Tecnologia.	Elaboração de um guia mínimo de elementos de segurança que cada Ministério Público precisa adotar.	Enfoque contínuo na aprimoração de políticas e práticas de segurança da informação.	Realização de Avaliações Regulares de Penetração, auditorias e testes de segurança para identificar vulnerabilidades e riscos.
Definição de protocolos de segurança conjuntos para otimizar a colaboração entre equipes de segurança.	Ampliação da utilização de soluções e provedores de nuvem, reduzindo a dependência de operações internas.	Adoção de uma Estratégia Multi-Cloud Híbrida para garantir redundância, flexibilidade e otimização de custos.	Implementação de uma Estrutura de Resposta a Incidentes de Segurança, incluindo equipes dedicadas e simulações regulares.
Criação de infraestrutura compartilhada para serviços compartilhados entre os Ministérios Públicos (IaaS).	Implantação de redundância para serviços estratégicos.	Criação de uma biblioteca de soluções gratuitas para segurança.	Aprimoramento do uso das melhores práticas do modelo CIS (Center for Internet Security).



CONSELHO
NACIONAL DO
MINISTÉRIO PÚBLICO

Acesse nosso **portal**:



Siga o **CNMP** nas redes sociais:

 [cnmpoficial](#)

 [cnmpoficial](#)

 [@cnmp_oficial](#)

 [conselhodomp](#)

 [conselhodomp](#)

 www.cnmp.mp.br